



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

Vítor Henrique Santos da Silva

Evidencialidade não testemunhada: conceito e funcionamento temporal

São José do Rio Preto
2024

Vítor Henrique Santos da Silva

Evidencialidade não testemunhada: conceito e funcionamento temporal

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Orientadora: Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio
Hattnher

São José do Rio Preto
2024

S586e Silva, Vítor Henrique Santos da
Evidencialidade não testemunhada : conceito e funcionamento temporal / Vítor Henrique Santos da Silva. -- São José do Rio Preto, 2024
123 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto
Orientadora: Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner

1. Tipologia (Linguística). 2. Gramática comparada e geral
Categorias gramaticais. 3. Gramática discursivo funcional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Vítor Henrique Santos da Silva

Evidencialidade não testemunhada: conceito e funcionamento temporal

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Prof. Dr. Kees Hengeveld
University of Amsterdam

Prof. Dr. André Vinícius Lopes Coneglian
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Nadja Paulino Pessoa Prata
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco De Souza
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
18 de junho de 2024

Ao meu avô Justino (*in memoriam*) e à minha bisavó Josefa (*in memoriam*), que viram o começo, mas não o final do caminho que trilhei até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Marize, por ter me apresentado à evidencialidade dez anos atrás e por ter me dado o privilégio, desde então, de ser seu orientando. Obrigado por me ensinar que devemos levar a vida sempre de forma leve.

À UNESP/IBILCE, pelo suporte necessário ao desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores doutores André Vinícius Lopes Coneglian e Sebastião Carlos Leite Gonçalves, por suas preciosas sugestões durante o exame de Qualificação.

Aos professores doutores Kees Hengeveld, André Vinícius Lopes Coneglian, Nadja Paulino Pessoa Prata e Edson Rosa Francisco de Souza, por aceitarem compor a banca deste exame de Defesa de Tese e colaborarem com o aprimoramento deste trabalho.

Ao professor doutor Kees Hengeveld, pela imensurável contribuição a esta pesquisa com as generosas observações feitas no decorrer do trabalho.

Aos amigos que acompanharam o desenvolvimento da tese. Em especial à Monielly, pelas discussões teóricas que auxiliaram no refinamento do texto; e à Paula e ao Leonardo, pelas risadas e pela descontração quando eu mais precisava delas.

À minha mãe, Regina; ao meu pai, Cristiano; e à minha irmã, Gabrielle, por mostrarem que sou amado, por me ampararem em momentos difíceis e por compreenderem minhas ausências quando os prazos eram curtos.

Ao Léo, que tem sido meu companheiro nas doçuras e nas amarguras da vida, dizendo-me palavras de carinho e de incentivo quando elas mais são necessárias.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A todos, os meus agradecimentos.

“Um evento não precisa ter sido testemunhado para ter acontecido.”
Mokokoma Mokhonoana (c2024, n.p.).¹

¹ No original: An event need not have been witnessed to have happened.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é caracterizar o significado da *evidencialidade não testemunhada*, cuja função é indicar que o falante não presenciou a ocorrência de um estado de coisas. Mais precisamente, apesar de trabalhos tipológicos sobre a evidencialidade, como Willett (1988) e Aikhenvald (2004), atribuírem ao não testemunhado a indicação de raciocínios e relatos, esta tese parte da hipótese de que a “ausência de percepção sensorial” veiculada por esse evidencial não se resume a tais contextos de obtenção da informação. Essa hipótese é motivada pela coexistência e pela coocorrência entre o não testemunhado e evidenciais que de fato expressam informação inferida e relatada, o que sugere que há diferenças semânticas entre todos esses evidenciais. A partir da análise de 14 línguas faladas nas Américas e na Eurásia, esta tese conclui que o significado do não testemunhado não deve ser resumido à indicação de raciocínios e relatos: em primeiro lugar, esse evidencial é empregado em outros contextos de ausência de percepção sensorial, como em orações negativas, nas quais não se pode perceber a ocorrência de um evento por ela jamais ter acontecido, e em orações interrogativas, em que o falante desconhece em primeira-mão a informação que questiona. Em segundo lugar, enquanto evidenciais como dedução, inferência, reportatividade e citação especificam meios cognitivos e interacionais por meio dos quais o falante obtém informação, o não testemunhado funciona como um índice dêitico, que situa o falante como distante da ocorrência de um estado de coisas em termos de tempo e espaço. A análise parte dos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF – Hengeveld; Mackenzie, 2008), e, como consequência, essa tese propõe uma reformulação do tratamento da evidencialidade não testemunhada no âmbito da teoria. Assim, apesar de Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015) agruparem a evidencialidade não testemunhada e a evidencialidade sensorial em um mesmo subtipo, denominado “percepção de evento”, este trabalho defende que elas dizem respeito a subtipos evidenciais distintos, pois têm escopo sobre diferentes camadas do enunciado: os evidenciais sensoriais operam na camada do Estado de Coisas; e o não testemunhado, na camada do Episódio.

Palavras-chave: Evidencialidade. Evidencial não testemunhado. Temporalidade. Tipologia linguística. Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

This work aims to typify the meaning of *non-witnessed evidentiality*, which indicates that the speaker did not witness the occurrence of a state of affairs. More precisely, although typological works on evidentiality, such as Willett (1988) and Aikhenvald (2004), attribute the meaning of reasonings and reports to non-witnessed evidentiality, I hypothesize that it is not limited to such contexts. This hypothesis is motivated by the coexistence and co-occurrence between non-witnessed and evidentials of inferred and reported information, which suggests that they differ semantically. Based on the analysis of 14 languages spoken in the Americas and Eurasia, I conclude that non-witnessed evidentiality does not correspond to markers of inferred and reported information: first, non-witnessed evidentials cover other contexts of lack of sensory perception, such as those in negative clauses, in which one cannot perceive the occurrence of an event because it has never happened, and in interrogative clauses, in which the speaker does not know first-hand what he asks. Secondly, while deduction, inference, reportativity, and quotation specify cognitive and interactional means to acquire information, non-witnessed evidentiality functions as a deictic index, situating in terms of time and space the speaker's distance concerning the occurrence of a state of things. This work bases its assumptions on Functional Discourse Grammar (FDG – Hengeveld; Mackenzie, 2008). As a consequence of the analysis, I propose a reformulation of how the theory should understand non-witnessed evidentiality: although Hengeveld and Mackenzie (2008) and Hengeveld and Hattner (2015) group non-witnessed and sensory evidentiality into the same category, called event perception, I argue that they represent distinct evidential subtypes since they scope over different semantic layers — sensory evidentials operate at the layer of the State of Affairs; and non-witnessed markers, in the layer of the Episode.

Keywords: Evidentiality. Non-witnessed evidentiality. Temporality. Linguistic Typology. Functional Discourse Grammar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	Tipos de evidencialidade segundo Willett (1988).....	18
Figura 2.	Classificação atualizada de valores evidenciais segundo Plungian (2010).....	20
Figura 3.	GDF como parte de uma teoria de interação verbal mais ampla	36
Figura 4.	Organização dos níveis de análise da GDF.....	37
Quadro 1.	Categorias temporais segundo Hengeveld e Mackenzie (2008)	41
Quadro 2.	Subtipos evidenciais e seu escopo segundo Hengeveld e Hattnher (2015) e Hengeveld e Fischer (2018)	45
Quadro 3.	Línguas da amostra	58
Quadro 4.	Estatuto morfossintático dos evidenciais não testemunhados da amostra analisada	60
Quadro 5.	Paradigma de modalidade, tempo e evidencialidade da língua sabanê.....	92
Quadro 6.	Evidencialidade verbal a partir da GDF.....	102
Quadro 7.	Restrições de Tempo e Lugar dos evidenciais sensoriais e não testemunhados...	109

ABREVIATURAS

?? = enunciado questionável (a aceitabilidade varia entre os falantes)
= enunciado contraditório ou estranho (as orações combinadas não fazem sentido)
1 = primeira pessoa gramatical
2 = segunda pessoa gramatical
3 = terceira pessoa gramatical
ACC = acusativo
ACT = participante ativo
ANT = tempo relativo de anterioridade
ART = artigo
ASS = assertivo
AUX = verbo auxiliar
CAUS = causativo
CLF = classificador
CMPL = completivo
COMP = complementizador
COUNTEXP = contraexpectativa
CSVT = conservativo (adiciona o significado de “proteger”, “guardar”, “cuidar”)
CVB = coverbo
DECL = declarativo
DED = evidencial de dedução
DEF = definido
DEM = demonstrativo
DIR = direcional (indica a direção em que se passa uma ação)
DRCT = (objeto) direto
DRV = derivacional (deriva o radical verbal em um verbo de outro significado)
DU = dual
DYN = dinâmico
ERG = Ergativo
ESS = essivo (expressa um estado contingente)
EXT = ação que se estende
F = feminino
FNS = sufixo nominal final
FOC = focalizador
FUT = tempo future
GND = gênero gramatical
HAB = habitual
HOD = hodierno (que acontece no mesmo dia da enunciação)
IMM = imediato
IMP = imperativo
IND = indicativo
INESS = inessivo (indica o local no interior do qual uma ação acontece)
INFER = evidencial de inferência
INS = instrumental
INTER = interrogação

IPFV = imperfeito
LOC = locativo
M = masculino
MIR = mirativo
NEG = negação
NF = não feminino
NML = nominal
NOM = nominativo
NONASS = não assertivo
NONPST = tempo não passado
NSG = não singular
NUC = caso nuclear (indica a introdução de novos sujeitos no discurso)
NWIT = evidencial não testemunhado
OBJ = objeto
OBV = obviativo (referente de terceira pessoa discursivamente menos importante)
PART = partícula
PCP = participatório
PERS = conhecimento pessoal
PFV = perfectivo
PL = plural
POSS = possessivo
POST = tempo relativo de posterioridade
PRE.HOD = (passado) pré-hodierno
PRF = perfeito
PROG = progressivo
PRS = tempo presente
PRX = próximo
PST = passado
QUOT = evidencial citativo
REC = recente
REDUP = reduplicação
REL = relativizador
REM = remoto
REP = evidencial reportativo
REPT = ação repetida
RLS = *realis*
RSP = responsivo (indica que o enunciado é a resposta a um questionamento)
SBJ = sujeito
SENS = evidencial de percepção sensorial genérico
SEQ = sequencial
SG = singular
SIM = tempo relativo de simultaneidade
SS = sujeito idêntico
STAT = estativo
SUBS = tempo relativo de subsequência
TEL = télico
TH = vogal temática
UND = participante inativo
VALID = validacional
VBLZ = verbalizador

VEN = venitivo (indica que algo se realiza na direção do falante)
VIS = evidencial visual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: A evidencialidade e seu subtipo não testemunhado	16
1.1 Introdução à evidencialidade	16
1.2 Abordagens tipológicas da evidencialidade	18
1.3 Não testemunhado em perspectiva tipológica	26
CAPÍTULO II: Relações entre tempo e evidencialidade: um apanhado teórico	35
2.1 Tempo e evidencialidade segundo a Gramática Discursivo-Funcional	35
2.1.1 Gramática Discursivo-Funcional	35
2.1.2 Tempo segundo a Gramática Discursivo-Funcional	39
2.1.3 Gramática Discursivo-Funcional e evidencialidade: algumas propostas de análise ..	42
2.2 Abordagens temporais da evidencialidade	47
CAPÍTULO III: Escopo da pesquisa e procedimentos metodológicos	53
3.1 Hipóteses e objetivos	53
3.2 Composição da amostra	57
3.3 Critérios de levantamento e de análise das ocorrências	61
CAPÍTULO IV: Não testemunhado e evidenciais de raciocínio e relato: conceitos e diferenças	65
4.1 Divergências na concepção do não testemunhado: conceito comparativo de trabalhos tipológicos <i>versus</i> definições das línguas individuais	65
4.2 Reconsiderando a ambiguidade e a polissemia atribuídas ao não testemunhado	76
4.3 Coocorrência entre não testemunhado e evidenciais de raciocínio e relato	79
CAPÍTULO V: A temporalidade do evidencial não testemunhado	86
5.1 Combinações temporais do evidencial não testemunhado	86
5.2 Escopo do evidencial não testemunhado	97
5.3 A abordagem temporal da evidencialidade e sua adequação tipológica	102
CONCLUSÕES	112
LÍNGUAS DA AMOSTRA	115
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

A evidencialidade, segundo Aikhenvald (2004; 2018), diz respeito à marcação gramatical da fonte de uma informação. Mais precisamente, os evidenciais constituem a marcação linguística dos meios sensoriais, cognitivos e interacionais por meio dos quais o *origo*² obtém conhecimento.

Esta tese enfoca a evidencialidade *não testemunhada*, cuja função é indicar genericamente que o falante não percebeu pelos sentidos a ocorrência de um estado de coisas. Evidenciais não testemunhados estão presentes em línguas como o jarawara (Dixon, 2004), que distinguem uma oposição binária entre um evento que foi testemunhado pelo falante e um evento que não foi testemunhado. No primeiro caso, as línguas empregam um evidencial *sensorial genérico*, o qual indica que um estado de coisas foi percebido por um dos sentidos, independentemente de qual deles tenha sido usado, como o sufixo *-are* em (1); no segundo caso, as línguas empregam o evidencial não testemunhado, como o sufixo *-no* em (2).

- (1) Jarawara (Dixon, 2004, p. 51)

jomee habo ni owa
cachorro(M) latir AUX+COMP 1SG.OBJ

na-tafi-are-ka
CAUS-acordar-REC.PST.SENS.M-DECL.M
“O latido do cachorro me acordou.”

- (2) Jarawara (Dixon, 2004, p. 51)

Jara tiwa na-tafi-no-ka
Branco(M) 2SG.OBJ CAUS-acordar-REC.PST.NWIT.M-DECL.M
“O Branco acordou você.” (Eu não vi isso.)

Em (1), o falante percebeu pela audição os latidos do cachorro, por isso emprega o sufixo de evidencialidade sensorial/passado recente/masculino *-are*. Por outro lado, em (2), o falante não presenciou seu interlocutor sendo acordado pelo não indígena — como deixa claro o contexto adicional fornecido por Dixon (2004) entre parênteses —, por isso usa o sufixo não testemunhado/passado recente/masculino *-no*. Em ambos os exemplos, há a descrição de uma

² “*Origo*” é um conceito da Pragmática que diz respeito ao ponto de referência dos itens dêiticos de um enunciado. Geralmente, o *origo* coincide com o falante, mas nem sempre esse é o caso. Porém, por conveniência, no restante desta tese, o termo “falante” é empregado como um equivalente de “*origo*”.

pessoa sendo acordada; contudo, a diferença entre eles é a de que, no primeiro, o falante presencia a ação, ao passo que, no segundo, o falante não a presencia.

Ao explicar o funcionamento de um evidencial como *-no*, a maior parte das classificações da evidencialidade o entende como uma marca que agrupa o significado de outros evidenciais, os quais são empregados para expressar raciocínios ou relatos (Willett, 1988; Aikhenvald, 2004; San Roque; Loughnane, 2012; entre outros). No entanto, o objetivo desta tese, que tem cunho teórico, é tipificar o significado do não testemunhado e diferenciá-lo do de evidenciais que indicam raciocínios e relatos, a fim de defender que o sentido genérico de ausência de percepção sensorial do não testemunhado não se resume à soma dos significados de outras marcas, mas inclui contextos de informação não percebida que lhe são próprios.

A revisão proposta neste trabalho motiva-se sobretudo pela coexistência e pela coocorrência, em línguas como jarawara (Dixon, 2004), yanomami (Ramirez, 1994) e sanumá (Autuori, 2019), entre o não testemunhado e marcas de dedução, inferência e reportatividade sem que haja uma redundância aparente no enunciado, o que indicaria que todos esses evidenciais representam categorias distintas. Por isso, a hipótese central desta tese é a de que, se o não testemunhado e evidenciais que expressam raciocínios e relatos coexistem e coocorrem sem comprometer o enunciado em termos comunicativos, então o primeiro não se resume ao agrupamento desses últimos, mas deve apresentar particularidades em relação aos demais.

Para realizar a investigação, esta tese se ampara nos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), doravante “GDF”, uma teoria gramatical que visa à adequação tipológica e, por isso, fornece as ferramentas necessárias à análise comparativa do não testemunhado em diferentes línguas, como a que será feita adiante. Como consequência do emprego dessa teoria, esta tese oferece uma reformulação do não testemunhado no âmbito da GDF e propõe que ele seja concebido como um subtipo evidencial independente dos demais.

A fim de investigar a hipótese descrita, esta pesquisa parte de uma amostra composta por 14 línguas, faladas nas Américas e nas regiões de fronteira entre a Ásia e a Europa, já que a presença da evidencialidade não testemunhada é frequente nessas áreas (Aikhenvald, 2004). Além disso, haja vista a natureza teórica desta tese, a seleção da amostra pauta-se pela qualidade da descrição do não testemunhado nos materiais consultados, uma vez que a explicação sobre o funcionamento desse evidencial é essencial para cumprir os objetivos de identificar em que ele difere de outros evidenciais e como ele se combina com especificações temporais.

Esta tese organiza-se da seguinte forma: o capítulo I apresenta diferentes abordagens da evidencialidade e mostra como elas entendem o não testemunhado; o capítulo II introduz

brevemente a GDF e sua concepção sobre tempo e evidencialidade, assim como discute algumas abordagens temporais dos evidenciais; o capítulo III discute os aspectos metodológicos da pesquisa, tratando dos objetivos, das hipóteses, da composição da amostra e dos critérios de levantamento e de análise dos dados; o capítulo IV analisa os usos do não testemunhado, contrastando-o com marcas empregadas para indicar informação de natureza inferida ou relatada, e argumenta a favor da independência funcional desse evidencial; o capítulo V analisa a temporalidade do não testemunhado e o compara com evidenciais sensoriais, defendendo que ambos pertencem a subtipos evidenciais distintos; por fim, apresentam-se as conclusões, que discutem as implicações desta pesquisa para o estudo da evidencialidade não testemunhada a partir de uma perspectiva tipológica, especialmente a partir da GDF.

CAPÍTULO I

A EVIDENCIALIDADE E SEU SUBTIPO NÃO TESTEMUNHADO

Este capítulo é uma introdução teórica à evidencialidade de modo geral e, mais especificamente, ao subtipo evidencial “não testemunhado”. Em relação à evidencialidade de modo geral, as seções 1.1 e 1.2 definem essa categoria e expõem diferentes tipologias elaboradas sobre ela. Por sua vez, a seção 1.3 faz uma apresentação do funcionamento do não testemunhado e do modo como ele é definido em diferentes trabalhos de cunho teórico e tipológico.

1.1 Introdução à evidencialidade

Muitas são as formas com que interagimos com o mundo e com que extraímos dele nosso conhecimento, como as percepções sensoriais, as conclusões a que chegamos, os sonhos, o conhecimento que acumulamos ao longo da vida etc. Como reflexo das diferentes formas de construir conhecimento, várias línguas permitem (e, às vezes, requerem) que meios de acesso à informação sejam indicados gramaticalmente, um fenômeno denominado *evidencialidade*, que é tradicionalmente definido como a marcação gramatical da fonte de uma informação (Aikhenvald, 2004; 2018), como dito na Introdução desta tese.

Mais especificamente, a evidencialidade indica “se o falante viu o evento acontecer; se não o viu, mas o ouviu (ou o sentiu pelo olfato); se o inferiu com base em evidências visuais, conjectura ou conhecimento geral; ou se lhe contaram sobre esse evento” (Aikhenvald, 2018, p. 1, tradução nossa³).⁴ As ocorrências do tuyuca em (3) ilustram algumas dessas possibilidades. Note-se que, nelas e em muitos outros exemplos ao longo desta tese, consta, entre parênteses, a interpretação do significado de um evidencial. Em todos os casos, são interpretações — ou contextos adicionais — fornecidas pelos próprios autores dos materiais descritivos.

(3) Tuyuca (Barnes, 1984, p. 257)

a. diiga ape-**wi**

“Ele jogou futebol (eu o vi jogar).”

b. diiga ape-**ti**

“Ele jogou futebol (ouvi o jogo e a ele, mas não vi nenhum dos dois).”

³ Todas as traduções contidas nesta tese são minhas. Por isso, de agora em diante, a expressão “tradução nossa” será omitida, ficando subentendido que os trechos traduzidos foram elaborados pelo autor deste trabalho.

⁴ No original: [...] whether the speaker saw the event happen, didn't see it but heard it (or smelt it), made an inference about it based on visual traces or reasoning or general knowledge, or was told about it.

- c. **diiga ape-yi**
“Ele jogou futebol (observei uma pista de que ele jogou: sua pegada inconfundível no campo de futebol. No entanto, não o vi jogando).”
- d. **diiga ape-hiyi**
“Ele jogou futebol (é razoável supor que ele jogou).”
- e. **diiga ape-yigi**
“Ele jogou futebol (obtive a informação por meio de outra pessoa).”

Apesar da ausência da linha da glosa, que não se encontra no material original, é possível observar, pela interpretação fornecida por Barnes (1984) entre parênteses, a diferença de significado que o uso de cada evidencial imprime ao enunciado. Em (3a), o falante emprega *-wi* porque, por meio da visão, percebeu a ocorrência do evento descrito em seu enunciado. Em (3b), o evento foi percebido por um sentido que não a visão, por isso é marcado por *-ti*. Em (3c), o falante conclui que alguém jogou futebol com base em uma evidência observável e marca essa conclusão com o evidencial *-yi*. Em (3d), há uma conclusão baseada em conhecimento prévio, por isso, é indicada pelo evidencial *-yih*. Por fim, em (3e), contam ao falante que alguém jogou futebol, o que, na comunicação da informação relatada, requer o evidencial *-yigi*.

Os dados do tuyuca mostram que o sistema evidencial dessa língua marca gramaticalmente diferentes meios de comunicar o modo como o conhecimento foi obtido. Na realidade, é por essa razão que alguns autores, como Izquierdo Alegría (2019), preferem definir a evidencialidade como “modo de acesso à informação” em vez de “fonte de informação”. Segundo Izquierdo Alegría (2019, p. 226), esses modos de acesso são três:

direto (verificação direta por meio dos sentidos ou vivência de sensações internas), *reportativo* (acesso à informação por meio do testemunho de outro enunciatador, de cujas palavras o falante faz apenas eco) e *inferencial* (criação de uma nova informação como resultado de um processo inferencial efetuado a partir de uma série de bases), com possibilidade de distinções adicionais dentro de cada modo de acesso.⁵

Assim sendo, ainda que, com o uso de “fonte”, a intenção seja fazer referência à maneira como uma informação foi adquirida, a evidencialidade é mais bem caracterizada como a

⁵ No original: *directo* (constatación directa a través de los sentidos o experimentación de sensaciones internas), *reportativo* (acceso a la información mediante el testimonio de otro enunciatador, del que el hablante tan solo se hace eco) e *inferencial* (creación de una nueva información como resultado de un proceso inferencial efectuado a partir de una serie de bases), con posibilidad de ulteriores distinciones dentro de cada modo de acceso.

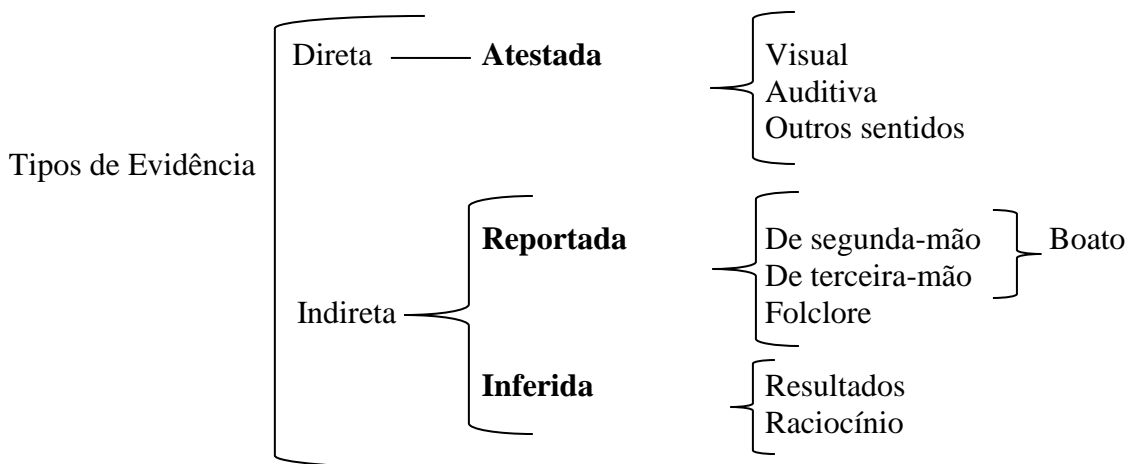
marcação linguística dos meios de acesso a uma informação, os quais são discutidos na próxima seção.⁶

1.2 Abordagens tipológicas da evidencialidade

Ao longo das últimas décadas, diferentes propostas de classificação da evidencialidade têm sido elaboradas sob um viés tipológico. Entretanto, por empregarem critérios distintos, cada uma apresenta suas particularidades, embora todas elas se estruturam majoritariamente em torno de evidenciais como os do tuya, que indicam percepções sensoriais, raciocínios e relatos. Assim, a fim de discutir a maneira como essas classificações definem o evidencial que é foco desta tese, faz-se a seguir uma breve apresentação delas.

Uma das primeiras e mais influentes classificações da evidencialidade foi proposta por Willett (1988, p. 56-57),⁷ para quem a evidencialidade marca fonte de informação, ou mais precisamente “em que medida as línguas diferenciam os tipos de evidência nas quais baseiam suas afirmações proposicionais”. O autor reconhece os tipos de “evidência” expostos no esquema adiante, o qual tem por base uma divisão entre evidência direta, isto é, aquela que foi percebida pelos sentidos, e evidência indireta, que é aquela que é obtida por meios não sensoriais.

Figura 1. Tipos de evidencialidade segundo Willett (1988)



Fonte: Willett (1988, p. 57, tradução nossa).

⁶ O leitor interessado pode consultar também Verhees (2019) para um estado da arte atualizado sobre definições contemporâneas da evidencialidade; Aikhenvald (2004) e Plungian (2010) para um percurso histórico sobre o estudo dessa categoria (e uma variedade de outros tópicos relacionados a ela); e Aikhenvald e Dixon (2003) e Aikhenvald (2018) para o funcionamento da evidencialidade em línguas de diferentes partes do mundo.

⁷ No original: [...] to what extent languages differentiate the kinds of evidence on which they base their propositional claims

Note-se que Willett organiza sua classificação em graus de especificidade, do menos específico, à esquerda, ao mais específico, à direita (com exceção do “boato”, que congrega os sentidos dos evidenciais reportados de segunda-mão e de terceira-mão). O autor contrasta três principais subtipos de evidencialidade — atestada, reportada e inferida —, que podem distinguir sentidos mais específicos: segundo Willett, há marcas gramaticais para indicar aquilo que foi visto e aquilo que foi ouvido e/ou percebido por outro sentido. Analogamente, há marcas para quando a informação foi relatada ao falante, e a pessoa que a relatou presenciou (segunda-mão) ou não (terceira-mão) o fato descrito, além de existirem evidenciais para aquilo que faz parte da cultura oral (folclore) de um povo. Por fim, o autor diferencia a evidencialidade inferida de resultados, quando o falante conclui algo a partir de evidência observável, e a evidencialidade inferida de raciocínio, quando a conclusão se baseia em construtos mentais, como a intuição e o conhecimento prévio.

Outra classificação extremamente influente foi proposta por Aikhenvald (2004, p. 3), para quem a evidencialidade indica as maneiras pelas quais o falante obtém informação. Essas maneiras, na abordagem inicial de Aikhenvald (2004) e em trabalhos mais recentes (Aikhenvald, 2018; 2021), traduzem-se recorrentemente em seis diferentes parâmetros:

- I. VISUAL: recobre informação adquirida por meio da visão;
- II. NÃO VISUAL SENSORIAL: recobre informação adquirida por meio da audição, além de tipicamente se estender ao olfato, ao paladar e, às vezes, também ao tato;
- III. INFERÊNCIA: baseada em evidência visível ou tangível, ou em algum resultado;
- IV. SUPosição: baseada em evidência que não resultados visíveis: pode incluir raciocínio lógico, suposição ou simplesmente conhecimento geral;
- V. BOATO: para informação relatada sem referência a quem a reportou;
- VI. CITAÇÃO: para informação relatada com uma referência explícita à fonte citada. (Aikhenvald, 2004, p. 63-64)⁸

Em relação à percepção sensorial, diferentemente de Willett (1988), Aikhenvald (2004) propõe um parâmetro específico apenas para a visão, ficando todos os outros sentidos agrupados sob o mesmo rótulo, “não visual sensorial”; e, em relação à informação relatada, Aikhenvald (2004) introduz uma distinção entre haver ou não referência explícita à fonte do relato, algo que

⁸ No original: I. VISUAL: covers information acquired through seeing. / II. NON-VISUAL SENSORY: covers information acquired through hearing, and is typically extended to smell and taste, and sometimes also to touch. / III. INFERENCE: based on visible or tangible evidence, or result. / IV. ASSUMPTION: based on evidence other than visible results: this may include logical reasoning, assumption, or simply general knowledge. / V. HEARSAY: for reported information with no reference to those it was reported by. / VI. QUOTATIVE: for reported information with an overt reference to the quoted source.

não aparece em Willett (1988). Apesar disso, as duas classificações assemelham-se, entre outras coisas, ao reconhecer que os parâmetros mencionados podem expressar-se por marcas individuais, mas que é possível que alguns deles se agrupem em um mesmo evidencial, algo que varia de língua para língua.

À medida que novos dados sobre evidencialidade ficaram disponíveis, outros subtipos evidenciais foram reconhecidos por classificações mais recentes. Este é o caso da proposta de Plungian (2010), que usa dois parâmetros principais para analisar a categoria em questão: i) *acesso direto ou indireto* à informação, a depender de o falante ter ou não percebido diretamente pelos sentidos um estado de coisas; e ii) *acesso pessoal ou não pessoal* à informação, a depender de o conhecimento provir do próprio falante ou de alguma outra pessoa. O cruzamento desses parâmetros resulta no seguinte agrupamento da evidencialidade:

Figura 2. Classificação atualizada de valores evidenciais segundo Plungian (2010)

- Direto/Pessoal [= Atestado, Testemunhado, de Primeira-mão, Confirmativo]
 - Participatório/Endofórico; <Conhecimento comum>
 - Visual (com subtipos)
 - Não visual [= sensorial]
- Indireto/Pessoal
 - Inferencial (baseado em resultados observáveis)
 - Suposto (baseado em raciocínio plausível); <Conhecimento comum>
- Indireto/Não pessoal
 - Reportado (com subtipos)

Fonte: Plungian (2010, p. 37)⁹

A proposta de Plungian (2010), embora resulte em evidenciais similares aos das classificações anteriores, dá destaque a valores semânticos — o participatório, o endofórico e o conhecimento comum — que não são abordados por Willett (1988) e que ocupam uma posição marginal na classificação de Aikhenvald (2004). De acordo com Plungian (2010), o participatório é usado para indicar que o falante sabe de uma situação não porque a percebeu

⁹ No original: Direct/Personal [= Attested, Witnessed, Firsthand, Confirmative]
 – Participatory/Endophoric; <Common knowledge>
 – Visual (with subtypes)
 – Non-visual [= Sensory]
 Indirect/Personal
 – Inferential (based on observed results)
 – Presumptive (based on plausible reasoning); <Common knowledge>
 Indirect/Non-personal [= Secondhand]
 – Reported (with subtypes)

pelos sentidos, mas porque participou dela diretamente. Marcas endofóricas, por sua vez, são empregadas para descrever estados internos, como emoções e sensações físicas. Por fim, o conhecimento comum, que agrupa verdades gerais e fatos de conhecimento comum, é apontado como um dos valores possíveis de outros evidenciais, embora Plungian admita que, em algumas poucas línguas, esse sentido possa ser codificado por marcas especializadas (ver Aikhenvald, 2023 sobre o assunto).

Ao considerar marcas endofóricas ou participatórias em sua classificação, Plungian (2010) reconhece um número maior de subtipos evidenciais do que Willett (1988) e Aikhenvald (2004; 2018). Isso acontece porque Plungian leva em conta marcas gramaticais menos comumente atestadas interlinguisticamente, mas que, segundo o autor, estão presentes em línguas como o oksapmin, as línguas da família Pomo e línguas da Papua-Nova Guiné.

Nos mesmos moldes, outras classificações mais recentes, que analisam línguas para as quais não havia muitos dados anteriormente, têm defendido o reconhecimento de evidenciais para além da tríade “sensorial–inferencial–relatada”. A respeito desse reconhecimento, San Roque e Loughnane (2012), em seu trabalho elaborado a partir de línguas da Papua-Nova Guiné, também evidenciam a necessidade de incluir o participatório para explicar o sistema gramatical dessas línguas.

- (i) Participatório: o falante performou o evento;
- (ii) Visual: o evento foi visto;
- (iii) Sensorial: o evento foi percebido com sentidos não visuais;
- (iv) Reportado: contaram ao falante sobre o evento
- (v) Resultados: o falante observou uma evidência que é um resultado do evento em questão;
- (vi) Raciocínio: inferência baseada em dedução complexa e criativa, geralmente envolvendo uma síntese de várias fontes de conhecimento diferentes. (San Roque; Loughnane, 2012, p. 114)¹⁰

Segundo San Roque e Loughnane (2012), o participatório indica que o falante sabe da ocorrência de um evento porque ele a performou, ao passo que evidenciais de informação sensorialmente percebida marcam que um evento foi testemunhado por um dos sentidos. Em razão disso, em línguas com os dois tipos, há uma correlação entre o participatório e a primeira pessoa gramatical, por ela indicar aquilo que o falante realiza, e entre o uso da segunda e da

¹⁰ No original: (i) Participatory [...]: the speaker performed the event / (ii) Visual [...]: the event was seen / (iii) Sensory [...]: event was perceived with non-visual senses / (iv) Reported (rep): the speaker was told of the event / (v) Results [...]: the speaker observed evidence that is a result of the event in question / (vi) Reasoning [...]: inference based on complex and creative deduction, commonly involving a synthesis of several different knowledge sources.

terceira pessoas e os evidenciais de informação sensorial, por indicarem aquilo que é feito pelos outros e que pode ser percebido pelo falante. Essa correlação se nota nos exemplos a seguir, em que, em (4), o participatório *-pa* especifica uma oração que contém o pronome de primeira pessoa dual *nuxut*; e em que, em (5), o evidencial de percepção sensorial *-nipat* é usado com um referente de terceira pessoa.

- (4) Oksapmin (San Roque; Loughnane, 2012, p. 122)
nuxut gəl ml di-pa
 1DU cortar OBJ(DRCT)(.SEQ) comer.PFV-PCP.REM.PST.PL
 "Nós o cortamos e o comemos." (Eu fiz isso.)

- (5) Oksapmin (San Roque; Loughnane, 2012, p. 123)
tom xulu jox oksapmin mə-xəm
 água poça DEF NOME DEM.PROX-baixo

pt-nipat

ser-SENS.REM.PST.SG.HAB

"Havia uma poça abaixo da estação Oksapmin." (Eu a vi.)

Embora não apareça nos seis parâmetros esquematizados anteriormente, a classificação de San Roque e Loughnane (2012), com frequência, cita um valor semântico denominado "factual", que corresponde ao "conhecimento comum" de Plungian (2010) e que diz respeito ao conhecimento compartilhado por todos de uma comunidade, assim como aos eventos observados várias vezes pelo falante a partir dos quais ele generaliza uma verdade. No entanto, San Roque e Loughnane (2012) afirmam que esse sentido raramente é expresso por um evidencial cujo único significado seja esse, ficando abarcado em geral pelos evidenciais participatório ou visual.

Considerando que o trabalho de San Roque e Loughnane (2012, p. 11)¹¹ é o "primeiro estudo comparativo dessas línguas [faladas na cordilheira da Papua-Nova Guiné]" que tem por tema a evidencialidade, é de se esperar que os autores tenham encontrado categorias pouco exploradas em classificações anteriores, como as de Willett (1988) e Aikhenvald (2004).

Analogamente, Tournadre e LaPolla (2014) propõem novos olhares sobre a evidencialidade e seus subtipos ao tomar línguas Tibetanas como central para sua análise. Levando em conta os sistemas gramaticais dessas línguas, Tournadre e LaPolla (2014, p. 241)¹²

¹¹ No original: [...] the first comparative survey of these languages.

¹² No original: [...] the representation of source and access to information according to the speaker's perspective and strategy.

definem a evidencialidade como “a representação da fonte de uma informação e do acesso a ela segundo a perspectiva e a estratégia do falante”. Note-se que os autores consideram os termos “fonte” e “acesso” como distintos, entendendo-os da seguinte maneira:

a noção de “fonte” [...] é usada em sentido restrito, para indicar primariamente uma fonte verbal de informação (informação relatada) e diferencia-se de “acesso”, que se refere ao acesso não verbal à informação (sensorial, inferencial etc., incluindo o acesso sensorial à fonte verbal) disponível ao falante. (Tournadre; LaPolla, 2014, p. 241)¹³

Em outras palavras, Tournadre e LaPolla entendem que “fonte” designa a pessoa da qual provém uma informação, que pode ser o falante ou outro alguém, ao passo que “acesso” diz respeito a processos sensoriais e cognitivos a partir dos quais se obtém uma informação. Ao fazer tal diferença, os autores empregam uma definição mais precisa de evidencialidade, já que o termo “fonte” e seus equivalentes no inglês e em outras línguas românicas — usado em classificações mais difundidas, como a de Willett (1988) e a de Aikhenvald (2004) — é considerado impreciso por alguns autores (Guentchéva, 2014; Izquierdo Alegría, 2019).

Em sua proposta, Tournadre e LaPolla (2014) apontam a necessidade de se considerar como evidenciais tipos de acesso à informação que recebem pouca atenção em classificações mais difundidas. Entre eles, estão o acesso *endopático*, que corresponde ao “endofórico” de Plungian (2010) e que diz respeito às sensações internas do falante, como frio ou fome; e a *autoconsciência*, ou o *egofórico*,¹⁴ que corresponde ao “participatório” de Plungian (2010) e de San Roque e Loughnane (2012) e indica o conhecimento pessoal acerca de uma situação, como acontece com os pensamentos de uma pessoa.

Em trabalho posterior, Tournadre (2017), ao sistematizar as categorias evidenciais e epistêmicas de línguas Tibetanas, agrupa o endopático em uma macrocategoria “sensorial”, com evidenciais que indicam percepções sensoriais de diferentes tipos; além disso, o autor agrupa o egofórico em uma macrocategoria denominada “presumido”, com evidenciais que expressam informação proveniente de conhecimento, como raciocínio, conhecimento geral etc.

¹³ No original: The notion of ‘source’ in this paper is used in a restricted sense to mean primarily a verbal source of information (reported information) and is distinguished from ‘access’, which refers to the non-verbal access to information (sensory, inferential, etc., including the sensory access to verbal source) available to the speaker.

¹⁴ Segundo Tournadre e LaPolla (2014), a autoconsciência manifesta-se por meio da *egoforicidade*, uma categoria gramatical que indica conhecimento pessoal. Para eles, a egoforicidade é um tipo de evidencialidade, embora esse posicionamento não seja assumido por outros autores (cf. Aikhenvald, 2018; 2023; Bergqvist; Kittilä, 2019).

Uma última classificação a ser mencionada nesta seção é a proposta por Hengeveld e Hattner (2015), que voltam seu olhar a línguas ameríndias, mais precisamente às faladas no Brasil. Com base na análise dessas línguas, os autores propõem o reconhecimento de quatro subtipos de evidencialidade, os quais remontam às categorias já apontadas em outras classificações, mas que são agora explicadas a partir dos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Posteriormente, Hengeveld e Fischer (2018), a partir da análise da língua a'ingae, também falada na América do Sul, acrescentam uma quinta categoria às já identificadas por Hengeveld e Hattner (2015). Os subtipos reconhecidos são os seguintes:

- *Percepção de evento*: indica se o falante percebeu ou não pelos sentidos o estado de coisas descrito em seu enunciado;
- *Dedução*: expressa um raciocínio embasado por evidência perceptual;
- *Inferência*: indica um raciocínio embasado pelo conhecimento existente do falante;
- *Reportatividade*: assinala que a fonte da informação é outro falante.
- *Citação*: o falante cita literalmente a fala de outro alguém

A classificação de Hengeveld e Hattner (2015) distingue-se de outras pelo modo de organização dos subtipos evidenciais: “a principal divisão em nossa abordagem é entre a reportatividade [e a citação] e todos os outros tipos de evidencialidade, decorrente da divisão fundamental entre categorias interpessoais [pragmáticas] e representacionais [semânticas] na Gramática Discursivo-Funcional” (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 495-496).¹⁵ Nesse sentido, a separação proposta por Hengeveld e Hattner (2015) aproxima-se da abordagem de Tournadre e LaPolla (2014), que, ao diferenciarem fonte e acesso, também fazem uma distinção entre reportatividade e todos os outros evidenciais.

Na proposta de Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018), alguns dos valores semânticos reconhecidos em classificações mais recentes, como o participatório e o endofórico, não se mostram relevantes para a descrição das línguas analisadas por eles. Talvez isso explique por que esses valores também não têm destaque nos subtipos propostos por Willett (1988) e Aikhenvald (2004), já que dados de línguas ameríndias têm grande impacto sobre esses dois trabalhos: tais línguas formam a maior parte da amostra de Willett (1988); e Aikhenvald

¹⁵ No original: the main split in our approach is between reportativity and all other types of evidentiality, following from the major division between interpersonal and representational categories in FDG.

(2004) tem ampla experiência como descritora de línguas amazônicas, o que certamente impactou sua concepção de evidencialidade.

Em resumo, as classificações da evidencialidade apresentadas nesta seção guardam muitas semelhanças entre si, pois se organizam principalmente em torno de percepções sensoriais, raciocínios e relatos. Elas diferem, sobretudo, na proposição de valores ligados à egoforicidade e ao acesso endopático, os quais estão presentes na tipologias da evidencialidade formuladas por Plungian (2010), San Roque e Loughnane (2012) e Tournadre (2017), mas não nas formulados por Willett (1988), Aikhenvald (2004) e Hengeveld e Hattner (2015)/Hengeveld e Fischer (2018). No entanto, para este trabalho, o aspecto mais relevante dessas classificações é a ausência de um parâmetro específico nelas, com exceção da classificação de Willett (1988),¹⁶ para o subtipo evidencial denominado *non-firsthand* “não em primeira-mão” ou *non-witnessed* “não testemunhado”, mencionado na introdução desta tese, comum a línguas faladas em diferentes partes do mundo, como nas Túrquicas, nas Nakho-Daguestânicas e nas Tupi-Guaraní, cuja função é indicar que o falante não percebeu pelos sentidos o estado de coisas descrito em seu enunciado. A ocorrência do aymara (Klose, 2014) a seguir ilustra o uso desse evidencial:

- (6) Aymara (Klose, 2014, p. 119)
Masayp 'u-x jallu-tayna-wa.
 ontem.à.noite-TOP chover-3.NWIT.PST-DECL
 “Ontem à noite choveu (mas eu mesmo não vi isso acontecer).”

Em (6), o sufixo *-tayna*, de terceira pessoa/tempo passado/evidencialidade não testemunhada, marca simplesmente que o falante não percebeu a situação descrita no enunciado, sem explicitar qual foi o meio não sensorial usado para isso.

Evidenciais como *-tayna*, ainda que sejam comuns de uma perspectiva tipológica (Aikhenvald, 2004), quase nunca são reconhecidos como um subtipo independente nas principais tipologias da evidencialidade. A motivação para essa falta de reconhecimento é que, muitas vezes, eles são empregados quando o falante deduziu a ocorrência de um evento ou foi informado sobre ela por outra pessoa, os quais são contextos que envolvem ausência de percepção sensorial, mas que são comuns também a outros subtipos evidenciais, como

¹⁶ Embora Plungian (2010) não dedique um parâmetro próprio ao não testemunhado entre os sentidos evidenciais que ele sistematiza, o autor admite que o “valor básico [do não testemunhado] inclui apenas a indicação do fato de que o falante não teve acesso direto à situação”.

No original: [...] basic value includes only the indication of the fact that the speakers did not have direct access to a situation.

inferência, suposição, boato e citação, nos termos de Aikhenvald (2004). Em razão dessa aparente sobreposição funcional, autores como Willett (1988) e Aikhenvald (2004) entendem que uma marca como *-tayna* do aymara, na verdade, agrupa, em um único morfema, a função de evidenciais com significado mais específico; assim sendo, não haveria por que conceber um parâmetro independente ao *non-firsthand*, já que ele resultaria da soma de outros evidenciais. Para discutir a conceituação desse evidencial, a próxima seção, inicialmente, expõe exemplos dele em algumas línguas e, depois, apresenta o modo como diferentes tipologias da evidencialidade o definem.

1.3 Não testemunhado em perspectiva tipológica

Segundo Aikhenvald (2004), alguns dos mais simples sistemas gramaticais de evidencialidade opõem aquilo que foi percebido pelos sentidos àquilo que não foi percebido. De acordo com a autora, “o termo *firsthand* [em primeira-mão] costuma referir-se à informação adquirida por meio da visão (ou da audição/de outros sentidos), e o termo *non-firsthand* [não em primeira-mão] recobre todo o restante” (Aikhenvald, 2004, p. 26).¹⁷ Uma língua desse tipo é o cherokee, em que o sufixo *-ʌʔi* indica que o falante testemunhou uma situação (7), e o sufixo *-eʔi* significa que a informação não foi percebida pelos sentidos, mas não revela por qual meio foi obtida (8)-(9):

- (7) Cherokee (Pulte, 1985, p. 543)
wesa u-tlis-ʌʔi
 gato isso-correu-SENS.PST
 “Um gato correu.” (Eu vi o gato correndo.)
- (8) Cherokee (Pulte, 1985, p. 544)
u-gahn-an-eʔi
 isso-chover-NWIT.PST
 “Choveu.” (Acordei, olhei para fora e vi poças d’água.)
- (9) Cherokee (Pulte, 1985, p. 544)
u-wonis-eʔi
 ele-falar-NWIT.PST
 “Ele falou.” (Eu soube disso ao conversar com outra pessoa.)

¹⁷ No original: The firsthand term typically refers to information acquired through vision (or hearing, or other senses), and the non-firsthand covers everything else.

Pelo contexto adicional entre parênteses, é possível entender que, em (8), a informação é fruto de um raciocínio e que, em (9), ela provém do relato de outra pessoa. No entanto, esse conhecimento é puramente contextual, já que o sufixo *-e?i* simplesmente indica que o falante não presenciou a ocorrência do estado de coisas, sem dar qualquer pista sobre como o falante de fato conhece aquela informação.

Assim sendo, mesmo que (8) tivesse natureza relatada e que (9) resultasse de um raciocínio, os enunciados permaneceriam idênticos a como foram apresentados nesses exemplos, com o uso de *-e?i* nos dois casos, porque o emprego do não testemunhado independe do meio não sensorial usado pelo falante para obter a informação; o que importa é se o falante testemunhou ou não o estado de coisas.

Sobre *-e?i*, Pulte (1985, p. 544)¹⁸ explica que

todas as ações ou os estados passados que não foram percebidos por um dos sentidos requerem o uso do sufixo de tempo passado não experienciado, *-e?i*. [... Há eventos não experienciados quando] a informação na qual se baseia o enunciado provém do relato de alguém. [...] O passado não experienciado também é requerido quando o falante testemunhou os resultados de uma ação, mas não a ação em si [...] e quando reporta ações ou estados que se supõe terem ocorrido.

Fica claro, na afirmação de Pulte (1985) e nos contextos adicionais que ele fornece aos exemplos, que a informação marcada por *-e?i* provém de diferentes experiências, todas elas ligadas pela não percepção direta de um estado de coisas. Uso análogo observa-se no turco, em que o mesmo enunciado marcado pelo evidencial *-miş* pode ser proferido em contextos distintos de comunicação da informação, como ilustram as explicações (a) e (b) em (10). O turco, aliás, é citado por Aikhenvald (2004) para exemplificar outra configuração de sistema gramatical em que o *non-firsthand* aparece: nesse caso, diferentemente do *cherokee*, há uma marca apenas para quando o estado de coisas não foi testemunhado; se há a ausência dessa marca na oração, pode-se entender que o falante testemunhou o evento descrito.

O exemplo (10) apresenta uma ocorrência de *-miş*:

- (10) Turco (Aksu-Koç; Slobin, 1996, p. 159)
Ahmet gel-miş
 Ahmet vir-NWIT
 “Ahmet veio/deve ter vindo.”

¹⁸ No original: All past actions or states not perceived by one of the senses require the use of the nonexperienced past tense suffix, *-e?i*. [...] the information upon which the statement is based comes from someone else's report. [...] The nonexperienced past is also required when the speaker has experienced the results of an action, but not the action itself [...] and in reporting actions or states assumed to have occurred.

- (a) inferência: o falante vê o casaco de Ahmet pendurado no *hall* de entrada, mas ainda não viu Ahmet.
 (b) boato: contaram ao falante que Ahmet chegou, mas ele ainda não viu Ahmet.

Assim como no *cherokee*, o evidencial *-miş* marca “eventos nos quais o falante não foi um participante direto ou totalmente consciente. A função básica do sufixo *-miş* é indicar inferência e boato” (Aksu-Koç; Slobin, 1996, p. 159).¹⁹

No entanto, apesar de Pulte (1985) e Aksu-Koç e Slobin (1996) indicarem que *-e?i* e *-miş* são empregados quando a informação tem natureza inferida ou relatada, nota-se que, no *cherokee* e no *turco*, não há distinção formal entre os dois tipos de informação. Na verdade, a diferença a que os autores fazem referência é puramente contextual, pois ela diz respeito ao modo como a informação foi obtida no mundo extralinguístico, e não à maneira como ela se marca na língua, já que gramaticalmente ambos os contextos se expressam de maneira idêntica de um ponto de vista formal. Com efeito, o que licencia o uso dos evidenciais *-e?i* e *-miş* é que o falante não tenha testemunhado a ocorrência de um evento, independentemente de como o falante tenha passado a saber da informação.

Em consonância com essa ausência de percepção sensorial, em materiais descritivos de muitas línguas de minha amostra, evidenciais como *-e?i* e *-miş* são designados a partir do não testemunho de um evento, recebendo rótulos como *non-witnessed* “não testemunhado” no *tuparí* (Singerman, 2019); *non-eyewitness* “não testemunha ocular” no *jarawara* (Dixon, 2004); *non-eye-witnessed* “não testemunhado ocularmente” no *yanomán* (Ferreira, 2017); *non-testimonial* “não testemunhal” no *suruí-paiter* (Yvinec, 2011; 2012) e no *yanomami* (Ramirez, 1994), e “não testemunhado” no *sanumá* (Autuori, 2019). Portanto, em conformidade com os materiais descritivos dessas línguas e com o entendimento de que o não testemunho está no cerne de marcas como *-e?i* e *-miş*, esta tese opta por empregar o termo “evidencialidade não testemunhada” para se referir ao subtipo evidencial em questão.

A respeito da definição do não testemunhado, Willett (1988) propõe uma distinção entre evidencialidade direta e indireta, atribuindo esta última aos casos em que “o falante alega não ter percebido a situação descrita, mas pode não especificar se a evidência que *de fato* tem lhe foi relatada ou é a base de uma inferência que ele fez” (Willett, 1988, p. 96, grifo do autor).²⁰ No entanto, o termo “evidência indireta” de Willett não se refere especificamente ao não

¹⁹ No original: [...] which encodes events to which the speaker was not a direct or fully conscious participant. / The basic functions of the *-miş* form are to convey inference and hearsay.

²⁰ No original: the speaker claims *not* to have perceived the situation described, but may not specify whether the evidence s/he *does* have is reported to him/her or is the basis of an inference s/he has made.

testemunhado, mas a qualquer evidencial “indireto”, incluindo os que indicam apenas raciocínios ou relatos:

[as línguas] também tendem a codificar evidência Reportada e evidência Inferida separadamente, mas, tendo em vista que essas duas áreas têm mais em comum entre si do que com a evidência Atestada, a distinção entre elas não é tão claramente definida. Assim sendo, quando uma língua tem apenas uma marca de evidência indireta, às vezes essa marca recobre tanto evidência Reportada quanto Inferida, às vezes recobre somente uma dessas áreas. (Willett, 1988, p. 58)²¹

Nessa citação, é possível observar que Willett entende o não testemunhado como uma combinação de tipos de “evidência”, que também podem expressar-se separadamente. Essa concepção se reflete no esquema proposto pelo autor, reproduzido anteriormente, em que o não testemunhado equivale à categoria mais genérica de “evidência indireta”, a qual engloba os tipos de evidência inferida e reportada.

Aikhenvald (2004), similarmente, entende que o não testemunhado congrega diferentes significados. Segundo a autora, “marcas de não em primeira-mão [não testemunhado, em nossos termos] apresentam uma ampla variedade de significados: vão de qualquer tipo de INFERÊNCIA a RELATO. [...] Uma marca de não em primeira-mão pode ser ambígua se tirada de contexto” (Aikhenvald, 2004, p. 155, ênfase da autora).²²

A caracterização do não testemunhado como ambíguo para Aikhenvald (2004) reflete o fato de que, na ausência de contexto, não é possível determinar se a informação foi obtida por meio de um raciocínio ou de um relato, já que esse evidencial, diferentemente dos de inferência, suposição, boato e citação, não faz referência a um meio não sensorial específico.

A ideia de que o não testemunhado indica evidência do tipo inferida e relatada é compartilhada por muitos outros trabalhos teóricos e classificações da evidencialidade, como expõem os trechos a seguir.

- O acesso indireto representa muitas maneiras de se obter uma informação, mas exclui a percepção direta e síncrona de uma situação, assim como a participação nela. Uma dessas maneiras pode ser uma conclusão lógica a partir de um resultado que foi

²¹ No original: They also tend to code Reported evidence and Inferring evidence separately, but since these two areas have more in common than either of them has with Attested evidence, the distinction is not as clearly defined. Thus, when a language has only one indirect evidence marker, it will sometimes cover both Reported and Inferring evidence, sometimes only one of these areas.

²² No original: Non-firsthand forms have a wide variety of meanings: from any kind of INFERENCE to HEARSAY. [...] A non-firsthand form may be ambiguous if taken out of context.

percebido; ou um raciocínio embasado por características gerais do mundo; ou a reprodução do que outras pessoas disseram. (Plungian, 2010, p. 30-31)²³

- Os exemplos [...] são formados com um evidencial indireto, o que significa que o falante tinha, para a proposição em questão, alguma evidência que não era de primeira-mão. A evidência indireta pode ser um relato ou a inferência do próprio falante a partir de um conjunto distinto de acontecimentos. (Rett; Murray, 2013, p. 454)²⁴
- Em sistemas evidenciais, uma distinção básica acontece entre conhecimento DIRETO vs. INDIRETO. Aquele inclui PERCEPÇÃO SENSORIAL, e este, INFERÊNCIA (mediada por cognição de nível mais alto) e RELATO (informação proveniente de outros indivíduos). (Langacker, 2017, p. 52)²⁵

Nos excertos apresentados, note-se que, embora Plungian (2010), Rett e Murray (2013) e Langacker (2017) oponham o não testemunhado à percepção sensorial, os autores relacionam a não percepção de um evento especificamente à indicação de informação inferida e relatada. Em outras palavras, o não testemunhado funcionaria analogamente a evidenciais que marcam raciocínios e relatos, como a inferência e a reportatividade.

Na verdade, fica claro que, para diferentes autores, o não testemunhado e evidenciais de raciocínios e relatos constituem formas alternativas de um mesmo tipo de evidencialidade:

- A categoria de evidência indireta também varia na maneira como as línguas a constroem. Para o turco e para o cherokee, “não estar lá” é uma categoria ampla. No entanto, é bastante comum que as línguas marquem processos inferenciais (deduzir uma situação ou evento) e informação relatada (saber de um acontecimento por outra pessoa) como dois (ou mais) tipos diferentes de experiência indireta. (San Roque, 2019, p. 358)²⁶
- Assim como qualquer outra parte da linguagem, línguas diferentes recortam o espaço semântico evidencial de maneiras distintas, agrupando conceitos compatíveis em uma única marca. Por exemplo, se uma determinada língua tem apenas dois evidenciais, é

²³ No original: The indirect access stands for a very broad range of ways to get access to information, but excludes a direct synchronous perception of a situation or participation in it. One of these ways may be a logical conclusion from an observed result, or a reasoning based on general properties of the world, or a reproduction of what other people said.

²⁴ No original: The examples [...] are formed with an indirect evidential, which means the speaker had something other than first-hand evidence for *p*. Indirect evidence can be a report or the speaker’s own inference from a distinct set of affairs.

²⁵ In evidential systems, a basic distinction is DIRECT vs. INDIRECT knowledge, the former including PERCEPTION, and the latter both INFERENCE (mediation by higher-level cognition) and REPORT (information from other individuals).

²⁶ The category of indirect evidence also varies in construal cross-linguistically. For Turkish and Cherokee, “not being there” is one broad category. It is quite common, however, for languages to mark inferential processes (deducing the situation or event) and reported information (hearing about it from another person) as two (or more) different kinds of indirect experience.

possível que eles codifiquem [evidência] direta *versus* indireta [...]; se a língua tem quatro evidenciais, talvez eles codifiquem [evidência] visual, sensorial, inferida e relatada. Significados agrupados costumam ser contíguos na hierarquia prototípica; por exemplo, em oksapmin, visual e sensorial são combinados em uma única categoria, ao passo que, em angal henen/heneng, uma flexão expressa evidência sensorial, resultante [ou inferida] ou relatada. (San Roque; Loughnane, 2012, p. 117)²⁷

As afirmações de San Roque (2019) e San Roque e Loughnane (2012), assim como a definição de Willett (1988) apresentada anteriormente, propõem que o não testemunhado e evidenciais que indicam raciocínios e relatos representam diferentes recursos de expressão da mesma macrocategoria: a evidencialidade indireta. Assim sendo, ao codificá-la, as línguas poderiam desenvolver evidenciais mais específicos, como reportatividade e inferência, ou um evidencial mais genérico, como o não testemunhado.

Uma conclusão a que se pode chegar a partir dos excertos apresentados nesta seção é uma aparente dificuldade em se definir o não testemunhado, o que se nota tanto no emaranhamento funcional entre ele e outros evidenciais quanto na variedade de significados que lhe são imputados. Essa dificuldade fica ainda mais evidente ao se observar que San Roque e Loughnane (2012) e San Roque (2019) preferem mencionar diretamente evidenciais de línguas individuais em vez de apresentar uma generalização sobre seu funcionamento, haja vista a pluralidade com que a evidencialidade indireta se manifestaria nas línguas naturais, segundo os autores.

No entanto, ao se considerar que as categorias descritivas de línguas individuais apresentam suas particularidades, já que estão inseridas em sistemas linguísticos distintos, fica clara a necessidade de se propor um conceito comparativo, que seja aplicável a partir de uma perspectiva interlinguística, ao se realizar uma pesquisa de cunho tipológico (Haspelmath, 2010). De acordo com Haspelmath (2010, p. 664), conceitos comparativos “são especificamente formulados para fins de comparação, sendo independentes de categorias descritivas”. Estas últimas, por sua vez, dizem respeito às categorias empregadas para descrever os fenômenos de cada língua individualmente. Assim sendo, ao propor definições muito amplas ou ao não formular conceitos comparativos, os trabalhos mencionados anteriormente

²⁷ No original: As with any other part of language, different languages cut up the evidential semantic space in different ways, grouping compatible concepts together in single markers. For example, if a given language has only two evidentials, these might encode direct versus indirect [...]; if it has four, then perhaps visual, sensory, inferring, and reported. Grouped meanings are typically contiguous on the prototypical hierarchy; for example, in Oksapmin visual and sensory are conflated as a single category (vis/sens), whereas in Angal Henen/Heneng one inflection expresses sensory, results, or reported evidence (sens/resu/rep).

contribuem para a imprecisão relacionada às fronteiras nocionais do não testemunhado, pois tornam pouco claras as diferenças entre esse evidencial e os demais.

Em síntese, observa-se que, na concepção dos trabalhos citados até aqui, o não testemunhado e outros evidenciais ditos “indiretos” compartilham o mesmo significado; a diferença entre eles estaria, então, na (não) separação de suas funções em marcas morfossintáticas distintas. Um reflexo desse entendimento é o fato de, como mostrou a seção 1.2, trabalhos tipológicos sobre a evidencialidade não esquematizarem um sentido independente para o não testemunhado, tendo em vista que, para muitos deles, esse evidencial se resume à soma do significado das marcas de raciocínio e relato.

No entanto, existe um posicionamento menos difundido, como o de Hengeveld e Hattner (2015), segundo o qual a função do não testemunhado *não* é indicar raciocínios e relatos: para os autores, esse evidencial simplesmente marca ausência de percepção sensorial. Na verdade, Hengeveld e Hattner (2015) textualmente se opõem a considerar o não testemunhado como expressão de uma evidencialidade indireta, como mostra o seguinte excerto:

Note-se que, em contraste com Willett (1988) e Aikhenvald (2004), por exemplo, consideramos a categoria não testemunhada como uma instanciação da percepção de evento, e não uma expressão da evidencialidade indireta. Dedução, inferência e reportatividade implicam ausência de percepção, mas todas essas interpretações evidenciais podem ser derivadas a partir do sentido básico da categoria não testemunhada de percepção de evento. (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 488)²⁸

Além de afirmarem que o não testemunhado não indica raciocínios e relatos, Hengeveld e Hattner ainda o agrupam com evidenciais sensoriais em um único subtipo, denominado “percepção de evento”, assim definido:

Com expressões evidenciais desse tipo [percepção de evento], o falante indica se presenciou ou não diretamente o evento descrito em seu enunciado. Com “diretamente”, queremos dizer que o falante estava no lugar e, por meio de um dos sentidos, percebeu a ocorrência do estado de coisas. (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 487)²⁹

²⁸ No original: Note that, in contrast with e.g., Willett (1988) and Aikhenvald (2004) we consider the non-witnessed category to be an instantiation of event perception, not an expression of indirect evidentiality. Deduction, inference and reportativity all imply the absence of perception, but these evidential interpretations can all be derived from the basic meaning of the non-witnessed category of event perception.

²⁹ No original: By means of evidential expressions of this type the speaker indicates whether or not he witnessed the event described in his utterance directly. With “directly” we mean that the speaker was at the scene and through one of the senses perceived the occurrence of a state-of-affairs.

A concepção de que não testemunhado e evidenciais sensoriais genéricos podem ser agrupados em um único subtipo está de acordo com sua ligação à percepção sensorial (estes indicam a existência de percepção, enquanto aquele indica a ausência dela), assim como à unidade semântica especificada pelos evidenciais. De acordo com Hengeveld e Hattner (2015), o não testemunhado e evidenciais sensoriais especificariam semanticamente um Estado de Coisas, isto é, um evento cuja realização se dá no mundo real ou em um mundo imaginário.

Izquierdo Alegría (2016), por sua vez, entende que o conceito de evidencialidade indireta, que corresponde ao não testemunhado em nossos termos, é um construto teórico que não se materializa em unidades especializadas das línguas naturais. De acordo com o autor, marcas ditas “indiretas” ou correspondem a evidenciais de outro tipo (mais específico), como inferência, ou correspondem a categorias não evidenciais, notadamente à mediatividade, cuja função é apresentar uma informação sem que o falante se comprometa com o valor de verdade ou de falsidade daquilo que diz (Guentchéva, 2014).

Especificamente no caso dos mediativos, Izquierdo Alegría (2016) afirma que os sentidos de inferência e relato atribuídos a eles são implicaturas conversacionais, decorrentes de seu significado de ausência de comprometimento com o valor de verdade da proposição. Segundo o autor, essa ausência de comprometimento se dá com formas indiretas de se obter a informação porque o testemunho de um estado de coisas pelos sentidos geralmente implica o comprometimento pleno do falante com aquilo que descreve.

Embora Hengeveld e Hattner (2015) e Izquierdo Alegría (2016) apresentem visões diferentes sobre marcas de evidencialidade não testemunhada, as propostas dos dois trabalhos convergem em um ponto essencial: para ambos, a indicação de raciocínios e relatos atribuída a esse evidencial por outras classificações não faz parte de seu significado, mas é uma implicatura ou uma interpretação.

Em resumo, as informações discutidas nesta seção permitem generalizar pelos menos dois posicionamentos distintos acerca do não testemunhado em trabalhos que se propõem a elaborar uma classificação da evidencialidade ou a discutir as delimitações teóricas dessa categoria: um deles é hegemônico e considera que esse evidencial expressa raciocínios e relatos, marcando um tipo de evidencialidade indireta; o outro, menos frequente, considera que leituras de raciocínio e relato são, na verdade, implicaturas ou interpretações do verdadeiro significado do não testemunhado, que diz respeito ao não testemunho de um evento.

Nesta tese, defendemos a hipótese de que o não testemunhado não se resume à soma dos significados de evidenciais de raciocínios e relatos, já que, como mostraremos no capítulo

IV, ele coexiste e coocorre com esses outros evidenciais. Esta linha de raciocínio coloca este trabalho em um entendimento dissidente, como o assumido por Hengeveld e Hattner (2015) e Izquierdo-Alegría (2016). De fato, é esse posicionamento discordante que esta tese defenderá ao contrastar as definições dos trabalhos tipológicos ao uso do não testemunhado nas línguas individuais.

A exposição feita neste capítulo objetivou introduzir a categoria da evidencialidade de modo geral, assim como seus subtipos, com destaque ao não testemunhado, que representa o foco desta tese. No próximo capítulo, apresentam-se os pressupostos teóricos que servem de base para a análise do evidencial em questão.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES ENTRE TEMPO E EVIDENCIALIDADE: UM APANHADO TEÓRICO

Este capítulo traz uma introdução teórica à Gramática Discursivo-Funcional e às categorias de tempo e evidencialidade na visão da teoria. A seção 2.1.1 apresenta a estrutura estratificada da GDF, que diferencia quatro níveis de análise linguística, separados a partir de operações pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas. Em seguida, a seção 2.1.2 expõe os operadores temporais reconhecidos pela teoria, e a seção 2.1.3 explica os cinco subtipos de evidencialidade identificados por Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018) a partir da GDF. Por fim, a seção 2.2 discute trabalhos que partem da temporalidade relacionada a evidenciais para defini-los e para diferenciá-los entre si.

2.1 Tempo e evidencialidade segundo a Gramática Discursivo-Funcional

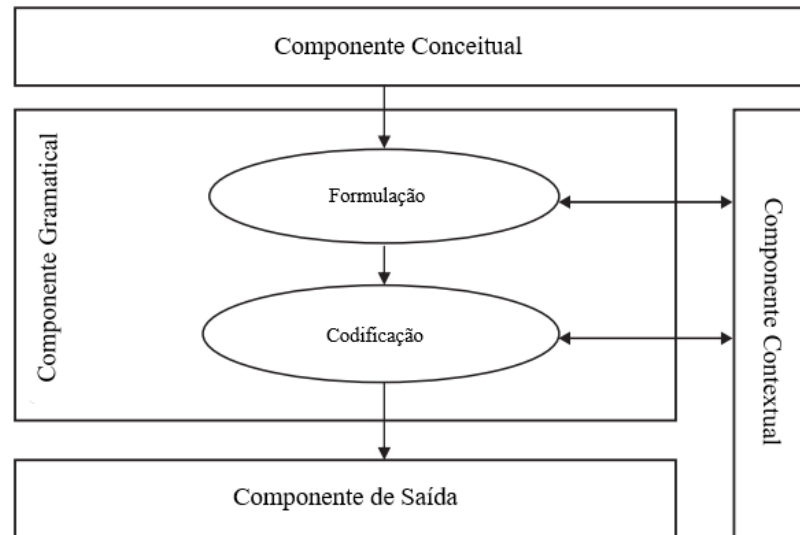
2.1.1 Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008) é um modelo de análise gramatical que visa à adequação tipológica de suas explicações, tomando a função das unidades linguísticas como determinantes para a forma que elas apresentam. Para tanto, a GDF organiza-se em camadas e níveis hierárquicos que captam os diferentes aspectos interpersonais (pragmáticos), representacionais (semânticos), morfossintáticos e fonológicos da produção linguística, permitindo a análise independente de cada um desses aspectos.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF é o componente gramatical de um modelo de interação mais amplo, no qual interagem outros três componentes: o Conceitual, de onde partem as intenções comunicativas do falante; o Contextual, que guarda informações contextuais sobre a interação atual e também sobre as anteriores; e o de Saída, que expressa a linguagem na forma de fala, gestualidade ou escrita.

No entanto, embora a teoria tenha em conta fatores extralinguísticos da interação, seu objeto de análise são as operações linguísticas da produção comunicativa, que acontecem no Componente Gramatical. Na figura 3, esquematiza-se a relação entre os componentes do modelo de interação previsto pela GDF.

Figura 3. GDF como parte de uma teoria de interação verbal mais ampla



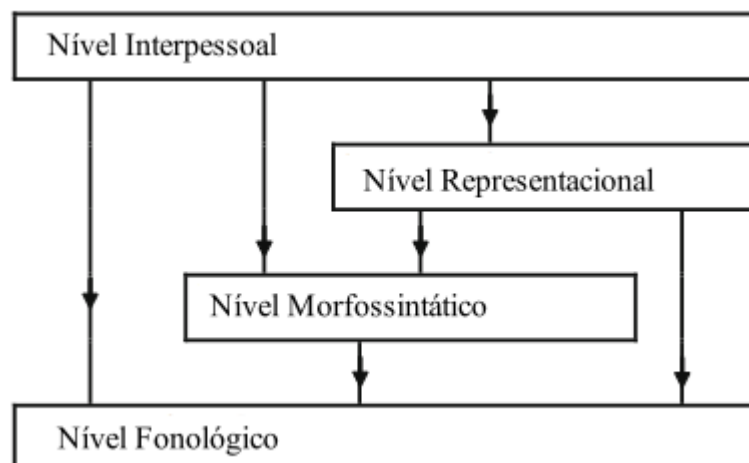
Fonte: traduzida de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 6).

Na figura 3, nota-se que o Componente Conceitual e o Componente Contextual afetam diretamente o Componente Gramatical. A interação entre este último e o Contextual, aliás, é bidirecional: o contexto afeta a produção da linguagem, e a produção da linguagem armazena-se no contexto. Por fim, o Componente Gramatical envia informações ao Componente de Saída para que a linguagem se exteriorize no mundo.

O Componente Gramatical estrutura-se em quatro níveis hierárquicos distintos, nos quais, em dois deles, acontecem as operações de formulação da linguagem, relacionadas à função das unidades linguísticas; e, nos outros dois, as informações são codificadas formalmente. O primeiro desses níveis é o Interpessoal, que contém operações pragmáticas e retóricas empregadas pelo falante para atingir seus propósitos comunicativos. O Representacional, por sua vez, é composto pelas operações semânticas, que fazem o mundo extralinguístico significar. No Nível Morfossintático, a produção dos níveis anteriores é codificada em unidades formais e ordenada conforme os moldes de cada língua. Por fim, no Nível Fonológico, organizam-se as unidades virtuais que representam sons, gestos e símbolos, para que sejam expressas na forma de linguagem real pelo Componente de Saída.

A hierarquia entre os níveis da estrutura do enunciado pode ser vista na figura 4. Tendo em vista que a análise deste trabalho se centra no Nível Representacional, apenas ele é discutido nesta seção, e conceitos de outros níveis são introduzidos somente quando necessários para a compreensão de algum ponto da pesquisa.

Figura 4. Organização dos níveis de análise da GDF



Fonte: traduzida de Fang e Hengeveld (2020, p. 286).

Na figura 4, observa-se, pelas setas descendentes, que os níveis mais altos determinam aspectos dos mais baixos, enquanto o contrário não se verifica. Assim, a GDF entende, por exemplo, que os aspectos pragmáticos do enunciado afetam as operações de todos os outros níveis, ao passo que os aspectos fonológicos apenas codificam o que vem dos demais, sem afetá-los diretamente.

Diferentemente de outras teorias que tomam a palavra ou a oração como sua unidade básica, a GDF assume o Ato Discursivo, que diz respeito às “menores unidades identificáveis de comportamento comunicativo”.³⁰ De maneira simplificada, o Ato Discursivo corresponde a uma declaração, a uma interrogação, a uma ordem ou a qualquer ato de fala que expresse uma intenção comunicativa por parte do falante, independentemente da forma que essa unidade assuma. Assim, mesmo uma única palavra, a depender do contexto, pode expressar um Ato Discursivo completo, como o uso de “Socorro!” para pedir ajuda.

Internamente, os níveis do enunciado estruturam-se a partir de camadas hierárquicas ou não hierárquicas entre si. No caso do Nível Representacional, por conter os aspectos semânticos do enunciado, ele se organiza em torno de categorias ontológicas como as propostas por Lyons (1977), as quais podem ser avaliadas por meio de diferentes parâmetros, como tempo, realidade, verdade, entre outros.

A camada mais alta na hierarquia do Nível Representacional é o Conteúdo Proposicional, que diz respeito a “construtos mentais que não existem no tempo nem no espaço,

³⁰ No original: [...] the smallest identifiable units of communicative behaviour.

mas apenas nas mentes daqueles que os concebem” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 144).³¹ Esse é o caso de uma crença, como no exemplo a seguir:

(11) Jenny acreditava que *sua mãe a visitaria*. (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 144)³²

Por sua vez, ações, eventos, processos etc. aparecem em mais de uma unidade da GDF: uma delas é o Episódio, que é a segunda camada mais alta na hierarquia do Nível Representacional, definida como “um ou mais Estados de Coisas tematicamente coerentes, no sentido de que mostram unidade ou continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduos” (idem, p. 157).³³ No exemplo a seguir, todas as orações, com exceção da última, estão na forma não finita e, por causa disso, recebem sua especificação temporal absoluta a partir dessa última. As ações como um todo se unem temporalmente, caracterizando um Episódio.

(12) Ao sair, parando para verificar a caixa de correio, dando uma olhada para a calçada e parando para ajustar o seu chapéu, ele caminhou até seu carro. (Hengeveld; Mackenzie, 2012, p. 56)

A outra unidade que representa ações, eventos e processos é o Estado de Coisas. Terceiro na hierarquia do Nível Representacional, designa “entidades que podem ser localizadas em tempo relativo e avaliadas em termos de seu estatuto de realidade. Desse modo, é possível dizer que Estados de Coisas ‘(não) ocorrem’, ‘(não) acontecem’ ou ‘(não) são o caso’ em algum ponto ou intervalo no tempo” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 166).³⁴ Em (13), a referência temporal da ação “Sheila saiu” é interpretada como anterior à referência temporal de outro acontecimento, o jantar, o que caracteriza o tempo relativo típico dos Estados de Coisas.

(13) Ontem Sheila saiu antes de jantar. (Hengeveld; Mackenzie, 2012, p. 56)

Por fim, o núcleo de um Estado de Coisas pode ser constituído por uma Propriedade Configuracional, que diz respeito aos moldes de predicação que uma língua contém. Ela é

³¹ No original: [...] mental constructs that do not exist in space or time but rather exist in the minds of those entertaining them.

³² No original: Jenny believed that her mother would visit her.

³³ No original: [...] one or more States-of-Affairs that are thematically coherent, in the sense that they show unity or continuity of Time (t), Location (l), and Individuals (x).

³⁴ No original: [...] are entities that can be located in relative time and can be evaluated in terms of their reality status. States-of-Affairs can thus be said to ‘(not) occur’, ‘(not) happen’, or ‘(not) be the case’ at some point or interval in time.

composta por unidades que não são hierárquicas entre si, o que a GDF denomina uma relação de “equipolência”. Dessas unidades, as que mais interessam a esta tese são o Indivíduo — uma unidade concreta e tangível que ocupa um lugar no espaço — e o Lugar — uma porção de espaço na qual outras unidades podem localizar-se.

Em síntese, o Nível Representacional organiza-se da seguinte forma:

(Conteúdo Proposicional)

(Episódio)

(Estado de Coisas)

(Propriedade Configuracional)

[(Indivíduo) (Lugar)...]

O esquema deve ser entendido assim: as camadas mais altas na hierarquia contêm todas as camadas mais baixas. Portanto, é possível que um Conteúdo Proposicional seja composto por um ou mais Episódios, os quais podem conter um ou mais Estados de Coisas, estes últimos com sua Propriedade Configuracional, na qual se relacionam unidades não hierárquicas entre si, mas que estão subordinadas às mais altas na hierarquia.

Todas as camadas dos níveis linguísticos podem receber especificações de sentido adicionais. Quando essas especificações são expressas lexicalmente, por meio de adjetivos ou advérbios, por exemplo, chamam-se *modificadores*; quando são expressas gramaticalmente, como por meio de sufixos e clíticos, denominam-se *operadores*. As duas próximas seções abordam os operadores que estão na base desta pesquisa: em 2.2 são apresentadas as categorias temporais reconhecidas pela GDF; e em 2.3 apresenta-se o entendimento mais atual da evidencialidade a partir dos pressupostos da teoria, formulado por Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018).

2.1.2 Tempo segundo a Gramática Discursivo-Funcional

Na GDF, o tempo é uma categoria fundamental para a identificação e para a diferenciação de Episódios e de Estados de Coisas. A teoria reconhece ao menos duas categorias temporais: o *tempo absoluto*, que situa a ocorrência de um evento em relação ao momento de enunciação, estabelecendo janelas temporais como “passado”, “presente” e “futuro”; e o *tempo relativo*, que especifica o tempo de ocorrência de um evento em relação a um tempo de referência, com indicações como “anterioridade”, “simultaneidade” e “posterioridade”.

Uma língua como o português distingue diferentes janelas temporais absolutas, representadas pelos conceitos de passado, presente e futuro; entretanto, essas não são as únicas categorias temporais existentes. Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que, em algumas línguas, como no finlandês, há apenas uma oposição entre o passado marcado pelo sufixo *-i*, como em (14a), e o não passado, indicado pela ausência de marcação temporal, este último englobando aquilo que, em outras línguas, corresponderia ao presente e ao futuro, como se vê em (14b-c).

- (14) Finlandês (Sulkala and Karjalainen, 1992, p. 299 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 164)
- a. *istu-i-n* *keittiö-ssä*
sentar.se-PST-1SG cozinha-INESS
"Eu me sentei na cozinha."
- b. *istu-∅-n* *keittiö-ssä.*
sentar.se-NONPST-1SG cozinha-INESS
"Estou sentada/eu vou me sentar na cozinha."
- c. *osta-∅-n* *huomen-na* *auto-n*
comprar-NONPST-1SG amanhã-ESS carro-ACC
"Vou comprar um carro amanhã."

Em (14a), o sufixo *-i* indica que um evento se realizou especificamente no passado; em (14b), por outro lado, sem contexto é possível entender que o evento está acontecendo no momento da enunciação ou que ainda acontecerá. No entanto, pode-se desambiguar o sentido temporal por meio de expressões lexicais, como com o uso de um advérbio de referência futura, como *huomenna* em (14c).

No que concerne às especificações de tempo relativo, sua referência temporal não se ancora no momento da enunciação, mas em um tempo de referência definido contextualmente. Nos exemplos a seguir, a especificação temporal das orações subordinadas é relativa ao tempo marcado na oração principal. Assim, em (15), o evento da subordinada é entendido como simultâneo a um evento passado, sendo a simultaneidade marcada por *-j*; em (16), como anterior a um evento passado, em que a anterioridade se marca por *-shka*; e, em (17), como posterior a um evento passado, sendo a posterioridade marcada por *-na*.

- (15) Imbabura Quechua (Cole, 1982, p. 143 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 173)
- Marya* *Agatu-pi* *kawsa-j-ta* *kri-rka-ni.*
NOME NOME-LOC viver-SIM-ACC acreditar-PST-1
"Eu achava que a Maria vivia em Agato."

- (16) Imbabura Quechua (Cole, 1982, p. 143 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 173)
Marya Agatu-pi kawsa-shka-ta kri-rka-ni.
 NOME NOME-LOC viver-ANT-ACC acreditar-PST-1
 “Eu achava que a Maria tinha vivido em Agato.”
- (17) Imbabura Quechua (Cole, 1982, p. 143 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 174)
Marya Agatu-pi kawsa-na-ta kri-rka-ni.
 NOME NOME-LOC viver-POST-ACC acreditar-PST-1
 “Eu achava que a Maria ia viver em Agato.”

A distinção entre tempo relativo e tempo absoluto é claramente observável no exemplo a seguir: a primeira oração marca, com o sufixo *-li*, o passado, que é a janela temporal em que acontecem os eventos descritos; todas as demais orações apresentam o sufixo *-ka*, o qual indica que o evento em questão é subsequente ao mencionado por último.

- (18) Swahili (Ashton, 1944, p. 133 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, 164)
ni-li-kwenda soko-ni, ni-ka-nunua ndizi sita,
 1SG-PST-ir mercado-LOC 1SG-SUBS-comprar banana seis,

ni-ka-la tatu, ni-ka-mpa mwenz-angu tatu.
 1SG-SUBS-comer três 1SG-SUBS-dar companheiro-1SG.POSS três.
 “Fui ao mercado e comprei seis bananas; comi três e dei três ao meu companheiro.”

O exemplo em (18) é um caso prototípico de como funcionam Episódios, Estados de Coisas, tempo absoluto e tempo relativo: Estados de Coisas isolados podem situar-se em relação uns aos outros por meio de indicações de tempo relativo; além disso, é possível que uma sequência de Estados de Coisas forme um único “bloco” temporal, configurando um Episódio, caracterizado temporalmente por marcas de tempo absoluto.

O quadro a seguir resume as relações temporais apresentadas nesta seção:

Quadro 1. Categorias temporais segundo Hengeveld e Mackenzie (2008)

Camada	Subtipo temporal	Operadores semânticos
Episódio	Absoluto	passado, presente, futuro, não passado.
Estado de Coisas	Relativo	anterior, simultâneo, posterior

Fonte: elaboração própria.

Na próxima seção, discute-se como as noções temporais aqui apresentadas são usadas para diferenciar subtipos evidenciais no âmbito da GDF.

2.1.3 Gramática Discursivo-Funcional e evidencialidade: algumas propostas de análise

Na publicação da GDF, Hengeveld e Mackenzie (2008) preveem a existência de três subtipos de evidencialidade. Para eles, a *reportatividade* indica que o falante está retransmitindo a mensagem de outra pessoa; a *inferência* marca que uma informação é fruto de um raciocínio, que pode ter diferentes bases; e a *percepção de evento* indica se o falante testemunhou ou não a ocorrência de um estado de coisas.

A proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008) é revista por Hengeveld e Hattner (2015), que analisam um conjunto de 64 línguas indígenas brasileiras e, nos materiais descritivos de 34 delas, encontram menção à existência de evidenciais gramaticais. A partir desses dados, os autores propõem o reconhecimento de quatro subtipos de evidencialidade, que já foram mencionados em 1.2, mas que são retomados nesta seção.

O subtipo mais relevante a este trabalho é a *percepção de evento*, que opera no Estado de Coisas e diz respeito a marcas com as quais “o falante indica se testemunhou ou não diretamente o evento descrito em seu enunciado. Com ‘diretamente’, queremos dizer que o falante estava na cena [do evento] e, por meio de um dos sentidos, percebeu a ocorrência de um estado de coisas” (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 487).³⁵ Para Hengeveld e Hattner (idem, p. 488), “[a] percepção de evento também inclui elementos que expressam que um evento não foi percebido diretamente”.³⁶

Para exemplificar a percepção de evento, os autores utilizam as ocorrências a seguir. Em (19), o enunciado contém o evidencial visual *-wi*, que indica que o falante percebeu especificamente pela visão a realização do evento descrito. Já em (20), há um contraste entre o evidencial não testemunhado *-no* e o sensorial genérico *-hiri*, cada um em uma oração diferente, porque o falante não testemunhou, a partir de seus sentidos, Wero descendo da rede, mas o viu sair do local. A não percepção da descida se reflete, na primeira oração, no emprego do evidencial não testemunhado; e a percepção da saída se reflete, na segunda oração, no uso do sensorial genérico.

³⁵ No original: “[...] the speaker indicates whether or not he witnessed the event described in his utterance directly. With ‘directly’ we mean that the speaker was at the scene and through one of the senses perceived the occurrence of a state-of-affairs.”

³⁶ No original: “Event perception also includes elements that express that an event was not perceived directly.”

Um exemplo de inferência apresentado por Hengeveld e Hattner é visto em (22), em que o raciocínio, marcado pelo evidencial *memã*, se baseia no conhecimento que o falante tem sobre os hábitos de um indivíduo:

- (22) Karo (Gabas, 2004, p. 269 apud Hengeveld; Hattner, 2015, p. 485)
aʔ=ket-t memã
 3SG=dormir-IND INFER
 “Suponho que ele esteja dormindo.”

Por fim, Hengeveld e Hattner (2015, p. 484)³⁹ reconhecem a *reportatividade*, que “indica que a fonte da informação transmitida é outro falante”. É o que se nota em (23), em que o falante está relatando algo que ouviu de alguém e, com o uso do clítico *-te*, sinaliza que essa informação tem natureza reportada.

- (23) A'ingae (Hengeveld; Fischer, 2018, p. 339)
fingi fingi=mba=te chhaje=in ja-je
 bater bater=SS=REP voar=SIM ir-IPFV
 "Diz que, batendo e batendo (as asas), ela saiu voando.”

Diferentemente dos evidenciais anteriores, a reportatividade opera no Nível Interpessoal, na camada do Conteúdo Comunicado, que “contém a totalidade do que o Falante deseja evocar em sua comunicação com o Ouvinte” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 87).⁴⁰ Posto de modo simples, o Conteúdo Comunicado diz respeito à mensagem veiculada em um enunciado; assim sendo, o uso de um evidencial reportativo sinaliza que a mensagem produzida por uma pessoa está sendo repassada pelo falante.

Aos quatro subtipos identificados por Hengeveld e Hattner (2015), Hengeveld e Fischer (2018) propõem acrescentar mais um, a *citação*, que opera na camada do Ato Discursivo. Nesse caso, o falante não reconta apenas a mensagem de um enunciado, mas reproduz por completo o ato de fala em que a informação foi dita. Segundo os autores, a diferença entre reportatividade e citação é que esta é usada em contextos de citação literal e pode combinar-se com diferentes ilocuções, ao passo que aquela “não pode combinar-se

by an inferential operator thus elaborates on that existing and stored knowledge rather than reacts to external perceptual stimuli.”

³⁹ No original: “[...] indicate that the source of the information that the speaker is passing on is another speaker.”

⁴⁰ No original: “[...] contains the totality of what the Speaker wishes to evoke in his/her communication with the Addressee.

livremente com todos os tipos de ilocuções” (Hengeveld; Fischer, 2018, p. 349)⁴¹ e é empregada quando o falante reconta uma informação com suas próprias palavras. Em (24), há um exemplo de citação, marcado pelo morfema *khen*, por meio do qual o falante sinaliza que está citando uma ordem dada por outro alguém:

- (24) A'ingae (Hengeveld; Fischer, 2018, p. 340)
chigane afe='fa=ja khen
 por.favor dar=PL.SBJ=IMP QUOT
 “Por favor, me dê isso” (ela disse).”

Em suma, a partir do trabalho de Hengeveld e Hattner (2015) e do acréscimo proposto por Hengeveld e Fischer (2018), atualmente é possível reconhecer cinco subtipos de evidencialidade com o suporte teórico da GDF. Eles estão resumidos no quadro a seguir, junto da camada do enunciado em que operam.

Quadro 2. Subtipos evidenciais e seu escopo segundo Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018)

Subtipo evidencial	Camada de atuação	Nível do enunciado
Citação	Ato Discursivo	Nível Interpessoal
Reportatividade	Conteúdo Comunicado	
Inferência	Conteúdo Proposicional	Nível Representacional
Dedução	Episódio	
Percepção de evento	Estado de Coisas	

Fonte: elaboração própria.

Os subtipos evidenciais apresentados nesta seção resultam de generalizações sobre o funcionamento de diferentes operadores, os quais comungam aspectos de suas funções e operam na mesma camada do enunciado. É exatamente o que se percebe, nos exemplos (19) e (20), a partir do entendimento de Hengeveld e Hattner (2015) de que o não testemunhado, o visual e o sensorial genérico constituem formas alternativas do mesmo subtipo, a percepção de evento. Na verdade, a generalização de traços partilhados por operadores evidenciais estende-se a todos os subtipos identificados pelos autores, o que é dito textualmente: “o fato de que podemos identificar quatro subcategorias de evidencialidade em uma língua não significa

⁴¹ No original: “[...] cannot freely combine with all kinds of illocutions.”

necessariamente que essa língua possa ter apenas quatro marcas evidenciais. No interior de cada subcategoria, mais distinções são possíveis” (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 492).⁴²

Com relação a evidenciais sensoriais e ao não testemunhado, o que permitiria agrupá-los no mesmo subtipo seria sua ligação com percepções sensoriais (indicando existência e ausência delas, respectivamente) e o fato de operarem na mesma camada do enunciado, o Estado de Coisas, segundo Hengeveld e Hattner (2015). O teste fornecido pelos autores para determinar o escopo da percepção de evento são as restrições de tempo absoluto e tempo relativo a que ela está submetida. Mais especificamente, usando exemplos do inglês, Hengeveld e Hattner mostram que a percepção sensorial de um evento (expressa lexicalmente, nesse caso) está restrita à simultaneidade entre o ato de perceber e a ocorrência do evento percebido, como em (25a); quando não há simultaneidade (25b), o enunciado não é gramatical.

- (25) a. I see him cooking. [lit. “estou vendo-o cozinhar”]
 b. *I see him having been cooking. [lit. “*estou vendo-o tendo estado cozinhando”]
 (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 490)

Hengeveld e Hattner (2015) mostram que outros subtipos evidenciais não apresentam a mesma restrição, que é o caso dos exemplos de dedução em (26a-b). Neles, observa-se que a dedução é válida tanto com um evento simultâneo ao ato de deduzir (26a) quanto com um evento que é anterior a esse ato (26b).

- (26) a. I smell that he is cooking. [Parece (lit. “sinto pelo olfato”) que ele está cozinando.]
 b. I smell that he has been cooking. [Parece (lit. “sinto pelo olfato”) que ele esteve cozinando.] (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 490)

Segundo Hengeveld e Hattner (2015), o fato de a percepção de evento não permitir modificações de tempo relativo (nem de tempo absoluto), estando restrita à simultaneidade, indica que esse subtipo opera na camada do Estado de Coisas. Nesse sentido, essa previsão teria de ser válida para qualquer operador evidencial abarcado pela percepção de evento, como os sensoriais genéricos, o visual, o não visual sensorial e o não testemunhado.

⁴² No original: “The fact that we can identify four subcategories of evidentiality in a language does not necessarily mean that this language may only have four evidential markers. Within each subcategory further distinctions are possible.

Contudo, tal predição é claramente feita em um contexto de percepção sensorial direta, como em (25), no qual o não testemunhado não se aplica.⁴³ Assim sendo, é possível questionar a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008), reproduzida por Hengeveld e Hattner (2015), de congregar o não testemunhado e evidenciais visuais, não visuais sensoriais e sensoriais genéricos em uma única subcategoria de evidencialidade, já que o primeiro não está restrito a contextos de percepção sensorial como estes últimos estão. Tal questionamento é desenvolvido no próximo capítulo.

2.2 Abordagens temporais da evidencialidade

A evidencialidade, assim como outras categorias gramaticais, como a modalidade, codifica aspectos da epistemologia nas línguas naturais (Bergqvist; Kittilä, 2019; Aikhenvald, 2021; 2023). Por essa razão, ela mantém forte ligação com outras categoriais, a mais notável delas sendo o estatuto da evidencialidade como um subtipo de modalidade epistêmica ou não (ver Dendale, 2001; de Haan, 1999 para um apanhado sobre o assunto).

Mais recentemente, há uma discussão sobre se constituem ou não tipos de evidencialidade outras representações linguísticas do conhecimento, como a miratividade (que sinaliza informação nova ou surpreendente), a egoforicidade (que marca a “autoridade epistêmica” do falante e do ouvinte) e o engajamento (que especifica se o conhecimento é comum a todos os participantes do discurso ou se está restrito a algum deles – ver Bergqvist; Kittilä, 2019 para uma discussão sobre o tema e sobre as diferenças dessas categorias). Portanto, a evidencialidade é uma categoria em eterna revisão.

Além disso, Aikhenvald e Dixon (1998) e Aikhenvald (2015) mostram que, muitas vezes, os sistemas gramaticais por meio dos quais a evidencialidade se expressa também são os responsáveis pela codificação de tempo, aspecto e pessoa. Os autores salientam que a escolha por uma dessas categorias pode afetar as possibilidades de escolha das demais: os tempos passados geralmente permitem mais especificações evidenciais do que presente e futuro; por outro lado, é possível que o tempo só possa marcar-se quando certos de tipo de evidencialidade forem escolhidos, como no estoniano, em que o uso do reportativo reduz as opções de escolha das especificações temporais, as quais, no entanto, podem ser escolhidas com os outros

⁴³ Em algumas línguas, a marca do não testemunhado até pode ser usada em contextos de percepção direta se o falante quer indicar que uma ação aconteceu sem que ele tivesse consciência ou controle sobre ela, ou se ele quer distanciar-se dela, para não assumir responsabilidade sobre o ocorrido; no entanto, esses usos não expressam o acesso do falante à informação, portanto não se caracterizam como evidenciais. Em um exemplo como (29), em que o falante está consciente e no controle de suas ações, responsabilizando-se plenamente por elas, o não testemunhado não aparece.

com =*da* e =*ya*, respectivamente. O contexto adicional fornecido por Rule (1974) entre parênteses deixa clara a diferença temporal entre os dois enunciados.

(29) Huli (Rule, 1974, p. 60 apud San Roque; Loughnane, 2012, p. 155)

- a. *ì kāgua gīlibi-ru=da*
 1SG ruim escrever-1SG-PST=DED:ATUAL
 “Escrevi de forma ruim.” (Analisando a evidência da escrita ruim no papel diante dele.)
- b. *ì kāgua gīlibi-ru=ya*
 1SG ruim escrever-1SG-PST=DED:ANTERIOR
 “Escrevi de forma ruim.” (Ao contar a seus pais após ter visto a escrita ruim em seu livro e ter ido para casa sem o objeto.)

No *foe*, por sua vez, San Roque e Loughnane (2012) explicam que a temporalidade referente ao acesso à informação codificado pelo evidencial encarrega-se também de marcar o tempo do evento descrito no enunciado: o evidencial sensorial =*yarua* indica que a percepção é feita simultaneamente ao momento de enunciação (30a) e permite uma leitura de evento presente, ao passo que o sensorial =*yatia* marca a percepção como anterior ao momento de enunciação (30b) e permite uma leitura de evento passado.⁴⁶

(30) *Foe* (San Roque; Loughnane, 2012, p. 156)

- a. *rinini wa=yarua*
 espírito vir=SENS:ATUAL
 “O espírito está vindo.” (Estou sentindo.)
- b. *rinini wa=yatia*
 espírito vir=SENS:ANTERIOR
 “O espírito está vindo.” (Eu senti.)

Segundo San Roque e Loughnane (2012), a temporalidade que caracteriza a percepção é capaz de implicar o tempo do estado de coisas descrito no enunciado, porque a ocorrência do evento e sua percepção sensorial geralmente são simultâneos, de modo que, se condizem com o momento de enunciação, localizam-se no presente; mas, se são anteriores a ele, situam-se no passado.

A independência temporal de marcas evidenciais também é vista em línguas de outras partes do mundo, como no *matsés* (Fleck, 2003; 2007), no *kotiria* (Stenzel, 2013) e no

⁴⁶ A simultaneidade exigida pelos evidenciais sensoriais se dá entre a percepção sensorial e aquilo que é percebido, e não entre um desses eventos e o momento da enunciação. Desse modo, a percepção e o que se percebe podem ser ambos concomitantes ao momento da enunciação ou ambos anteriores a ele.

wa'ikhana (Soares, 2019), o que corrobora a utilidade da distinção entre “evento codificado pelo predicado principal” e “evento de percepção” proposta por San Roque e Loughnane (2012) para além de línguas faladas na Papua-Nova Guiné.

A temporalidade relacionada aos evidenciais tem recebido destaque em muitas descrições elaboradas com o suporte teórico da Semântica Formal (Faller, 2002; 2004; Matthewson, 2010; Lee, 2011; 2013; Koev, 2011; Klose, 2014; entre vários outros), os quais utilizam noções de tempo relativo para diferenciar o sensorial genérico, o não testemunhado e a dedução. A título de ilustração, Faller (2004) trata especificamente da temporalidade do não testemunhado, analisando-o como uma marca que indica que o falante não estava presente no mesmo tempo e no mesmo espaço em que um estado de coisas aconteceu, o que faria desse evidencial um índice dêítico.

Na verdade, embora várias propostas da semântica formal discorram sobre evidenciais de base modal e de base ilocucionária — cuja diferença não é relevante a este estudo —, Faller (2004) propõe o reconhecimento de uma “evidencialidade do nível do evento”, que pode ser facilmente aproveitada ao se adotar a GDF como suporte teórico. Tal possibilidade decorre do uso de entidades ontológicas semelhantes, na GDF e na Semântica Formal, para explicar o funcionamento de categorias semânticas, como Tempo e Lugar. Essas categorias, aliás, são consideradas por Faller (2004) como componentes centrais do não testemunhado na língua cusco quechua, como dito no parágrafo anterior.

Assim sendo, os testes e os dados apresentados em trabalhos como o de Faller (2004), por dizerem respeito a aspectos da temporalidade e da espacialidade da evidencialidade não testemunhada, dão espaço para uma releitura sob a ótica da GDF, a qual parte das mesmas unidades semânticas para determinar o escopo desse evidencial. Portanto, desde que respeitadas as diferenças entre as teorias, trabalhos da Semântica Formal sobre o não testemunhado em muito têm a contribuir com esta pesquisa no que tange a dados sobre esse evidencial.

As abordagens temporais apresentadas até aqui interessam a esta tese em razão da reformulação proposta para a GDF acerca do entendimento sobre o não testemunhado, a qual será feita no capítulo V. Essas propostas serão aproveitadas nas análises, da forma como se explica a seguir.

Em primeiro lugar, assim como Hattnher (2013) e San Roque e Loughnane (2012), esta pesquisa reconhece que um enunciado marcado por um evidencial pressupõe diferentes eventos: não só o descrito no enunciado, mas também o da própria obtenção da informação. Logo, para caracterizar temporalmente o não testemunhado, a identificação de ao menos dois estados de coisas é necessária:

- i) a situação descrita no enunciado; e
- ii) o acesso à informação por meios não sensoriais.

A partir desses eventos, é possível compreender se o momento em que o falante obtém uma informação é simultâneo, anterior ou posterior ao momento em que o estado de coisas descrito acontece. Além disso, não necessariamente aspectos do evento de acesso à informação estarão marcados em uma língua, ainda que essa marcação seja possível, como mostram os exemplos do huli e do foe apresentados anteriormente. Ainda assim, é possível comparar a interação entre os estados de coisas (i) e (ii) a partir da informação adicional que os autores oferecem aos exemplos, já que a relação entre os eventos é recuperada de sua cronologia no mundo extralinguístico, e, muitas vezes, as informações adicionais deixam clara a temporalidade de (i) em relação a (ii).

Um último ponto a ser mencionado é o de que, para a análise de outros subtipos evidenciais, podem ser necessários outros eventos ou noções para além do acesso à informação e do estado de coisas descrito no enunciado. A propósito, mesmo na análise de sentidos não evidenciais veiculados pelo morfema do não testemunhado, como a miratividade, é preciso considerar outros parâmetros além do evento de obtenção da informação. Apenas para exemplificar, no caso da miratividade, é necessário atentar-se às expectativas do falante sobre uma informação, assim como ao estatuto dela enquanto dada ou nova, surpreendente etc. No entanto, para a análise feita no capítulo V, a identificação dos eventos (i) e (ii) já é suficiente.

CAPÍTULO III

ESCOPO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo sintetiza aspectos metodológicos desta tese que já foram anunciados anteriormente, como os objetivos e as hipóteses, e apresenta escolhas metodológicas que ainda não haviam sido justificadas, como a composição da amostra de análise. Inicialmente, a seção 3.1 mostra que este trabalho objetiva propor um novo entendimento sobre o não testemunhado tanto para a Tipologia quanto para a GDF. Posteriormente, a seção 3.2 apresenta a composição da amostra para análise. Por fim, a seção 3.3 explica os critérios de levantamento dos dados e o questionário tipológico utilizado na investigação.

3.1 Hipóteses e objetivos

Apesar de a maioria das classificações da evidencialidade considerar que o não testemunhado pode ser definido como a soma do significado de outros evidenciais, raramente elas se propõem a discutir por que então uma língua pode apresentar tanto marcas não testemunhadas quanto evidenciais de raciocínio e relato. Mais do que isso: além de coexistirem em uma mesma sincronia, o não testemunhado e esses outros evidenciais podem coocorrer sem que o enunciado se torne redundante, como acontece no jarawara. Nessa língua, sufixos de tempo e evidencialidade não testemunhada, como *-mata* e *-himata* nos exemplos a seguir, são usados em conjunto com o sufixo de evidencialidade reportativa *-mona* e com o verbo secundário⁴⁷ que indica dedução *awa*, como se vê em (31) e (32), respectivamente:

(31) Jarawara (Dixon, 2004, p. 598)

<i>jomee</i>	<i>wara</i>	<i>to-misa-rima</i>
onça(M)	agarrar	DIR-DIR-REPT

<i>ne-mata-mona-ka</i>	<i>ahi</i>
AUX-REM.PST.NWIT.M-REP.M-DECL.M	DEICT.VIS

<i>noho.ho</i>	<i>na-wahe-ba-no-ho</i>
estar.doente.RED	AUX-ACONTECIMENTO.SEGUINTE-FUT-IMM.PST.NWIT.M-DEP

“Diz que ele agarrou a onça outra vez, bem aqui em cima, e o que aconteceu depois foi que ele ficou doente.”

⁴⁷ De acordo com Dixon (2004, p. 226), um verbo secundário é um constituinte que “se insere em uma sequência de sufixos (aparecendo depois de marcas de tempo e modalidade e antes de marcas de modo), mas que representa, por si só, uma palavra separada”.

No original: [...] intrude into a sequence of suffixes (coming after tense-modal and before mood) but are themselves separate words.

(32) Jarawara (Dixon, 2004, p. 598)

<i>jimo</i>	<i>sone-himata</i>	<i>awa-ka</i>
formiga(M)	cair-PROX.PST.NWIT.M	DED.M-DECL.M

<i>Saokato</i>	<i>kaa</i>	<i>makari</i>	<i>tosi</i>	<i>jaa</i>
NOME(M)	POSS	roupas(M)	parte.de.trás	PERI

Parece que a formiga caiu na parte de trás das calças do Salgado.

No exemplo (31), *-mata* simultaneamente caracteriza um evento como passado e como não testemunhado pelo falante. Além disso, o enunciado faz parte de uma narrativa, então o sufixo de tempo/evidencialidade vem acompanhado do reportativo *-mona*, uma combinação que, segundo Dixon (2004), é comum quando o falante conta histórias tradicionais.

Por sua vez, a ocorrência em (32) apresenta a forma masculina do sufixo de tempo/evidencialidade não testemunhada, *-himata*, usada na mesma oração que o verbo secundário *awa*, uma marca de dedução. Enquanto *-himata* indica que o evento aconteceu no passado e que ele não foi testemunhado pelo falante, *awa* especifica que esse evento é uma conclusão a que o falante chegou com base em uma percepção sensorial.

Nos exemplos apresentados, um primeiro fato que chama atenção é a fusão do não testemunhado à categoria de tempo, enquanto a reportatividade e a dedução expressam-se independentemente. Nesse contexto, se se considera, como Faller (2004), que o não testemunhado situa o centro dêitico do falante em relação à ocorrência do evento, então a ligação desse evidencial com o tempo gramatical se torna óbvia, já que o tempo é uma categoria dêitica por excelência (Parret, 1988). Sendo assim, tempo e evidencialidade não testemunhada se aproximariam na medida em que ambos posicionam um centro dêitico em relação à ocorrência de um estado de coisas.

Partindo da concepção de que o não testemunhado possa ser considerado um índice dêitico, a **hipótese** deste trabalho é a seguinte:

- O não testemunhado não se resume à soma das funções de outros evidenciais, como defendem várias classificações da evidencialidade de cunho tipológico, mas apresenta uma função distinta da indicação de raciocínios e relatos: o não testemunhado expressa que um estado de coisas não foi percebido pelos sentidos e, desse modo, situa o falante em um tempo e/ou em um espaço diferentes daqueles em que um estado de coisas ocorre. Mais especificamente, presume-se que a noção de “testemunho” e “não

testemunho” de uma ação possa ser explicada a partir da (não) coincidência, em termos de tempo e/ou espaço, entre um centro dêitico e a realização de um estado de coisas.

A fim de verificar a hipótese levantada, o **objetivo** desta tese é:

- Tipificar a função do evidencial não testemunhado, apontando características que o diferenciem de evidenciais que indicam raciocínios e relatos.

Uma consequência da investigação desta tese é a reformulação do entendimento sobre o não testemunhado no âmbito da GDF, já que, ao usá-la como suporte teórico, este trabalho constatou que as previsões da teoria não correspondem ao modo como o evidencial é definido em alguns materiais descritivos. A respeito dessa divergência, de acordo com Hengeveld e Hattner (2015), o uso da percepção de evento está restrito a contextos nos quais o testemunho de um Estado de Coisas e sua ocorrência são simultâneos. Essa predição deveria ser válida não só para os evidenciais que indicam existência de uma percepção sensorial, como o visual, mas também para o não testemunhado, já que os autores o consideram um operador de percepção de evento.

No entanto, autores como Koev (2011) e Klose (2014) indicam que, para que o não testemunhado seja usado, o momento em que o falante obtém a informação deve ser posterior ao momento em que o estado de coisas descrito acontece:

Búlgaro: Os evidenciais do búlgaro são morfemas de “tempo secundário” que representam uma relação temporal entre um evento de obtenção [da informação] passado/um “agora” secundário e o tempo tópico. [...] A evidencialidade não testemunhada sinaliza que o falante soube da proposição em questão *depois* do tempo tópico. (Koev, 2011, p. 123, grifo nosso)⁴⁸

Aymara: Em aymara, o paradigma verbal das flexões do muito distante [evidencial não testemunhado] pressupõe um tempo de obtenção da informação que se situa *depois* do tempo de referência. (Klose, 2014, p. 115-116, grifo nosso)⁴⁹

⁴⁸ No original: Bulgarian evidentials are ‘secondary tense’ morphemes which represent a temporal relation between a past learning event/a secondary ‘now’ and the topic time. [...] IND signals that the speaker learned the scope proposition after the topic time.

⁴⁹ No original: The far distant (FD) verbal inflectional paradigm in Aymara presupposes a learning time (LT) which is situated after the reference time (RT).

As citações de Koev (2011) e Klose (2014) descrevem um funcionamento para o não testemunhado que diverge daquilo que Hengeveld e Hattnher (2015) preveem para esse evidencial. Essa discrepância leva ao questionamento do próprio agrupamento do não testemunhado com evidenciais de informação sensorialmente percebida, haja vista que eles exibiriam funcionamentos distintos em relação ao tempo relativo.

Levando em conta a divergência apresentada, esta tese tem outras duas **hipóteses**, dessa vez relacionadas especificamente ao entendimento da GDF sobre o não testemunhado:

- O evidencial não testemunhado não está restrito a contextos de simultaneidade entre a ocorrência de um Estado de Coisas e o momento em que o falante passa a saber dela;
- Se a hipótese anterior é verdadeira, então o evidencial não testemunhado e os evidenciais de informação sensorialmente percebida devem constituir subtipos evidenciais distintos, já que não poderiam mais ser agrupados a partir de sua semelhança temporal.

Para investigar essas hipóteses, o seguinte **objetivo** é formulado:

- Reformular o tratamento conferido ao evidencial não testemunhado pela Gramática Discursivo-Funcional.

Para alcançar os propósitos mencionados, esta tese tem os seguintes **objetivos específicos**:

- I. Mapear e comparar os usos e as definições do não testemunhado, a fim de caracterizar seu significado;
- II. Identificar os contextos temporais nos quais o não testemunhado é usado, para verificar se se restringem à simultaneidade entre a ocorrência de um Estado de Coisas e a tomada de consciência sobre ela;
- III. Definir em que medida o não testemunhado e evidenciais sensoriais assemelham-se em seu funcionamento temporal, a fim de corroborar ou não o seu agrupamento em um mesmo subtipo, tal como o proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattnher (2015).

Com esses objetivos, será possível verificar as hipóteses formuladas anteriormente, sobre a função do não testemunhado em relação à de outros evidenciais; sobre os contextos temporais que licenciam o não testemunhado; e sobre a validade de agrupá-lo com evidenciais sensoriais.

3.2 Composição da amostra

A literatura sobre evidencialidade diverge em relação a considerar ou não elementos lexicais como expressões genuínas dessa categoria (ver Aikhenvald, 2004; Squartini, 2007; Boye; Harder, 2009; entre muitos outros). O que se pode dizer sobre esses elementos com segurança é que, para terem reconhecida uma leitura análoga à evidencialidade, eles demandam informações contextuais robustas devido à sua polissemia (Gonçalves, 2003; Vendrame, 2010; Kapp-Barbosa, 2017; Hattner, 2018; Silva, 2020, apenas para citar trabalhos sobre a evidencialidade expressa lexicalmente no português).

Nesse panorama, analisar itens lexicais que indicam acesso à informação é um trabalho possível quando feito em línguas majoritárias como o português, o espanhol e o inglês, que possuem grande quantidade de dados acessíveis à pesquisa. No entanto, ao se trabalhar com línguas minoritárias, que são aquelas com a maior variedade de evidenciais (Aikhenvald, 2004; 2018), analisar a expressão lexical dessa categoria torna-se praticamente inexecutável, pois os materiais descritivos dessas línguas quase sempre apresentam pouca ou nenhuma informação do contexto de produção dos exemplos.

Assim, tendo em vista que esta tese visa à comparação dos evidenciais não testemunhados de diferentes línguas, e considerando a dificuldade de se trabalhar com itens lexicais que denotam acesso à informação, este trabalho limita sua análise a evidenciais gramaticais. Essa restrição visa excluir itens lexicais altamente polissêmicos que, às vezes, podem ser entendidos como evidenciais, mas cujo sentido seria difícil determinar na ausência de contexto. Por outro lado, os evidenciais gramaticais, mesmo que expressos em morfemas cumulativos com outras categorias, exibem polissemia em um grau muito menor, o que faz com que o pouco contexto seja menos comprometedor à sua análise.

Além disso, assim como em várias outras teorias, muitas vezes, é difícil diferenciar categoricamente pela GDF um item lexical de um item gramatical (Hengeveld, 2011; Keizer, 2007; Giomi, 2023a;b). Essa diferenciação torna-se ainda mais difícil de ser feita quando os dados de uma língua se restringem a poucos artigos ou monografias, como acontece com aquelas das famílias Nambikwara e Yanomami, por exemplo, que são expoentes de sistemas evidenciais complexos.

Em consequência da dificuldade de se avaliar um item como lexical ou gramatical a partir dos muitos critérios fornecidos pela GDF, esta tese adota uma decisão metodológica mais prática: consideram-se gramaticais os elementos assim descritos em seus materiais, desde que não haja evidências do contrário — como a afirmação, por parte do autor, de que determinado item é lexical ou de que se trata de um verbo ou de um advérbio. Como resultado dessa decisão, os evidenciais analisados nesta tese correspondem a sufixos, clíticos, partículas e construções sintáticas, os quais estão dispostos no quadro 4 adiante, após a exposição das línguas da amostra.

Tendo como base as considerações feitas até aqui, a amostra analisada é constituída por 14 línguas que contêm marcas não testemunhadas descritas como gramaticais. Essas línguas estão divididas em 12 famílias e são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3. Línguas da amostra

Áreas	Famílias	Línguas	Descrições
Américas	Aymara	aymara	Klose (2016)
	Tupí-Guaraní	guaraní paraguaio	Carol e Avellana (2019); Pancheva e Zubizarreta (2019).
	Quechua	cusco quechua	Faller (2004)
	Mondé	suruí-paiter	Yvinec (2011; 2012)
	Arawá	jarawara	Dixon (2004)
	Tuparí	tuparí	Singerman (2019)
	Yanomami	sanumá, yanomami, yanomán	sanumá (Autuori, 2019); yanomami (Ramirez, 1994); yanomán (Ferreira, 2017)
	Pano	kaxinawá	Camargo (1996)
	Algonquina	innu	James, Clarke e MacKenzie (2001); Junker, Valentine e Quinn (2018)
	Mapudungu	mapuche	Smeets (2007)
Eurásia	Nakho-Daguestânica	checheno	Molochieva e Nichols (2018)
	Indo-Europeia	búlgaro	Koev (2011)

Fonte: elaboração própria.

O conjunto das línguas analisadas diz respeito a uma amostra de conveniência, isto é, um agrupamento de línguas que levou em conta não a diversidade em termos de áreas e famílias, mas prezou pela existência, nos materiais descritivos, da menção a evidenciais não testemunhados gramaticais e de explicações sobre o uso desses evidenciais. Uma amostra como essa está de acordo com os objetivos desta tese, que não são verificar a frequência com que o não testemunhado ocorre nas línguas naturais — o que poderia ser feito com uma amostra tipologicamente balanceada —, mas entender o funcionamento desse subtipo evidencial e sua relação com o tempo, o que obviamente exige a existência de uma descrição dessas categorias que seja suficiente aos propósitos do trabalho.

Inicialmente, esta tese tinha como foco apenas línguas indígenas brasileiras. No entanto, embora os materiais de algumas delas sejam bastante detalhados — como é o caso de Ramirez (1994), Dixon (2004), Ferreira (2017), Autuori (2019) e Singerman (2019), apenas para citar alguns —, a descrição do não testemunhado em várias outras é insuficiente para os fins da pesquisa. Um caso de destaque é a família Tupi-guarani, na qual a evidencialidade não testemunhada é uma característica proeminente (Cabral, 2007), mas há descrições que sequer apresentam exemplos desse tipo de evidencialidade, como Harrinson (1975) e Sousa (2017).

Por isso, a amostra foi expandida tendo como parâmetro a qualidade da descrição do não testemunhado e a variedade dos sistemas evidenciais. Essa é a razão de haver três línguas Yanomami na amostra, as quais, apesar de pertencerem à mesma família, dispõem de evidenciais não testemunhados que funcionam diferentemente em cada uma delas. Essa também é a razão pela qual foram excluídas línguas de uma mesma família que contêm sistemas evidenciais semelhantes, como acontece nas Nakho-Daguestânicas.

A composição da amostra resultou em um conjunto de línguas faladas nas Américas, como o cusco quechua (Faller, 2004), o aymara (Klose, 2014) e o guarani paraguaio (Carol; Avellana, 2019), e línguas da Eurásia, faladas nas fronteiras entre a Europa e a Ásia, como o búlgaro (Koev, 2011) e o checheno (Molochieva; Nichols, 2018). A respeito dessa composição, não é surpreendente que a amostra acabe por ser constituída de tal maneira, já que línguas que opõem a informação testemunhada à não testemunhada, segundo Aikhenvald (2004, p. 28),⁵⁰ “são encontradas em uma variedade de línguas indígenas das Américas do Norte e do Sul, assim como em um número de línguas da Eurásia”. Ainda assim, por se basear em uma amostra que não está balanceada areal ou geneticamente, os resultados aqui descritos são válidos apenas ao

⁵⁰ No original: [...] are found in a variety of North and South American Indian languages, and in a number of languages in Eurasia.

conjunto de línguas estudado. Fica relegada, a trabalhos futuros, a tarefa de verificar a validade desses resultados a línguas de outras famílias e regiões.

O estatuto morfossintático dos evidenciais não testemunhados analisados nesta pesquisa consta no quadro 4, assim como a denominação que eles recebem nos materiais descritivos consultados. Note-se que, em alguns casos, como no aymara ou no cusco quechua, os itens analisados não necessariamente recebem uma denominação relacionada à evidencialidade no material descritivo; às vezes, sequer recebem um rótulo, sendo referidos diretamente por sua forma na língua, como no kanixawá.

Quadro 4. Estatuto morfossintático dos evidenciais não testemunhados da amostra analisada

Língua	Evidenciais no material descritivo	Classificação morfológica
aymara	<i>far distant</i>	sufixo
guaraní paraguaio	<i>ra'e</i> (Carol; Avellana, 2019); <i>indirect evidential</i> (Pancheva; Zubizarreta, 2019)	partícula
cusco quechua	<i>past tense marker</i>	sufixo
suruí-paiter	<i>non-testimoniale</i> (Yvinec, 2011); <i>non-witnessed</i> (Yvinec, 2012)	partícula
jarawara	<i>non-eyewitness</i>	sufixo
tuparí	<i>non-witnessed</i>	sufixo
sanumá	não testemunhado	cópula
yanomami	<i>non-testimonial</i>	construção morfossintática
yanomán	<i>non-eye-witnessed</i>	construção morfossintática
kaxinawá	<i>-iki</i>	sufixo
innu	evidential suffixes	sufixo
mapuche	<i>reportative</i>	sufixo
checheno	<i>indirect evidence</i>	construção morfossintática
búlgaro	<i>indirect evidential</i>	sufixo

Fonte: elaboração própria.

No quadro acima, nota-se que, nas línguas da amostra, o evidencial não testemunhado se expressa predominantemente por meio de sufixos; em menor medida, aparece também na forma de construções morfossintáticas, partículas e cópula. Sobre a terminologia empregada

pelos autores, observa-se que a menção ao não testemunho ou à evidencialidade indireta são as denominações mais comuns para designar o evidencial. Menos frequentemente, os autores fazem referência direta à forma do não testemunhado ou a algum significado/alguma leitura também indicada pelo morfema, como a de evento passado ou a de informação relatada.

Há ainda dois últimos aspectos metodológicos que devem ser mencionados. O primeiro deles é que, pontualmente, dados de línguas que não compõem a amostra são apresentados para discutir ou exemplificar algum tópico. Essas línguas não estão inclusas na amostra seja porque não apresentam o evidencial não testemunhado, seja porque o apresentam, mas não dispõem de informações suficientes para serem incorporadas à análise, apesar de exibirem alguma característica relevante para a discussão.

O segundo aspecto diz respeito aos materiais descritivos analisados, que foram produzidos por especialistas nas línguas em questão e vão de gramáticas completas a artigos e monografias dedicados à evidencialidade. Tendo em vista que eles foram elaborados sob diferentes perspectivas teóricas, as glosas dos exemplos estão padronizadas segundo as convenções de *The Leipzig Glossing Rules* e da GDF, a fim de garantir a unidade da análise.

3.3 Critérios de levantamento e de análise das ocorrências

Como se viu anteriormente, segundo Haspelmath (2010), a análise tipológica requer um conceito comparativo que permita identificar uma categoria em diferentes línguas. Essa necessidade decorre da falta de uma correspondência total entre as categorias descritivas de línguas individuais, já que elas apresentam suas particularidades no interior dos sistemas gramaticais que as contêm e, por isso, diferem entre si.

Portanto, em busca de um conceito comparativo que permita o levantamento dos dados, esta tese parte da concepção da evidencialidade não testemunhada segundo o suporte teórico da GDF, a qual se materializa nos seguintes excertos:

- Há uma categoria que existe na camada do Estado de Coisas e que sinaliza percepção direta *ou ausência dela*. (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 177, grifo nosso)⁵¹
- A percepção de evento também inclui elementos que expressam que um evento não foi percebido diretamente. (Hengeveld; Hattner, 2015, p. 488)⁵²

⁵¹ No original: there is a category that obtains at the layer of the State-of-Affairs and signals direct perception or its absence.

⁵² No original: Event perception also includes elements that express that an event was not perceived directly.

Nas citações de Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015), observa-se que o não testemunhado é designado como *ausência de percepção sensorial*. Por isso, o conceito comparativo que guia o levantamento dos dados é o seguinte:

- A evidencialidade não testemunhada apenas indica que o falante não percebeu pelos sentidos a ocorrência de um estado de coisas.

Tal proposição está de acordo com a hipótese desta tese de que a ausência de percepção sensorial veiculada pelo evidencial não testemunhado é um valor semântico diferente da indicação de raciocínios e relatos.

Levando em conta o conceito comparativo formulado nesta seção, os *critérios de levantamento de dados* são dois:

- a. A marca do não testemunhado tem de estar descrita como gramatical, o que engloba diferentes estratégias morfossintáticas, como sufixos e partículas;
- b. A marca é usada quando o falante não presenciou a ocorrência de um evento.

O parâmetro (a) está de acordo com a restrição desta pesquisa a marcas gramaticais de evidencialidade, cuja motivação foi explicada na seção anterior. O critério (b), por seu turno, permite separar o não testemunhado de outros evidenciais ditos “indiretos”, como se afirmou há pouco.

Por sua vez, a análise dos dados é feita por meio de um questionário tipológico, que se divide em três grupos: o primeiro diz respeito à definição do não testemunhado; o segundo, à sua relação com outros evidenciais em uma mesma língua; e o terceiro, à caracterização temporal do não testemunhado.

— *Sobre a definição do não testemunhado:*

1. De que maneira esse evidencial é definido na língua analisada?
 - 2.a O não testemunhado é usado apenas para indicar raciocínios e relatos? Em caso negativo,
 - 2.b Há outros empregos relacionados ao acesso à informação? Ou há somente usos não evidenciais?

— *Sobre a relação do não testemunhado com outros evidenciais:*

3.a A língua em questão apresenta outros subtipos evidenciais além do não testemunhado? Em caso afirmativo,

3.b O não testemunhado contrasta-se, em um paradigma gramatical, com algum deles?

4. O não testemunhado coocorre com outros evidenciais?

— *Sobre a caracterização temporal do não testemunhado:*

5.a Há informações contextuais para avaliar, em termos temporais, o momento de acesso à informação? Em caso afirmativo,

5.b O momento de acesso à informação é simultâneo, anterior ou posterior ao evento especificado pelo não testemunhado?

6. O não testemunhado coocorre com marcas formais de simultaneidade, anterioridade e/ou de posterioridade?

7.a O evento de acesso à informação, codificado pelo evidencial, pode receber suas próprias marcas temporais? Em caso afirmativo,

7.b O acesso à informação e a situação não testemunhada podem estar em janelas temporais distintas?

Para avaliar a conceituação do não testemunhado, a primeira questão examina o modo como os materiais consultados o definem, de modo que se possa levar em conta, na reanálise, a interpretação dos especialistas das línguas em questão. Já a segunda questão visa investigar o posicionamento mais tradicional das abordagens tipológicas sobre o não testemunhado, que tendem a considerá-lo simplesmente a expressão de raciocínios e relatos. Em vista disso, se o evidencial abarcar outros contextos de informação não testemunhada, é preciso repensar sua conceituação tradicional.

A terceira questão objetiva avaliar o funcionamento do não testemunhado em relação a outros evidenciais, com destaque a como ele se opõe formalmente a estes últimos. O não pertencimento ao mesmo paradigma é essencial para que o não testemunhado coocorra com outros, o que é inquirido pela quarta questão. Segundo Hengeveld e Hattner (2015), a coocorrência entre marcas é um indício de que elas dizem respeito a operadores diferentes, o que servirá para argumentar que o não testemunhado difere de outros evidenciais ditos “indiretos”.

Para avaliar a temporalidade do não testemunhado, a quinta questão verifica a disponibilidade de informação contextual nos exemplos, pois essa informação é essencial para definir a relação entre um estado de coisas e o momento em que o falante passa a saber dele.

Na mesma direção, a sexta questão observa a coocorrência do não testemunhado com marcas formais de tempo relativo, com a expectativa de que essa coocorrência contribua para caracterizar a temporalidade do evidencial. Ambos os critérios objetivam permitir um contraste entre o não testemunhado e evidenciais sensoriais e sua combinação com a categoria de tempo relativo.

Por fim, a sétima questão procura uma evidência adicional da constituição temporal do não testemunhado. Assumindo que o evento de acesso à informação pode ter sua própria referência temporal, como propõem San Roque e Loughnane (2012), é possível que o tempo do evidencial e o do evento descrito não estejam na mesma janela temporal. Isso seria capaz de diferenciar o não testemunhado de evidenciais sensoriais.

O questionário tipológico apresentado nesta seção visa a uma análise qualitativa do não testemunhado a partir de uma perspectiva interlinguística. Com ele, espera-se realizar uma análise cujo resultado seja uma definição mais precisa desse evidencial, assim como um tratamento mais adequado dele em termos temporais a partir da Gramática Discursivo-Funcional.

A análise orientada pelo questionário tipológico está dividida em duas partes: no capítulo IV, os critérios de 1 a 4 são usados para discutir em que medida o entendimento majoritário de abordagens tipológicas da evidencialidade e dos estudos teóricos acerca dessa categoria destoa ou se aproxima do que afirmam os materiais de línguas individuais em relação ao funcionamento do não testemunhado. Além disso, ainda nesse capítulo, o uso do não testemunhado é contrastado ao de evidenciais que indicam raciocínios e relatos. Por fim, o capítulo V, a partir dos critérios de 5 a 7, analisa a temporalidade do evidencial não testemunhado segundo as predições da GDF.

CAPÍTULO IV

NÃO TESTEMUNHADO E EVIDENCIAIS DE RACIOCÍNIO E RELATO: CONCEITOS E DIFERENÇAS

Este capítulo analisa os usos do evidencial não testemunhado nas línguas da amostra e propõe-lhe um conceito comparativo diferente de seu entendimento mais tradicional em trabalhos tipológicos. Para tanto, a seção 4.1 expõe a conceituação do não testemunhado em materiais descritivos de línguas individuais e a contrasta com a das classificações da evidencialidade de base tipológica. Por sua vez, a seção 4.2 discute a ambiguidade e a polissemia geralmente atribuídas a esse evidencial. Por fim, a seção 4.3 apresenta coocorrências do não testemunhado com evidenciais de raciocínio e relato, para argumentar que todos eles apresentam significados distintos.

4.1 Divergências na concepção do não testemunhado: conceito comparativo de trabalhos tipológicos *versus* definições das línguas individuais

O capítulo I fez um apanhado do tratamento dispensado ao não testemunhado em diferentes classificações da evidencialidade e trabalhos teóricos sobre essa categoria. Por sua vez, este capítulo analisa as definições desse evidencial em línguas individuais e as compara com o entendimento das tipologias da evidencialidade em geral.

A investigação aqui realizada é essencialmente teórica. Por essa razão, a análise baseia-se sobretudo na comparação de definições do não testemunhado, assim como em observações sobre o funcionamento desse e de outros evidenciais contidas nos materiais descritivos. Consequentemente, dados de natureza quantitativa não interessam aos resultados.

Em primeiro lugar, para contrastar o conceito do não testemunhado em línguas individuais com sua definição em estudos tipológicos sobre a evidencialidade, a caracterização desse evidencial proposta por Aikhenvald (2004) é retomada a seguir. No lugar da concepção da autora, poderiam estar as de outras classificações, já que muitas delas também definem o não testemunhado como a indicação de inferências e relatos. No entanto, a definição de Aikhenvald (2004) foi escolhida em razão de ser o seu trabalho o mais citado nos estudos sobre evidencialidade.

- Marcas de não em primeira-mão [não testemunhado, em nossos termos] apresentam uma ampla variedade de significados: vão de qualquer tipo de INFERÊNCIA a

RELATO. [...] Uma marca de não em primeira-mão pode ser ambígua se tirada de contexto. (Aikhenvald, 2004, p. 155, ênfase da autora)⁵³

A definição de Aikhenvald (2004) pode ser dividida em duas partes: na primeira, a autora afirma que o não testemunhado dispõe de muitos significados, que vão desde inferências até relatos; na segunda, Aikhenvald declara que o não testemunhado pode ser ambíguo fora de contexto. Levando em conta essas afirmações, a seção 4.1 analisa a primeira parte da definição, confrontando-a com dados de línguas individuais que apresentam o não testemunhado. Por sua vez, a seção 4.2 analisa a ambiguidade (e também a polissemia) atribuída a esse evidencial, investigando se há indícios de tal funcionamento nas línguas da amostra.

Sobre a definição do não testemunhado, conforme visto na seção 1.3, para a maioria das classificações da evidencialidade, ele é empregado quando o falante não presenciou a ocorrência de um Estado de Coisas, o que corresponde a uma informação de natureza inferida ou relatada. De fato, há trabalhos sobre línguas individuais que põem em foco esses dois meios de obtenção da informação para definir o não testemunhado, como ilustram os excertos a seguir:

Mapuche: um sufixo verbal que indica que a situação expressa pela forma *-(i)rke* não foi testemunhada pelo próprio falante. O sufixo *-(i)rke* expressa que o falante foi informado por outros, que ouviu rumores ou que deduziu uma conclusão. (Smeets, 2008, p. 110)⁵⁴

Checheno: Todos os tempos usados para eventos não testemunhados são inferenciais. Há dois tipos de inferência em checheno: a primeira inclui os resultados de um evento, isto é, o falante tem evidência de que o evento ocorreu ou observou traços visíveis dessa ocorrência. O segundo tipo de inferência é o boato: o falante ouviu falar sobre o evento, normalmente várias vezes, ou uma testemunha lhe contou o que aconteceu [...]. A mesma forma verbal pode ter ambas as funções. (Molochieva; Nichols, 2018, p. 37-38)⁵⁵

A definição do checheno é particularmente curiosa, pois os autores consideram a informação relatada um tipo de inferência. Esse não é um posicionamento comum, já que inferência e relato dizem respeito a modos de acesso à informação completamente diferentes.

⁵³ No original: Non-firsthand forms have a wide variety of meanings: from any kind of INFERENCE to HEARSAY. [...] A non-firsthand form may be ambiguous if taken out of context.

⁵⁴ No original: a verbal suffix which indicates that the situation expressed by the *-(i)rke-* form has not been witnessed by the speaker himself. The suffix *-(i)rke-* indicates that the speaker is informed by others, that he has heard rumours or that he has deduced a conclusion.

⁵⁵ No original: All tenses used for unwitnessed events are inferential. There are two types of inference in Chechen. The first type includes the results of the event, i.e. the speaker has evidence for the event or has seen the visible traces of the event. The second type of inference is hearsay: s/he has heard about the event, normally a number of times, or an eyewitness has told him/her about what happened [...]. The same verb form can have both functions.

Ainda assim, é possível reler a marca do checheno como um evidencial não testemunhado, pois ela não funciona apenas em contextos de raciocínios ou apenas em contextos de relatos, mas tem um significado mais genérico, o qual a permite especificar informação dos dois tipos.

Por outro lado, observa-se um descompasso entre as propostas tipológicas e as descrições de línguas individuais quando estas últimas simplesmente dão destaque à ausência de percepção sensorial veiculada pelo não testemunhado, opondo-o a evidenciais sensoriais genéricos:

Jarawara: O significado evidencial dos tempos de passado testemunhado e não testemunhado é bastante claro. Qualquer coisa que o falante tenha testemunhado (na vida real ou em um sonho) será descrita com testemunhado; nos outros casos, o não testemunhado tem de ser usado. (Dixon, 2004, p. 203)⁵⁶

Suruí-paiter: A partícula verbal *ya* contrasta com a partícula *de*. Esta última tem um valor semântico positivo de evidencialidade testemunhada, ao passo que o valor de *ya* é meramente negativo. Usando *ya*, o falante comunica que não testemunhou, por meio da visão, da audição ou de qualquer outro sentido, aquilo de que está falando, mas também não implica que veio a saber da informação por meio de um relato. [...] Quando *ya* é usada em uma sentença afirmativa [...], a partícula denota dúvida, inferência, boato ou qualquer outra relação que não seja testemunho. Entretanto, ela nunca aponta explicitamente para uma fonte de informação específica. (Yvinec, 2012, p. 388)⁵⁷

Diferentemente das definições do mapuche e do checheno, os conceitos do jarawara e do suruí-paiter não privilegiam a indicação de raciocínios e relatos para explicar o não testemunhado. Pelo contrário: se mencionam esses modos de acesso à informação, o fazem simplesmente para exemplificar alguns dos contextos em que o evidencial aparece, como fica claro na citação do suruí-paiter.

A afirmação de Yvinec (2012) é especialmente relevante a esta análise sobre o funcionamento do não testemunhado, pois o autor argumenta que o evidencial tem um valor “negativo”. Se se considera que o não testemunhado se elabora a partir do conceito de “ausência

⁵⁶ No original: “The evidentiality meanings of the eyewitness (e) and non-eyewitness (n) past tenses are fairly clear. Anything that the speaker witnessed (in real life or in a dream) will be described by e; otherwise n must be used.”

⁵⁷ No original: “The verbal particle *ya* contrasts with the particle *de*. The latter has a positive semantic value of witnessed evidentiality, while the value of *ya* is merely negative. By using *ya*, a speaker communicates that he has not witnessed what he is talking about by sight, hearing, or any other sense, but he does not imply that he came to know about it through hearsay either. [...] When *ya* is used in an affirmative sentence [...], it implies doubt, inference, hearsay, or any relation other than direct witnessing. However, it never explicitly points to any specific source of information.”

de percepção sensorial”, a definição proposta pelo autor mostra-se bastante representativa do significado do evidencial, já que “ausência” é mesmo um conceito negativo, que se opõe à existência de uma percepção sensorial.

De fato, o conceito de “ausência de percepção sensorial” é mais amplo do que a simples indicação de raciocínios e relatos e serve para explicar outros usos evidenciais do não testemunhado, como se vê no suruí-paiter. Nessa língua, Yvinec (2011, p. 534)⁵⁸ esclarece que os empregos do não testemunhado “podem ir do boato — sem jamais designar explicitamente qualquer mediador — até a dúvida, passando por todos os modos não assertivos, em especial a interrogação ou a negação ‘explícita’”. Na definição apresentada, há usos do não testemunhado que estão para além de raciocínios e relatos, nomeadamente os que se manifestam em orações negativas e interrogativas. Na verdade, haja vista que o sensorial genérico não ocorre em enunciados interrogativos e só ocorre em casos restritos de negação (Yvinec, 2011), fica claro que, no suruí-paiter, os contextos interrogativos e negativos estão associados essencialmente à ausência de percepção sensorial.

A associação do não testemunhado a enunciados negativos e interrogativos está diretamente relacionada ao significado desse evidencial: se um estado de coisas jamais existiu, o que se comunica em uma oração negativa como “Hoje não choveu”, o falante não pode tê-lo percebido pelos sentidos, já que esse evento não teve uma existência no mundo; por isso, o sentido de “ausência de percepção sensorial” é adequado nesse caso, pois o falante realmente não percebeu sensorialmente aquilo que diz. Por outro lado, se a chuva tivesse ocorrido, o falante seria capaz de testemunhar a existência dela e empregaria então o evidencial sensorial genérico.

Por sua vez, em uma oração interrogativa como “Hoje choveu?”, se é verdade que o falante desconhece a informação, então é certo que ele não percebeu pelos sentidos o evento questionado. No caso de “Hoje choveu?”, o falante pode ter visto o chão da rua molhado e ter ficado com uma dúvida a partir dessa observação, mas, se ele mesmo tivesse observado a chuva, não faria tal questionamento, pois saberia em primeira-mão da existência do estado de coisas.

O falante só questionaria algo que ele mesmo presenciou se tivesse se esquecido do que viu ou se houvesse outra intenção comunicativa por trás da questão: pode-se perguntar sobre a chuva como uma maneira indireta de conseguir informações, como para saber se uma pessoa estava em determinado lugar quando choveu (“Se a pessoa viu a chuva caindo no lugar X, então

⁵⁸ No original: peuvent aller du ouï-dire – sans jamais désigner explicitement un quelconque médiateur –, jusqu’au doute en passant par tous les modes non-assertifs, notamment l’interrogation ou la négation «ouverte».

ela estava no lugar *X*”) ou se já estava acordada no horário em que isso aconteceu (“Se a pessoa viu a chuva que caiu no horário *X*, então ela estava acordada no horário *X*”). Nesses casos, porém, o falante já conhece a informação sobre a chuva, mas finge desconhecê-la para obter a resposta a outra dúvida.

Portanto, fica claro que as perguntas genuínas, por requererem que o falante não conheça em primeira-mão uma informação, estão associadas à ausência de percepção sensorial. Conseqüentemente, o significado do evidencial não testemunhado é totalmente compatível com esses contextos.

Os exemplos a seguir ilustram concretamente a relação entre a ausência de percepção sensorial, marcada pela partícula *-ya*⁵⁹ no suruí-paiter, e orações negativas e interrogativas.

(33) Suruí-paiter (Yvinec, 2011, p. 534)

<i>bote emasohakayh</i>	<i>eya</i>	<i>i</i>
já 2SG-POSS-batata.doce-plantar	2SG-NWIT	NONASS.NWIT
Você já plantou suas batatas-doces?		

Em (33), tendo em vista que não presenciou o estado de coisas, o falante não sabe se o ouvinte já plantou as batatas-doces; assim, haja vista que o falante não atestou o evento questionado, a oração está marcada com o não testemunhado *ya*. Nesse caso, a pergunta tem como *origo* o próprio falante, isto é, o questionamento é feito sob a perspectiva do falante, mais precisamente com base no desconhecimento que ele apresenta sobre a informação.

É importante ressaltar a particularidade das orações interrogativas porque nelas, em algumas línguas, o *origo* de um evidencial pode ser o ouvinte, de modo que o falante baseia sua escolha por uma especificação de evidencialidade a partir do que ele pensa que o ouvinte sabe: se o falante acredita que o ouvinte percebeu pelos sentidos o estado de coisas questionado, o falante empregará um evidencial sensorial genérico; se pensa que o ouvinte deduziu a informação, o falante empregará um evidencial de dedução; e assim por diante. Desse modo, em uma língua em que o *origo* de uma oração interrogativa pode ser o ouvinte, não necessariamente as questões são feitas com o evidencial não testemunhado, já que elas não partem da perspectiva do desconhecimento do falante, mas sim daquilo que o falante crê que o ouvinte saiba. Línguas desse tipo são apresentadas mais adiante nesta seção.

⁵⁹ No suruí-paiter, a força ilocucionária é marcada por partículas cuja forma varia a depender do tipo de evidencialidade empregado no enunciado. Nos exemplos (33) e (34), *i* e *ã* marcam, respectivamente, se a oração com o não testemunhado é não assertiva (interrogativa ou exclamativa) ou assertiva (declarativa). Por outro lado, caso o evidencial sensorial genérico *-de* tivesse sido usado, constaria a partícula *e*, a qual indica que oração é assertiva. Além disso, embora a linha com o texto em suruí-paiter não esteja segmentada, as linhas da glosa e da tradução de sentido constam no material original, o que permite a análise dos exemplos (33) e (34).

O exemplo (34), por sua vez, apresenta a relação entre o não testemunhado *ya* e a negação *one*.

- (34) Suruí-paiter (Yvinec, 2011, p. 534)
One botoya sohahkayh ã
 NEG RSP-1SG-NWIT batata.doce-plantar NWIT.ASS
 “Não, não plantei as batatas-doces [mas talvez eu as plante].”

Nessa ocorrência, o evento de o falante plantar as batatas-doces não aconteceu, o que o impede de ter sido experienciado pelo falante, daí o uso do não testemunhado. Embora haja diferença entre perceber externamente o ambiente à sua volta e perceber internamente as próprias experiências, como as ações que a própria pessoa executa, ambas as noções geralmente são veiculadas pelos mesmos evidenciais, sejam eles sensoriais genéricos ou não visuais sensoriais (Aikhenvald, 2004). Assim sendo, não surpreende que um estado de coisas *negado*, que não foi performado pelo falante, também possa ser caracterizado como não testemunhado: tanto para perceber um evento quanto para performá-lo ou experienciá-lo, o falante precisa estar presente no tempo e no lugar em que a ação acontece. Portanto, ao se negar a ocorrência de um estado de coisas, como em (34), logicamente o falante fica impedido de tê-la experienciado.

É preciso ressaltar que o uso do não testemunhado em (34) é desencadeado pela negação do estado de coisas, e não pela falta de participação no evento; esta última é uma mera consequência de a oração ter como sujeito o próprio falante. Na verdade, a (não) participação do *origo* em um estado de coisas é uma especificação relacionada à egoforicidade (ver Bergqvist; Kittilä, 2019; Aikhenvald, 2021; 2023).

Em suma, a interrogação e a negação também podem representar contextos nos quais o falante não tem acesso em primeira-mão a um evento, o que licencia o uso do não testemunhado. Assim sendo, os significados de inferência e relato, amplamente imputados a esse evidencial, não explicam usos como os observados em (33) e (34).

O emprego do não testemunhado para além de raciocínios e relatos não é uma exclusividade do suruí-paiter. No kayabí, as interrogativas também parecem estar restritas ao não testemunhado. De acordo com Dobson (1997), “[q]uando perguntar alguma coisa, use sempre a forma [do morfema de tempo passado] que indique que você não estava presente. A resposta depende se estava presente ou não.”

Os evidenciais do guarani paraguaio funcionam de modo semelhante, desfavorecendo evidenciais sensoriais em interrogações e favorecendo o não testemunhado: “*kuri* [evidencial sensorial] é infeliz em uma condicional contrafactual, assim como é no mínimo estranho em

perguntas, sobretudo as com *-ne* (os julgamentos variam um pouco de um falante a outro em nossos dados, mas, em todos os casos, percebe-se uma estranheza e prefere-se empregar *ra'e*; além disso, *kuri* é virtualmente inexistente em produção espontânea nessas orações)” (Carol; Avellana, 2019, p. 55).⁶⁰

Com base nas informações expostas até aqui, conclui-se que o significado de “ausência de percepção sensorial” veiculado pelo não testemunhado abarca experiências que estão para além de raciocínios e relatos. Portanto, resumir esse evidencial à indicação de informação inferida e relatada, limitando-o à soma das funções de outros evidenciais, como faz a maior parte das tipologias da evidencialidade mencionadas no capítulo I, representa uma simplificação demasiada da função do não testemunhado. Na verdade, não há razão para restringir a “ausência de percepção sensorial” a apenas dois meios de obtenção da informação, já que a utilidade desse conceito está justamente em sua abrangência, o que o permite englobar diferentes experiências não sensoriais.

Uma evidência adicional de que o não testemunhado não se resume a veicular raciocínios e relatos vem de trabalhos que preferem defini-lo em termos de sua temporalidade: a fim de explicar, de forma unificada, os sentidos evidenciais e não evidenciais (como a miratividade) das marcas que indicam o não testemunhado, esses trabalhos lhes atribuem uma função basicamente temporal:

Cusco quechua: *-sqa* [evidencial não testemunhado] indica que um evento está localizado fora do campo perceptual do falante em um dado tempo de referência, e disso decorre que o falante não pode ter tido evidência direta do ocorrido. (Faller, 2004, p. 80)⁶¹

Búlgaro: os evidenciais do búlgaro são morfemas de “tempo secundário”, que representam uma relação temporal entre um evento de aquisição passado/um “agora” secundário e o tempo tópico. A evidencialidade direta indica que o falante soube da proposição em questão durante o tempo tópico ou antes dele, ao passo que a evidencialidade indireta indica que o falante soube da proposição depois do tempo tópico. (Koev, 2011, p. 122)⁶²

⁶⁰ No original: *kuri* es infeliz en un condicional contrafáctico y, como mínimo, extraño en preguntas y, sobre todo, con *-ne* (los juicios varían algo de un hablante a otro en nuestros datos, pero en todos los casos se detecta anomalía y se prefiere *ra'e*, además de que allí *kuri* es virtualmente inexistente en producción espontánea).

⁶¹ No original: *-sqa* encodes that the event is located outside the speaker’s perceptual field at topic time from which it follows that the speaker cannot have had direct evidence for it.

⁶² No original: Bulgarian evidentials are ‘secondary tense’ morphemes which represent a temporal relation between a past learning event/a secondary ‘now’ and the topic time. DIR signals that the speaker learned the scope proposition before or during the topic time while IND signals that the speaker learned the scope proposition after the topic time.

Aymara: o paradigma da flexão verbal “muito distante” do aymara é descrito mais adequadamente assim: indica que o tempo de aquisição da informação é posterior ao tempo de referência. [...] A abordagem do tempo de aquisição explica as três leituras do “muito distante”: passado, evidencialidade indireta e miratividade. (Klose, 2014, p. 130)⁶³

As três definições apresentadas assemelham-se por atribuir ao não testemunhado a função de indicar um distanciamento em termos de tempo e/ou espaço. Koev (2011) e Klose (2014) concebem uma relação fixa de posterioridade entre o momento em que o falante obtém a informação e um tempo de referência, ao passo que Faller (2004) admite um distanciamento entre o estado de coisas e o “campo perceptual” do falante, assim definido pela autora:

O campo perceptual é um subespaço do lugar físico que cerca e que inclui o falante. Essa definição exclui locais, no espaço físico próximo, que estão demasiadamente distantes para serem percebidos pelo falante, assim como localidades de um tamanho microscópico. Ela também exclui locais que estão dentro do alcance perceptual do falante, mas nos quais ele não estava presente no tempo t [tempo de ocorrência de um evento]. (Faller, 2004, p. 70)⁶⁴

Na verdade, o distanciamento entre o campo perceptual do falante e a ocorrência de um estado de coisas é precisamente o que impede esse indivíduo de perceber o evento pelos sentidos, já que a observação direta de um acontecimento requer que o falante esteja presente no mesmo espaço físico em que o estado de coisas acontece. Do mesmo modo, a não concomitância entre a obtenção da informação e a ocorrência do estado de coisas resulta em evidência indireta, porque a evidência direta exige a simultaneidade entre os dois eventos. Portanto, ainda que Faller (2004), Koev (2011) e Klose (2014) definam o não testemunhado em termos temporais e/ou espaciais, esses autores estão de acordo com um sentido mais genérico do evidencial, o qual não se limita apenas à indicação de raciocínios e relatos.

Tendo em vista a discussão realizada nesta seção, um conceito comparativo do não testemunhado é proposto a seguir. Esse conceito visa oferecer a trabalhos futuros uma definição que capte, de forma mais precisa, o uso do não testemunhado nas línguas naturais, já que várias classificações da evidencialidade tendem a concebê-lo como uma marca muito mais simples do que ele verdadeiramente é.

⁶³ No original: the Aymara far distant verbal inflectional paradigm is best seen as indicating that the learning time follows the reference time. [...] The learning time account explains the three readings of the far distant: past, indirect evidential and mirative.

⁶⁴ No original: The perceptual field is a subspace of the physical space surrounding, and including, the speaker. This definition excludes locations in the surrounding physical space that are too far away for the speaker to perceive, as well as locations of a microscopic size. It also excludes locations that are within the perceptual reach of the speaker but which (s)he is not attending to at time t .

- O evidencial não testemunhado indica que o *origo* não percebeu pelos sentidos a ocorrência de um estado de coisas. Essa ausência de percepção sensorial é genérica, simplesmente expressando o desconhecimento de uma informação em primeira-mão.

O conceito comparativo proposto acima baseia-se em definições como as de Yvinec (2012) e Faller (2004), que são elaboradas a partir de uma concepção negativa, como *a ausência de percepção sensorial* ou *a não presença do origo no mesmo tempo e no mesmo espaço em que um estado de coisas acontece*. Além disso, a definição apresentada, ao afirmar que a ausência de percepção sensorial é genérica, diferencia o não testemunhado de outros evidenciais ditos “indiretos”, os quais se restringem especificamente à expressão de tipos de raciocínios ou de relatos. Também com a atribuição da característica “genérica”, torna-se possível incluir, no significado de “ausência de percepção sensorial”, variadas experiências não sensoriais, como o desconhecimento do falante sobre uma informação, tal qual o existente em orações interrogativas, e a falta de acesso sensorial a estados de coisas negados.

Em consonância com os postulados da GDF, o evidencial não testemunhado é definido neste trabalho em termos puramente funcionais, já que a evidencialidade, na teoria, é uma especificação dos níveis de Formulação. Desse modo, considera-se a função do não testemunhado como o aspecto primordial para sua identificação, assumindo-se que ele pode apresentar-se de formas variadas, como os sufixos, as partículas, as cópulas e as construções morfossintáticas que compõem a amostra analisada nesta tese.

O conceito aqui formulado também retoma a ausência de percepção sensorial já apontada por Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015), em suas propostas tipológicas, como a base desse subtipo evidencial. Nesse panorama, este trabalho não reivindica nenhum ineditismo ao caracterizar o não testemunhado como ausência de percepção sensorial, e não como indicação de raciocínios e relatos. Na verdade, a contribuição desta tese em relação a Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015) é expor as justificativas pelas quais a ausência de percepção não deve ser equacionada à expressão de informação inferida e relatada, uma discussão que não foi desenvolvida pelos autores.

A definição apresentada acima visa ser genérica o suficiente para ser aplicável a línguas de diferentes famílias e áreas linguísticas; por isso, ela evita especificar a que podem corresponder os meios de obtenção da informação abarcados pela ausência de percepção sensorial, já que eles variam de língua para língua. A respeito dessa variação, o emprego do não testemunhado em orações negativas e interrogativas, por exemplo, não é uma característica de todas as línguas que o possuem, o que explica por que esses contextos passam despercebidos

como experiências não sensoriais a muitos autores. Diferentemente do que acontece no suruí-paiter, no checheno o *origo* das questões é o ouvinte, e não o falante. Por essa razão, no checheno, uma pergunta pode ser feita levando-se em conta tanto situações experienciadas quanto não experienciadas, já que a escolha do evidencial não se refere àquilo que o falante desconhece, mas àquilo que o falante pensa que o ouvinte sabe por meios sensoriais ou não sensoriais.

Em (35), o falante pergunta se a mãe do ouvinte fez *chepalg* (um tipo de alimento) e assume que este último presenciou a ação, por isso emprega a forma do passado que permite a leitura sensorial, *-ri*.

- (35) Checheno (Molochieva; Nichols, 2018, p. 40)
naana-s ch'eealg-ash d-i-ri?
 mãe-ERG chepalg-PL.NOM(GND) GND-fazer:PFV-REM.PST.SENS.INTER
 "(Sua) mãe fez *chepalg* [um alimento]?" (O falante supõe que o ouvinte viu a ação.)

Por outro lado, em (36), o falante assume que o ouvinte não presenciou a ação, por isso emprega a construção com o verbo na forma perfectiva e o auxiliar *xilli* para marcar a evidencialidade não testemunhada.

- (36) Checheno (Molochieva; Nichols, 2018, p. 41)
cuo ch'eealg-ash d-i-na xilli
 3SG.ERG chepalg-PL GND-fazer:PFV-CVB.ANT ser.PRF.INTER
 "Ela fez *chepalg* [um alimento]?" (O falante supõe que o ouvinte não viu a ação.)

Portanto, as orações interrogativas do suruí-paiter diferem das interrogativas do checheno quanto à possibilidade de usar ou não evidenciais sensoriais em questões. Logicamente, quando o falante faz uma pergunta genuína levando em conta sua própria perspectiva, ele não deve ter tido acesso sensorial ao evento expresso em seu enunciado; essa é a própria razão de os questionamentos genuínos existirem, já que seria estranho o falante indagar aquilo que ele conhece pela própria experiência. No entanto, quando faz uma pergunta levando em conta a perspectiva do ouvinte, é possível supor que este último tenha percebido ou participado da situação em questão, daí a possibilidade de empregar um evidencial sensorial.

Assim sendo, nas línguas que opõem a informação sensorialmente percebida à informação não testemunhada, a restrição das orações interrogativas ao não testemunhado parece depender do *origo* dos evidenciais nessas orações: se o *origo* é sempre o falante, as orações interrogativas estão restritas ao não testemunhado, como no suruí-paiter; se o *origo* é o

ouvinte, as orações podem conter o sensorial genérico ou o não testemunhado, como no checheno.

Em relação às orações negativas, as línguas também diferem se as permitem ou não com evidenciais sensoriais. Enquanto, no suruí-paiter, a negação de Estado de Coisas⁶⁵ não é permitida com o evidencial sensorial genérico, essa combinação é perfeitamente gramatical no jarawara, como em (37), em que a negação *-ra* coocorre com o sufixo homônimo de evidencialidade sensorial genérica/passado imediato *-ra*.

- (37) Jarawara (Dixon, 2004, p. 246)
faha *kowi-ra-ra-ke*
 água(F) ser.fundo-NEG-REC.PST.SENS.F-DECL.F
 “A água não era funda.”

A impossibilidade de coocorrência entre evidenciais sensoriais e a negação não é exclusividade de línguas com sistemas evidenciais de informação testemunhada *versus* não testemunhada. No kaingang (Nascimento, 2013; 2017), que apresenta um sistema complexo de evidencialidade (distinguindo visual, auditivo, dedução, inferência e dois tipos de reportatividade), o evidencial visual não coocorre com a negação. De acordo com Nascimento (2017, p. 79),

para o Kaingang, a ocorrência do visual é muito mais restrita [do que no wanano], não sendo possível em contextos de negação/imperfectivo. Está estritamente ligada à realização de eventos, como se indicasse que o que não acontece de fato não fosse possível de ser visualizado ou experienciado.

Isto posto, percebe-se que, em sistemas simples ou complexos, os evidenciais sensoriais podem ou não ser usados com a negação de Estado de Coisas, o que está sujeito à variação interlinguística. Essa restrição provavelmente está associada ao modo como as línguas interpretam a percepção da negação: se, para uma língua, as ausências e as inexistências podem ser interpretadas como observáveis, então é possível que o sensorial coocorra com a negação, como no jarawara. Se, por outro lado, a língua concebe que não se pode observar ausências e inexistências, então o sensorial não coocorre com a negação, como no suruí-paiter e no kaingang. Uma proposta nesse sentido pode servir de base para investigações futuras, com destaque às relações entre linguagem e cognição.

⁶⁵ Em termos simples, a negação de Estado de Coisas equivale ao que geralmente se descreve como “negação oracional”, usada para negar a ocorrência de um estado de coisas, como em “Não ganhamos a partida” ou “Não vou à reunião”.

Em síntese, o não testemunhado é usado quando o falante não presencia a ocorrência de um evento, o que inclui informações de natureza inferida e relatada, mas não se limita a elas. O evidencial não testemunhado difere de outros por causa de seu significado genérico, que abarca qualquer experiência não percebida pelos sentidos; isso não acontece com os demais evidenciais considerados “indiretos”, que expressam especificamente (tipos de) informação inferida ou relatada. As próximas seções trazem mais dois argumentos a favor desse posicionamento: não há indícios de polissemia do não testemunhado em contextos de informação inferida e relatada; e o não testemunhado pode coocorrer com evidenciais de raciocínio e relato.

4.2 Reconsiderando a ambiguidade e a polissemia atribuídas ao não testemunhado

Segundo vários dos trabalhos tipológicos apresentados na seção 1.3, o não testemunhado seria uma marca polissêmica; além disso, há autores que o consideram ambíguo, como Aikhenvald (2004). No entanto, esta tese propõe que se desconsidere a possibilidade de entender tal evidencial como ambíguo e/ou polissêmico.

Para iniciar a discussão, considere-se inicialmente a definição a seguir: de acordo com Enfield (2006, p. 297),⁶⁶ “se um morfema é polissêmico, ele apresenta mais de um significado, e existe uma sobreposição expressiva entre o conteúdo semântico desses significados.” Assim, os trabalhos que consideram o não testemunhado como um item ambíguo entendem que a indicação de raciocínios e a indicação de relatos seriam dois significados distintos, mas relacionados, o que caracterizaria a polissemia atribuída a esse evidencial. Paralelamente, o fato de, na ausência de contexto, ser impossível determinar se a informação provém de um raciocínio ou de um relato justificaria conceber o não testemunhado como uma marca ambígua, já que mais de uma leitura estaria disponível simultaneamente no uso do evidencial.

No entanto, tendo em vista que esta tese atribui o sentido de ausência de percepção sensorial ao não testemunhado, ela não considera que os usos desse evidencial com informação inferida e relatada configurem um caso de polissemia, já que o não testemunhado dispõe de um único significado, e não de vários, como acontece com itens polissêmicos.

Na mesma direção, este trabalho entende que a impossibilidade de determinar, na ausência de contexto, se uma informação foi inferida ou relatada não é causada por uma ambiguidade no uso do não testemunhado, mas pelo fato de seu significado ser genérico e não especificar um meio de acesso à informação. Assim, ao contrário de evidenciais de dedução, inferência e reportatividade, que particularizam raciocínios e relatos como seus meios de

⁶⁶ No original: If a morpheme is polysemous it has more than one meaning, where there is some significant overlap in semantic content between the meanings.

obtenção do conhecimento, o não testemunhado simplesmente afirma que o estado de coisas não foi percebido pelos sentidos, não sendo relevante apontar um meio de aquisição da informação.

Ainda sobre os variados sentidos atribuídos ao não testemunhado, o que se pode encontrar, em algumas línguas, é o que Enfield (2006) entende como um caso especial de polissemia, denominado *heterossemia*, um fenômeno observado quando “um morfema apresenta sentidos diferentes, mas relacionados, cada um associado a um contexto gramatical distinto”.⁶⁷ Nesse sentido, há línguas nas quais uma marca expressa evidencialidade não testemunhada em um determinado contexto gramatical e, em outro contexto, expressa um segundo tipo de evidencialidade.

O yanomán é uma dessas línguas em que a marca de evidencialidade não testemunhada é heterossêmica. No yanomán, o clítico =*no* é usado ora como não testemunhado, ora como dedução. De acordo com Ferreira (2017, p. 630),⁶⁸ esse clítico, em orações independentes, indica “que o falante não presenciou a situação, mas foi levado a acreditar que ela realmente aconteceu a partir da evidência objetiva a que teve acesso”. Assim, em (38), o falante usa =*no* para indicar sua dedução sobre Ararima ter matado uma anta, já que não viu a ocorrência do estado de coisas, mas a deduziu com base na flecha que vê no corpo do animal.

(38) Yanomán (Ferreira, 2017, p. 631)

Ararima=*a=ni* *xama* *a=xë=pra=ri=no*
 NOME=SG=ERG anta 3SG=matar=DRV=PFV=DED

“Ararima matou a anta.” (Não vi a ação acontecer, mas a inferi com base na ponta da flecha que encontrei no corpo da anta, por exemplo, a qual sei que foi feita por/pertence a Ararima.)

Por outro lado, em orações dependentes, Ferreira (2017, p. 676)⁶⁹ prefere considerar =*no* como a expressão do não testemunhado, já que, nesse caso, o clítico é usado “não só nos casos de informação inferida por meio de evidência objetiva, mas também em todas as situações às quais o falante não teve acesso direto, incluindo eventos supostos e até mesmo relatados”. No exemplo (39), o falante refere-se a histórias sobre como viviam seus ancestrais, as quais ele conhece a partir do relato de outras pessoas.

⁶⁷ No original: [...] the different but related meanings of a given morpheme are associated with distinct grammatical contexts

⁶⁸ No original: [...] that the event was not eye-witnessed by the speaker, but that she had access to objective evidence that led her to think that it indeed took place.

⁶⁹ No original: [...] not only information that was acquired by inference given objective evidence, but to all situations to which the speaker did not have direct access, including assumed and even reported events.

(39) Yanomán (Ferreira, 2017, p. 679)

kami yamakî=pata=pë ka=ku =a=no=i
 1 1PL=ancião=VBLZ FOC=existir=POST=NWIT=REL

=*naha ya=thë=pë=ã=hĩrĩ=pu=i*

=portanto 1SG=CLF.NML.GENÉRICO=3PL=som=ouvir=CSVT=DYN

“Ouvi (isto é, conheço) as histórias sobre como nossos ancestrais viviam.” (Não testemunhado)

Os exemplos do yanomán mostram que, embora o não testemunhado seja expresso por uma marca que contém mais de um significado, a diversidade de sentidos não está dentro daquilo que é recoberto pelo não testemunho de uma ação. Na verdade, a heterossemia se dá entre o sentido genérico de “ausência de percepção sensorial” em orações dependentes e o sentido específico de “raciocínio a partir de uma percepção sensorial” em orações independentes.

Por fim, há autores que textualmente rejeitam atribuir uma ambiguidade ao não testemunhado, como Pancheva e Zubizarreta (2019, p. 9),⁷⁰ ao analisarem esse evidencial no guarani paraguaio, o que corrobora a visão aqui defendida:

Em muitas línguas, um único morfema evidencial recobre tanto o sentido inferencial quanto o reportativo. Nós não o tratamos como um caso de ambiguidade, mas de subespecificação: propomos que o evento de aquisição da evidência codifica uma atitude genérica (em vez de uma atitude mais específica, como um pensamento ou uma fala), e seu argumento PRO é marcado com o traço mais geral [+participante], sem uma especificação adicional de [±autor].

Em síntese, a concepção de que o não testemunhado acumularia os significados de raciocínio e relato faz com que lhe seja atribuída uma ambiguidade ou com que ele seja considerado polissêmico. Entretanto, como afirmam Hengeveld e Hattner (2015, p. 488),⁷¹ essas são “interpretações evidenciais que podem ser derivadas a partir do sentido básico da categoria não testemunhada”, e não o sentido real desse evidencial

⁷⁰ No original: [...] in many languages, a single evidential morpheme covers both inferential and reportative meanings. We do not treat this as a case of ambiguity but of underspecification: we propose that the EA encodes a generic attitude (rather than the more specific thought or speech attitude) and its pro argument is marked with the more general [+participant] without further specification as [±author].

⁷¹ No original: [...] these evidential interpretations can all be derived from the basic meaning of the non-witnessed category.

4.3 Coocorrência entre não testemunhado e evidenciais de raciocínio e relato

Algumas línguas, como as da família Yanomami, possuem evidenciais específicos para codificar raciocínios e relatos e, além disso, também apresentam um evidencial não testemunhado. Ainda assim, não há muita discussão sobre a coexistência dessas marcas. Uma exceção se encontra em Aikhenvald (2004, p. 24),⁷² que faz uma previsão para quando uma língua apresenta o não testemunhado e a reportatividade: “é improvável que o não testemunhado se refira à informação de segunda-mão se existir um evidencial ‘reportado’ separado, em um subsistema especial.” O problema dessa afirmação é que, nesse caso, seria impossível diferenciar o não testemunhado de um evidencial de raciocínio, já que a diferença entre eles é justamente o fato de o não testemunhado funcionar tanto com informação inferida quanto com informação relatada. Talvez Aikhenvald (2004) estivesse se referindo a marcas de inferência genérica nessa afirmação, as quais, à época, a autora considerava como uma manifestação da evidencialidade não testemunhada; no entanto, esse posicionamento foi posteriormente abandonado por ela em sua classificação de 2018, como dito anteriormente.

Willett (1988) também nota a coexistência do não testemunhado com evidenciais de raciocínio e relato em sua amostra. Segundo o autor,

na presente amostra, há um número igual de línguas que dispõem de apenas uma marca de evidência indireta e que a usam i) ou para expressar esse tipo de evidência de modo geral; ii) ou para indicar somente evidência Reportada ou Inferida. [...] Em línguas nas quais ocorrem três marcas de evidência indireta, quase todas elas marcam duas distinções de relato e uma de inferência, ou vice-versa; *apenas duas línguas marcam uma distinção em cada área e também apresentam uma marca que sobrepõe ambas.* (Willett, 1988, p. 58, grifo nosso)⁷³

Apesar de classificações influentes, como as de Aikhenvald (2004) e Willett (1988), notarem a coexistência entre o não testemunhado e evidenciais que indicam raciocínios e relatos, essa coexistência é pouco problematizada. Se se alega que elas expressam sentidos idênticos, seria natural questionar qual então é a diferença entre esses evidenciais.

A problemática é ainda maior quando se considera que o não testemunhado pode coocorrer com esses outros sem que o enunciado se torne redundante. Nesse contexto, se se

⁷² No original: It is unlikely to refer to secondhand information if there is a separate ‘reported’ evidential forming a special subsystem.

⁷³ No original: In the present sample, an equal number of languages with only one indirect evidence marker use it either to mark such evidence in general or to mark only Reported or only Inferring evidence. [...] In languages where three markers of indirect evidence occur, nearly all choose to mark either two distinctions of report and one of inference, or vice versa; only two mark one distinction in each area and have one marker that overlaps both areas.

entende que o não testemunhado e evidenciais de raciocínio e relato são formas alternativas da mesma categoria “indireta”, deve haver uma razão para que não haja redundância em seu uso conjunto.

Tendo em vista os questionamentos apontados acima, esta seção explora a coexistência e a coocorrência do não testemunhado com evidenciais de raciocínio e relato. No cerne da discussão, está a ideia de que, conforme Hengeveld e Hattner (2015), a coocorrência entre dois evidenciais é um indício de que eles constituem subtipos distintos, o que representa mais um argumento a favor da autonomia funcional do não testemunhado em relação a outras marcas.

Para iniciar a discussão, considere-se que, em muitas línguas, há mais de um subsistema gramatical de evidencialidade, os quais ocupam diferentes posições do sintagma verbal. Aikhenvald (2004) denomina essas segmentações como *scattered coding of evidentiality* “codificação dispersa da evidencialidade”. Esse é o caso do jarawara, que apresenta sufixos de tempo e evidencialidade nos quais se opõem a informação testemunhada à não testemunhada no passado; um sufixo reportativo que não acumula outras categorias; e um “verbo secundário” que expressa dedução, também não cumulativo.

Por constituírem subsistemas gramaticais distintos, o não testemunhado pode coocorrer com a dedução e com a reportatividade: em (40), o não testemunhado/passado imediato *-no* é usado em conjunto à dedução indicada por *awa*; em (41), o não testemunhado/passado distante *-mete* coocorre com o reportativo *-mone*.

(40) Jarawara (Dixon, 2004, p. 232)

<i>habo</i>	<i>baji-re-no</i>	<i>awa-ka</i>
coragem+M	ser.fundo-NEG-REC.PST.NWIT.M	DED.M-DECL.M

“Parecia que lhe faltava coragem.” (lit. “A coragem dele parecia não ser profunda.)

(41) Jarawara (Dixon, 2004, p. 214)

<i>jobe</i>	<i>mee ai</i>	<i>ne-mete-mone-ke</i>
casa(M)	3NSG construir	AUX-REM.PST.NWIT.F-REP.F-DECL.F

“Diz que eles construíram casas.”

Nessa língua, a dedução e a reportatividade podem aparecer sozinhas em um enunciado, assim como o não testemunhado pode ser usado sem os outros dois. No entanto, se o falante opta por indicar explicitamente se a informação foi deduzida ou relatada e escolhe especificá-la no tempo passado, então a coocorrência com o não testemunhado acontece, já que esse evidencial está fundido às noções pretéritas.

Uma diferença importante entre as marcas de não testemunhado, dedução e reportatividade é que elas se combinam de forma distinta com outras categorias. A esse respeito, segundo Dixon (2004), o morfema de passado distante/não testemunhado coocorre com o *irrealis*, mas a reportatividade não. Além disso, enquanto o não testemunhado e a dedução podem ser usados com eventos passados, apenas a dedução é empregada no presente, pois ela não está fundida ao tempo, como ilustra (42).

- (42) Jarawara (Dixon, 2004, p. 232)
faha *kowi-ha* *awine-ke*
 água(F) ser.fundo-F DED.F-DECL.F
 “A água parece ser funda (neste ponto do rio).”

Assim sendo, por mais que marcas evidenciais de “ausência de percepção sensorial”, “raciocínio” e “relato” possam se sobrepor em relação às experiências não sensoriais das quais a informação provém, cada uma delas tem suas próprias restrições. No jarawara, a diferença mais clara entre os evidenciais é sua associação com noções temporais e, conseqüentemente, com a noção de dêixis: as marcas de tempo/evidencialidade estão ligadas à localização dêitica do evento e especificam a presença ou a ausência do falante no “aqui” e no “agora” da ocorrência do estado de coisas; por sua vez, as marcas de dedução e reportatividade simplesmente particularizam os raciocínios e os relatos por meio dos quais se acessou a informação.

A ligação do não testemunhado com noções dêiticas pode ser vista em muitas descrições de línguas individuais, como no cusco quechua (Faller, 2004), no búlgaro (Koev, 2011), no aymara (Klose, 2014) e no guarani paraguaio (Carol; Avellana, 2019). Nessas línguas, os autores definem esse evidencial em termos temporais, como visto na seção 4.1 — com exceção de Faller (2004), que o concebe também em termos espaciais.

Na verdade, a definição de Faller (2004) é a que mais explicitamente relaciona o não testemunhado à dêixis, como se nota no conceito da autora retomado a seguir: “-*sqa* [evidencial não testemunhado] indica que um evento está localizado fora do campo perceptual do falante em um dado tempo de referência, e disso decorre que o falante não pode ter tido evidência direta do ocorrido” (Faller, 2004, p. 80).⁷⁴ Em outras palavras, a autora propõe que, em razão de o falante não estar no mesmo tempo e no mesmo lugar em que um estado de coisas acontece, esse indivíduo não pode ter percebido o evento diretamente pelos sentidos.

⁷⁴ No original: -*sqa* encodes that the event is located outside the speaker’s perceptual field at topic time from which it follows that the speaker cannot have had direct evidence for it.

Ao se conceber que o não testemunhado expressa o distanciamento entre um centro dêitico e a ocorrência de um estado de coisas, pode-se explicar também usos não evidenciais relacionados a essa marca, os quais indicam algum tipo de distanciamento metafórico. A respeito desses usos, mesmo quando o indivíduo presencia uma ação, a marca do não testemunhado permite afastar-se do estado de coisas em termos de responsabilidade, controle, ciência, temporalidade etc. Assim sendo, o sentido mais concreto de distanciamento em termos de tempo e espaço passa a ser usado em contexto mais abstratos, como o afastamento de uma ação em termos de responsabilidade ou controle.

O distanciamento entre um centro dêitico e um estado de coisas veiculado pelas marcas do não testemunhado reflete-se em diferentes correntes teóricas que analisam o evidencial. Esse reflexo se observa nos trabalhos sobre mediatividade (Guentchéva, 1996; 2014; entre outros), que focalizam o não comprometimento do falante com a verdade ou com a falsidade de uma informação. Similarmente, a tradição das línguas turcas centra-se na “indiretividade” do não testemunhado (Johanson, 2003; 2018), que se manifesta não só quando o falante não tem acesso sensorial a uma situação, mas também quando um evento percebido é recontado com algum distanciamento, como os mencionados no parágrafo anterior. Na Semântica Formal, por sua vez, trabalhos sobre diferentes línguas propõem uma análise temporal da evidencialidade, levando em conta o distanciamento temporal expresso pelo não testemunhado e a proximidade temporal de evidenciais sensoriais (Faller, 2004; Koev, 2011; Klose, 2014).

Além disso, há uma questão de perspectiva na comunicação da informação quando se opta pelo não testemunhado ou por outros evidenciais. Primeiramente, o não testemunhado e outras marcas são capazes de veicular conhecimento proveniente das mesmas experiências não sensoriais, como raciocínios e relatos. No entanto, a exteriorização dessas experiências acontece de maneira distinta: com o uso do não testemunhado, as informações não percebidas pelos sentidos são igualadas, de modo que tanto aquelas que provêm do próprio falante, a partir de raciocínios, quanto aquelas que provêm de outra pessoa, a partir de relatos, são marcadas da mesma forma, por uma única marca. Por sua vez, o emprego de evidenciais de dedução, inferência, reportatividade e citação permite diferenciar as informações “indiretas” que se originam no próprio falante daquelas que se originam em outros indivíduos.

Desse modo, ao assumir uma ou outra perspectiva para comunicar uma informação, o falante tem à disposição diferentes maneiras de apresentá-la, as quais criam efeitos de sentido distintos, como a possibilidade ou não de se dissociar daquilo de que fala (ver o funcionamento do evidencial não testemunhado no búlgaro [Koev, 2011] apresentado no capítulo V), entre outras possibilidades.

Em suma, é possível dizer que, ao afirmar a ausência de um indivíduo diante da realização de um estado de coisas, o não testemunhado situa o falante como distante do “aqui” e do “agora” do evento, o que faz desse evidencial um índice dêitico, como sugere Faller (2004). Por outro lado, com o emprego de evidenciais de raciocínio e relato, o falante especifica o meio de acesso cognitivo ou interativo utilizado para adquirir uma informação.

Passando agora a outras relações entre não testemunhado e evidenciais de raciocínio e relato, as línguas da família yanomami são um caso de destaque. Elas apresentam sistemas complexos de evidencialidade, que distinguem três ou mais subtipos evidenciais. Apesar disso, o não testemunhado, característico de sistemas mais simples, existe em todas elas e pode coocorrer com alguns dos outros tipos de evidenciais. Mesmo que essas línguas careçam de mais estudos descritivos para que se possa ter um panorama completo das interações entre as marcas, algumas de suas relações são apresentadas a seguir.

No yanomami e no sanumá, o não testemunhado e a dedução se combinam, mas não há explicações semânticas disponíveis, nas descrições feitas pelos autores, sobre o sentido expresso por essa coocorrência. Em todos os exemplos, a informação provém de um raciocínio embasado por uma evidência sensorialmente percebida: a mordida em (43), em que o não testemunhado =*no...-xi* coocorre com a dedução =*manaxi*; os peixes, em (44), e a peneira confeccionada, em (45), exemplos nos quais o não testemunhado *tha* coocorre com a dedução *noa*.

- (43) Yanomami (Ramirez, 1994, p. 317)
oru=ki-ni *pë=a=manaxi=tuyë-ra-re-i=no=ku-rore-xi*
 cobra=CLF:COBRA-ERG 3=uma=DED=morder-TEL-DYN=NWIT=ser-PST.HOD-NWIT
 “Parece que uma cobra o mordeu.” (Confirmado pela mordida, sendo que o ato não foi visto.)
- (44) Sanumá (Autuori, 2019, p. 283)
ipa husopö=a=nö salaka a=sokö noa tha=i
 1.POSS esposa=3SG=ERG peixe 3SG=pescar DED NWIT=PST.HOD.REC
 “Minha esposa pescou.” (O falante viu sua esposa voltando do rio trazendo peixes, porém não a viu pescar.)
- (45) Sanumá (Autuori, 2019, p. 283)
a=tiä noa tha=li
 3SG=tecer DED NWIT=PST.PRE.HOD
 “Ele teceu.” (O falante viu a peneira, mas não a viu sendo feita.)

O não testemunhado e a dedução do yanomami e do sanumá podem ser usados de modo independente um do outro. Levando em conta essa possibilidade, é possível indagar qual seria a contribuição semântica de empregá-los conjuntamente. Infelizmente, a resposta a esta pergunta fica remetida a trabalhos futuros, quando houver a disponibilidade de mais estudos descritivos sobre tais línguas.

Por outro lado, no yanomami, a coocorrência do não testemunhado com a inferência é explicada em detalhes. De acordo com Ramirez (1994, p. 354),⁷⁵ nesse caso, o não testemunhado especifica o tipo de base em que o conhecimento foi construído:

sem o passado *-ma*, o conjectural [inferência, nos nossos termos] seguido do não testemunhado *no=...-xi* e do passado pré-hodierno indica que a situação conjecturada diz respeito a um fato geral (atemporal), que é a consequência de uma ou mais situações não atestadas ocorridas em um passado longínquo.

A ocorrência a seguir ilustra a coocorrência entre os evidenciais de inferência *-ta* e de não testemunho *=no...-xi*:

- (46) Yanomami (Ramirez, 1994, p. 354)
ira=pě-ni opo pě=tě=pě=wa-i=no=ta-ra-he-xi
 onça=PL-ERG tatu 3=IND=PL=comer-DYN=NWIT=INFR-PST.PRE.HOD-3PL/ERG-NWIT
 “As onças costumam comer os tatus, e isso é a consequência do que se passou entre eles em tempos míticos.

O exemplo mostra que um fato atemporal é posto como a consequência de uma ação ocorrida em tempos míticos, a qual, por esse motivo, não foi percebida pelo falante. Nesse uso, o não testemunhado e o passado especificam o raciocínio evocado pelo evidencial de inferência, e não o evento descrito no enunciado.

Em conclusão, os dados apresentados nesta seção corroboram a ideia de que o não testemunhado é um operador evidencial diferente dos evidenciais de raciocínio e relato. Em primeiro lugar, enquanto esses últimos codificam meios de acesso à informação mais ou menos específicos, a função do não testemunhado é fortemente dêitica, situando um centro dêitico em um tempo e/ou em um espaço diferentes daqueles em que um estado de coisas ocorre. Em segundo lugar, o não testemunhado e evidenciais de raciocínio e relato coexistem e até mesmo coocorrem nas línguas analisadas sem que haja uma aparente redundância no enunciado. Essa

⁷⁵ No original: Toujours sans le passé *-ma*, le conjectural suivi du non-testimonial *no ... -xi* et du passé pré-hodiernal exprime que la situation conjecturée en général (atemporelle) est la conséquence de situation(s) non vérifiées(s) survenue(s) dans un passé lointain

possibilidade de coocorrência, como sugerem Hengeveld e Hattnher (2015), é um indício de que os evidenciais pertencem a subtipos diferentes, o que argumenta a favor de que o não testemunhado constitui um operador evidencial distinto desses outros.

CAPÍTULO V

A TEMPORALIDADE DO EVIDENCIAL NÃO TESTEMUNHADO

Este capítulo analisa, a partir da Gramática Discursivo-Funcional, a temporalidade associada a evidenciais não testemunhados. Para tanto, a seção 5.1 explora as relações de tempo relativo existentes entre a ocorrência de um estado de coisas e o momento em que o falante passa a saber dela. Por sua vez, a seção 5.2, com base em testes gramaticais, define a camada do enunciado na qual o não testemunhado atua. Por fim, a seção 5.3 discute a utilidade de abordagens temporais para a diferenciação de subtipos evidenciais, dando destaque ao modo como as categorias de tempo previstas pela GDF são capazes de distinguir evidenciais sensoriais do não testemunhado.

5.1 Combinações temporais do evidencial não testemunhado

O capítulo II mostrou que, para Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015), marcas sensoriais genéricas e não testemunhadas compõem o subtipo evidencial denominado “percepção de evento”, que tem como escopo a camada do Estado de Coisas. Além disso, segundo Hengeveld e Hattner (2015), a percepção de evento está restrita ao tempo relativo de simultaneidade, pois a ocorrência de um evento e a percepção dele têm de ser concomitantes.

A validade de tais predições é investigada nesta seção pela seguinte indagação:

- A relação de tempo relativo entre um estado de coisas não testemunhado e a obtenção da informação é sempre de simultaneidade, como preveem Hengeveld e Hattner (2015)?

Para iniciar a análise, considere-se que, ao definir o escopo semântico da percepção de evento, Hengeveld e Hattner (2015, p. 490-491)⁷⁶ afirmam que

uma diferença entre inferência e dedução, de um lado, e percepção de evento, de outro, é que modificações de tempo relativo são permitidas no escopo daquelas, mas não são permitidas no escopo desta. [...] A percepção de evento necessariamente implica simultaneidade. Isso a destaca das demais categorias evidenciais.

⁷⁶ No original: “A difference between inference and deduction on the one hand and event perception on the other is that relative tense modifications are allowed within the scope of the former but disallowed within the scope of the latter. [...] direct perception necessarily implies simultaneity. This sets off event perception from the remaining two evidential categories.”

De fato, o uso de um evidencial sensorial exige *simultaneidade* entre a ocorrência de um estado de coisas e sua percepção sensorial. Isso está dito claramente na definição da percepção sensorial no matsés, que é caracterizada por Fleck (2007, p. 595, ênfase do autor)⁷⁷ como um evidencial que

se refere a uma situação na qual o falante detecta a ocorrência de um evento (ou estado), usando qualquer um dos cinco sentidos, no momento em que esse evento acontece. Deve-se enfatizar que a condição essencial é que o falante testemunhe o evento ENQUANTO ELE ACONTECE.

Além disso, de acordo com San Roque e Loughnane (2015, 154),⁷⁸ a simultaneidade é característica não só dos evidenciais sensoriais, mas também do participatório:

pode-se entender que o evento de percepção (a experiência da evidência) implicado por uma marca evidencial tem sua própria localização temporal, independente da do evento expresso pelo predicado. Para as fontes de informação participatória, visual e [não visual] sensorial, estes dois pontos no tempo (o evento de percepção e o evento expresso pelo predicado) costumam ser simultâneos, tendo em vista que nós participamos das situações ou as testemunhamos enquanto elas acontecem.

A simultaneidade exigida pelos evidenciais sensoriais interfere inclusive em sua combinação com outras categorias. Isso é o que se vê na seguinte afirmação de Tournadre (2017, p. 103):⁷⁹

Por razões cognitivas óbvias, marcas sensoriais não ocorrem com o tempo futuro nem com o aspecto perfeito resultativo. No primeiro caso, é impossível testemunhar um evento que (ainda) não aconteceu; no segundo, percebe-se apenas o resultado de um evento, e não o próprio evento por completo.

⁷⁷ No original: “[...] refers to a situation where the speaker detects the occurrence of an event (or state), using any of the five senses, at the time that it transpires. It should be emphasized that the essential condition is that the speaker witnesses the event AS THE EVENT HAPPENS.”

⁷⁸ No original: the perception event (experience of evidence) implied by an evidential marker can be understood as having its own temporal location, independent of the main predicate event. For participatory, visual, and sensory information sources, these two points in time (the perception event and the main predicate event), are typically simultaneous, as we participate in or witness things as they are happening.

⁷⁹ No original: For obvious cognitive reasons, sensory markers do not occur with the future tense, nor do they occur with the resultative perfect. In the first case, it is impossible to witness an event which has not (yet) taken place and in the latter, one perceives only the result of an event and not the entire event itself.

254)⁸⁰ da seguinte forma: “o sufixo *-(ü)wye-* [...] indica que um evento é realizado antes de um momento de orientação no passado ou no futuro.” Em (53), observa-se uma coocorrência entre a anterioridade *-wye* e o não testemunhado *-rke*:

- (53) Mapuche (Smeets, 2008, p. 254)
füta-nge-wye-rke-y-Ø
 marido-VBLZ-ANT-NWIT-IND-3
 "Ela tinha sido casada, parece."

Em (53), o não testemunhado *-rke* e a marca de anterioridade *-wye* expressam-se por sufixos não cumulativos, portanto sua ordenação pode ser usada para comparar o escopo semântico desses operadores (Hengeveld, 2017). Como se vê nesse exemplo, a marca de anterioridade ocupa uma posição mais próxima do radical do que o não testemunhado, o que indica que este último tem o maior escopo semântico entre os dois. Em termos lógicos, essa parece ser mesmo a interação entre eles: é a situação caracterizada como anterior que é posta como não testemunhada, e não a situação não testemunhada que é posta como anterior a algum outro evento.

Um tempo relativo que também coocorre com o não testemunhado é a posterioridade. Com marcas desse tipo, fica claro que o momento em que o falante obtém uma informação é diferente daquele em que o evento acontece, como em (54), do guaraní paraguaio, em que a posterioridade *-ta* e o não testemunhado *ra'e* são usados conjuntamente:

- (54) Guaraní paraguaio (Pancheva; Zubizarreta, 2019, p. 17)
o-vá-ta=ra'e
 3SG-mudar.se-POST=NWIT
 "Ele vai se mudar, parece."

Nesse exemplo, o fato de que alguém se mudará é posterior ao momento de enunciação, o que se marca pelo sufixo de posterioridade *-ta*. Obviamente, a situação também é posterior ao momento em que o falante obtém a informação; afinal, quando o falante profere o enunciado, o estado de coisas ainda não aconteceu.

Em enunciados como (54), em que a posterioridade situa um acontecimento em uma janela temporal de futuro, é evidente que a obtenção da informação não testemunhada não precisa ser simultânea à ocorrência do evento. Pela mesma razão, o próprio tempo absoluto

⁸⁰ No original: The suffix *-(ü)wye-* [...] indicates that an event is realized before an orientation moment in the past or in the future.

futuro se mostra útil para ilustrar tal característica, assim como para demonstrar que o não testemunhado e evidenciais sensoriais são essencialmente distintos quanto à combinação com noções temporais.

Sobre a futuridade, como visto anteriormente, Tournadre (2017) afirma que os evidenciais sensoriais não são usados com o tempo futuro em línguas tibetanas. Analogamente, Hattner (2013, p. 51)⁸¹ defende que:

tendo em vista que esse evidencial [percepção de evento] sinaliza se o evento foi testemunhado diretamente pelo falante, ele não pode combinar-se com o passado muito remoto, usado para se referir a um tempo anterior ao nascimento do falante ou à sua infância. Pela mesma razão, a percepção de evento não se combina com o futuro, já que o momento da percepção do evento tem de ser acessível ao falante.

Na realidade, se um evidencial sensorial coocorre com uma noção temporal não experiencial,⁸² como o futuro, esse evidencial terá um funcionamento especial, como no *sabanê* (Araujo, 2004). Essa língua apresenta um paradigma temporal fundido a noções evidenciais, que é empregado quando o falante considera uma informação como verdadeira, o qual está exposto no quadro 5.

Quadro 5. Paradigma de modalidade, tempo e evidencialidade da língua *sabanê*

Tempo	Subtipos de evidencialidade	
	Sensorial genérico	Dedução
Passado	<i>-datinan</i>	<i>-tika</i>
Presente	<i>-dana</i>	-
Futuro	<i>-telon</i>	-

Fonte: adaptado de Antunes (2004, p. 138)

Como se observa no quadro, além de haver marcas de percepção sensorial nos tempos presente e passado, também existe o sufixo *-telon*, que expressa evidencialidade sensorial genérica e tempo futuro, empregado nos casos em que o falante tem evidência sensorial do que está para acontecer em um futuro iminente.

⁸¹ No original: [s]ince this evidential signals whether or not an event was witnessed directly by the speaker, it cannot combine with very remote past, which is used to refer to a time prior to the lifetime of the speaker or to his/her infancy. For the same reason, event perception does not combine with future, since the moment of perception of the event has to be accessible to the speaker.

⁸² O termo “não experiencial” faz referência a tempos nos quais se localizam eventos que não podem ou não puderam ser percebidos pelo falante, seja porque ele ainda não tinha nascido quando da ocorrência de um estado de coisas, seja porque esse evento acontecerá no futuro e, portanto, ainda não é possível se ter evidência sensorial dele.

- (55) Sabanê (Araujo, 2004, p. 139)

t-ilup-a-telon

1.OBJ-vomitar-TH-FUT.SENS

“Vou vomitar.”

- (56) Sabanê (Araujo, 2004, p. 146)

amayl-i-telon

chover-TH-FUT.SENS

“Vai chover.”

Em (55), o falante sente que vai vomitar e emprega o morfema de tempo futuro e percepção sensorial *-telon* para descrever essa ação; em (56), o falante pode perceber algum indício de que vai chover, por isso emprega o mesmo morfema em seu enunciado.

Note-se que, em (55) e (56), a percepção sensorial indicada pelo evidencial não remete ao evento descrito no enunciado — o qual é o fruto de um raciocínio embasado por uma percepção sensorial —, mas serve para marcar o tipo de *evidência* em que se baseia essa dedução. Assim, um enunciado como (56) pode ser parafraseado como “no momento de enunciação, *percebo* algo pelos sentidos e, a partir disso, *deduzo* que vai chover”.

Portanto, no *sabanê*, nos casos em que um evidencial sensorial genérico é usado na descrição de um evento futuro, observam-se as mesmas restrições experienciais mencionadas para descrever exemplos como (49a) do *sanumá*, pois o que se percebe, na verdade, é algo *no presente*, e não no futuro. Ademais, o evento caracterizado como posterior ao momento de enunciação diz respeito a uma *dedução* que fica subentendida, e não a uma percepção sensorial.

Diferentemente dos evidenciais sensoriais, o não testemunhado não apresenta a mesma restrição com tempos não experienciais. No búlgaro, segundo Koev (2011), o não testemunhado *-l* coocorre com o futuro normalmente, como a seguir.

- (57a) Búlgaro (Koev, 2011, p. 130)

Alguns dias atrás, Daniela decidiu que amanhã visitaria Georgi. Hoje, ela informa a você os planos dela. Você diz:

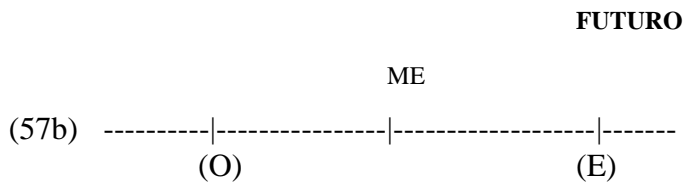
<i>Utre</i>	<i>Daniela</i>	<i>??šte-Ø / štja-l-a</i>	<i>da</i>	<i>poset-i</i>	<i>Georgi</i>
amanhã	NOME	ir-SENS / ir-NWIT-F	PART	visitar-3SG	NOME

“Amanhã Daniela vai visitar o Georgi, ela me contou.”

Em (57a), o falante não tem acesso sensorial ao evento contido em seu enunciado, daí o emprego do não testemunhado *-l*. Assim sendo, mesmo que a ação esteja no futuro, marcado por *-štja*, não há um impedimento para o uso do não testemunhado, já que o significado do

evidencial está de acordo com o contexto da situação descrita: a informação não foi percebida pelo falante, mas foi informada a ele.

O esquema em (57b) explicita as relações temporais de (57a). Nele, o evento descrito no enunciado (E) situa-se no futuro, ao passo que a obtenção da informação (O) está localizada em algum momento antes do momento da enunciação (ME). Que (O) é anterior a (ME) é uma consequência lógica da sequência dos fatos: o falante precisa primeiramente ter recebido a informação para só então poder repassá-la no momento da enunciação.



O funcionamento do não testemunhado em (57b) o distingue de evidenciais sensoriais genéricos como os de (55) e (56), que, como visto anteriormente, estão impossibilitados de especificar a percepção direta de um estado de coisas que ainda não aconteceu.

Ainda sobre contextos não experienciais, o não testemunhado e evidenciais sensoriais também funcionam de forma distinta quando usados com um passado anterior ao nascimento do falante. Esse funcionamento se vê claramente com narrativas que fazem parte da cultura oral dos povos, como no checheno. Molochieva e Nichols (2018, p. 37)⁸³ asseguram que, nessa língua, “o passado testemunhado nunca é usado em narrativas não testemunhadas, como contos populares, lendas, anedotas etc.”

Já no kaingang, o morfema que expressa a evidencialidade visual pode ocorrer em narrativas tradicionais, mas perde seu sentido evidencial nesse contexto. Segundo Nascimento (2013, p. 89), em narrativas do tipo *Gufã* — que tratam de histórias culturalmente relevantes, de tempos ancestrais —, o visual apresenta uma função “validacional”, pois veicula o “sentido de certo, verdadeiro, importante”. Essa mudança de sentido acontece porque as narrativas *Gufã* não podem ter sido presenciadas pelos falantes por causa do tempo em que os eventos narrados se passam. O evidencial *mÿr*, nessa situação, perde seu significado de informação obtida por meio da visão e passa a indicar algo que é certo e verdadeiro.

⁸³ No original: The witnessed past is never used in unwitnessed narratives such as folk stories, legends, anecdotes, etc.

(58) Kaingang (Nascimento, 2013, p. 90)

kófa tóg nĩgtĩ mÿr kófa
velho SBJ HAB.RLS VALID velho

kÿ ti ne gār tũ ja tĩgtĩ mÿr gār tũ
então 3SG MIR milho NEG PART HAB.RLS VALID milho NEG

hāra ti ne tóg ā-krẽ-ag mÿ
assim 3SG REP SBJ 2.POSS-filho-3PL para

ẽpÿ ra ke ja nĩgtĩ mÿr
roçado SBJ dizer M HAB.RLS VALID

“Havia um velho, sim, um velho. E (naquele tempo) não existia milho. Verdade, milho não existia. Então ele disse a seus filhos: ‘façam um roçado!’. Assim disse, verdade.”

Por outro lado, o não testemunhado é empregado para contar histórias tradicionais e conserva seu sentido evidencial. De acordo com Forker (2018), a língua avar geralmente emprega formas verbais não testemunhadas em narrativas desse tipo. Analogamente, Kracke (2009) afirma que, no kawahíb, para recontar as histórias tradicionais, uma forma de passado não testemunhado geralmente é usada. Também é assim no jarawara, em que mais de 90% das ocorrências das narrativas tradicionais apresentam uma combinação entre o evidencial não testemunhado e o evidencial reportativo, conforme Dixon (2004). Essa combinação aparece em (59), com o não testemunhado/passado distante *-hemete* e o reportativo *-mone*:

(59) Jarawara (Dixon, 2004, p. 210)

ee ta.tama to-he-hemete-mone
1.INC RED.ser.muitos DIR-AUX-REM.PST.NWIT.F-REP.F

“Diz que costumávamos ser muitos (isto é, o povo costumava ser maior do que é agora).”

No jarawara, ainda é possível constatar que a distância temporal da experiência do falante é fundamental para o contraste entre sensorial genérico e não testemunhado em termos de frequência. Quanto a esse contraste, nessa língua, há três tempos passados, definidos assim por Dixon (2004, p. 207):⁸⁴ “o passado imediato é usado para o que aconteceu desde um momento atrás até alguns meses no passado; o passado recente, para o que ocorreu de alguns meses até alguns anos atrás; e o passado distante, para muitos anos de distância.” Enquanto o distante/testemunhado é o menos frequente entre os sensorialmente percebidos, o distante/não testemunhado é o mais frequente entre os passados não testemunhados. Para explicar essa

⁸⁴ No original: IP [immediate past] is typically used for any time from a moment ago to a few months in the past, RP [recent past] for a time from a few months to a few years ago, and FP [far past] for a time many years distant.

relação entre tempo e evidencialidade, Dixon (2004, p. 203)⁸⁵ sugere uma correlação entre a distância indicada pelo tempo passado e a probabilidade de o evento ter sido testemunhado pelos sentidos:

geralmente, é menos provável que fatos localizados no passado distante tenham sido testemunhados do que os eventos mais recentes, então há menos ocorrências do passado distante/testemunhado do que do passado distante/não testemunhado. Por sua vez, fatos mais recentes costumam ter sido testemunhados, então há duas vezes mais ocorrências do passado imediato/testemunhado do que do passado imediato/não testemunhado, assim como há muito mais ocorrências do passado recente/testemunhado do que do passado recente/não testemunhado.

Em síntese, os exemplos apresentados nesta seção comprovam que o não testemunhado não apresenta as mesmas restrições de tempo relativo que os evidenciais sensoriais. Em primeiro lugar, estes últimos estão limitados a contextos nos quais a percepção de um evento e a ocorrência dele são simultâneas. Por outro lado, o não testemunhado pode ser usado quando a ocorrência do evento é simultânea, anterior ou posterior à obtenção da informação. Em termos semânticos, essa possibilidade sugere que o não testemunhado tem escopo sobre o tempo relativo, pois se combina livremente com os subtipos dessa categoria. Tal presunção é corroborada pelo escopo sintático, como em (53), retomado em (60) a seguir, em que o não testemunhado *-rke* ocupa uma posição mais periférica, na raiz verbal, do que a do tempo relativo *-wye*, o que indica que o escopo sintático do não testemunhado é maior do que o da anterioridade:

- (60) Mapuche (Smeets, 2008, p. 254)
füta-nge-wye-rke-y-∅
 marido-VBLZ-ANT-NWIT-IND-3
 "Ela tinha sido casada, parece."

Em segundo lugar, o não testemunhado e os evidenciais sensoriais funcionam de maneira distinta quando se combinam com tempos absolutos não experienciais, já que geralmente os sensoriais não são empregados em tais contextos. Ainda assim, é possível que, em usos especiais, se recorra àquelas marcas: nesse caso, elas podem perder seu sentido

⁸⁵ No original: [...] generally, things located in the far past are less likely to have been witnessed than more recent events—so we get many less FPe [far past eyewitness] than FPn [far past non-eyewitness]. More recent events that are talked about have most often been witnessed—we find about twice as many instances of IPe [immediate past eyewitness] as of IPn [immediate past non-eyewitness] and far more RPe [recent past eyewitness] than RPn [recent past non-eyewitness].

evidencial e passar a ter outra função, assim como podem não se referir ao evento situado no tempo não experiencial, mas a algum elemento relacionado a ele. Por sua vez, como há ausência de percepção sensorial em tempos não experienciais, o não testemunhado pode ser usado normalmente com eles.

Fica evidente, dessa forma, que o não testemunhado e evidenciais sensoriais não estão submetidos às mesmas restrições temporais e mantêm diferentes relações de escopo com o tempo relativo, especificamente. Portanto, o agrupamento desses evidenciais em um único subtipo, tal como o proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015), não reflete o funcionamento temporal dessas marcas e precisa ser revisto.

No entanto, antes de argumentar a favor da separação entre o não testemunhado e evidenciais sensoriais na GDF, é preciso identificar a camada do enunciado em que o não testemunhado atua. Por isso, a próxima seção explora o escopo do evidencial não testemunhado e, em seguida, sugere à teoria um novo entendimento sobre os subtipos de evidencialidade por ela reconhecidos.

5.2 Escopo do evidencial não testemunhado

Como visto anteriormente, para Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015), a percepção de evento, que abarca o não testemunhado, está alojada na camada do Estado de Coisas. Segundo Hengeveld e Hattner (2015), tal entendimento está de acordo com a restrição de tempo relativo da percepção de evento, limitada a contextos de simultaneidade. Entretanto, a seção 5.1 mostrou que, diferentemente dos evidenciais sensoriais, o não testemunhado tem escopo sobre essa especificação temporal e, portanto, deve operar em uma camada mais alta do que o Estado de Coisas, pois é nela que atua o tempo relativo.

Levando em conta o escopo do não testemunhado sobre o tempo relativo, esse evidencial deve operar nas camadas do Conteúdo Proposicional ou do Episódio, que estão localizadas hierarquicamente acima do Estado de Coisas no Nível Representacional. Para discutir em qual delas o não testemunhado atua, deve-se levar em conta como se dá o reconhecimento dessas camadas: o Episódio pode ser avaliado em termos da sua localização temporal absoluta (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Keizer, 2015), do meio de acesso à informação (Hengeveld; Hattner, 2015), e da sua (im)possibilidade de ocorrência (Hattner; Hengeveld, 2016; Olbertz; Hattner, 2018). Por sua vez, Conteúdos Proposicionais

não são objetos físicos e, portanto, não é possível que sejam vistos, ouvidos nem tocados; também não são eventos que podem acontecer. Em vez disso,

eles são “conteúdos”, isto é, informação que pode ser sabida, acreditada, afirmada, questionada, esperada ou desejada. É possível que esses conteúdos sejam factuais, como nos casos de conhecimento geralmente aceito ou de crenças razoáveis sobre o mundo real; ou não factuais, como no caso de perguntas, esperanças ou desejos. (Keizer, 2015, p. 108-109)⁸⁶

Considerando os diferentes tipos de avaliação a que podem ser submetidos os Episódios e os Conteúdos Proposicionais, inicialmente é possível observar, no cusco quechua (Faller, 2004), que, quando o falante marca um enunciado como não testemunhado por meio de *-sqa*, ele não pode demonstrar desconhecimento sobre a informação, já que isso acarretaria a estranheza do que foi dito.

Em (61), a presença de *Marya* é afirmada como não testemunhada, com o emprego de *-sqa*. Nesse caso, o falante não pode usar uma oração que mostre seu desconhecimento sobre a informação, com a consequência de, se o fizer, tornar o enunciado estranho do ponto de vista do sentido.

- (61) Cusco quechua (adaptado de Faller, 2004, p. 60)
- | | | | |
|--|---------------------|---------------------|----------------------|
| # <i>Marya</i> | <i>huñunakuy-pi</i> | <i>ka-sha-sqa</i> | |
| <i>Marya</i> | reunião-LOC | estar-PROG-PST.NWIT | |
| <i>ichaqa</i> | <i>mana-n</i> | <i>allin-ta</i> | <i>yacha-ni-chu.</i> |
| mas | não-SENS | bom-ACC | saber-1-NEG |
| "# <i>Marya</i> estava na reunião, mas não sei muito bem." | | | |

Levando em conta que um Conteúdo Proposicional pode ser avaliado em termos de (des)crença, e que a informação marcada pelo não testemunhado não tem a mesma opção, este primeiro dado sugere que a unidade semântica especificada pelo evidencial não diz respeito a tal camada.

Com efeito, outras avaliações pertinentes ao Conteúdo Proposicional não se aplicam à unidade sob o escopo do não testemunhado. A esse respeito, no búlgaro, se o falante afirma uma informação como não testemunhada, marcada por *-l*, ele não pode afirmar o contrário dessa informação, já que isso torna o enunciado estranho. No exemplo a seguir (e em outras ocorrências caracterizados como “estranhas”), Koev (2011) não oferece uma tradução, provavelmente para reforçar que o enunciado não é possível no búlgaro. Por isso, não consta a

⁸⁶ No original: [...] are not physical objects, and as such cannot be seen, heard, or touched; nor are they events that can happen. Instead they are ‘contents’, that is, information that can be known, believed, claimed, questioned, hoped, or wished for. These contents may be factual, as in the case of generally accepted pieces of knowledge or reasonable beliefs about the actual world, or non-factual, as in the case of questions, hopes, or wishes.

linha da tradução de sentido em (62), mas o significado do enunciado seria algo como “Neste momento, está chovendo, #mas não está chovendo”.

(62) Búlgaro (Koev, 2011, p. 118)

#V	<i>moment-a</i>	<i>val-ja-l-o</i>	<i>no ne val-i-Ø</i>
em	momento-DEF.ART	chover-3SG-NWIT-GND	mas NEG chover-3SG-SENS

Segundo Koev (2011), o uso do não testemunhado implica a asserção plena de uma informação. Para confirmar isso, o autor compara o evidencial *-l* ao modal *trjabva* “dever”, que indica modalidade epistêmica de necessidade, como se vê a seguir.

(63) Búlgaro (Koev, 2011, p. 119)

a. *dnes može-Ø da val-i*
 hoje poder-SENS PART chover-3SG

<i>vsyštност</i> /	#I	<i>naistina</i>	<i>dnes</i>	<i>trjabva-Ø</i>	<i>da</i>	<i>val-i</i>
na.verdade /	e	de.fato	hoje	dever-SENS	PART	chover-3SG

“Poderia chover hoje. Na verdade, deve chover hoje.

b. *dnes trjabva-še-Ø da val-i*
 hoje dever-PST-SENS PART chover-3SG

?? <i>vsyštност</i> /	I	<i>naistina</i>	<i>dnes</i>	<i>val-já-l-o</i>
na.verdade /	e	de.fato	hoje	chover-3SG-NWIT-NEUT

“Deveria ter chovido hoje; e de fato choveu, como eu soube depois.

Em (63a), há uma primeira oração com força modal de possibilidade, e depois há uma segunda oração com o modal de necessidade *trjabva*. Já em (63b), há uma primeira oração modalizada e uma segunda com o não testemunhado *-l*. Segundo Koev, *trjabva* torna uma asserção modal mais forte — nesse caso, a força passa de possibilidade para necessidade. Por outro lado, o uso do não testemunhado pressupõe uma asserção plena, e não o reforço modal de um enunciado.

O diagnóstico de que o não testemunhado *-l* pressupõe uma asserção plena e de que ele não modaliza o enunciado, de acordo com Koev (2011), são os advérbios modais *vsyštност* “na verdade” e *naistina* “de fato”. A julgar pelas traduções fornecidas pelo autor, *naistina* “de fato” tem como escopo uma asserção plena, por isso seria estranho usá-lo com uma situação modalizada por *trjabva* “dever”, como em (63a), em que o evento é provável, mas não necessariamente ocorre no mundo real. Esse estranhamento não se verifica quando *naistina* é

empregado com o não testemunhado *-l*, como em (63b), já que ambos pressupõem uma asserção plena.

Similarmente, Carol e Avellana (2019) mostram que, no guarani paraguaio, não é possível afirmar uma situação como não testemunhada e depois modalizá-la. Em (64), *ra'e* indica evidencialidade não testemunhada, ao passo que a segunda oração contém o modal de possibilidade *-katu*, o que acarreta a estranheza do enunciado.

- (64) Guaraní paraguaio (Carol; Avellana, 2019, p. 32)
Juan ho-'a ra'e, #péro i-katu nd-o-'á-i.
 Juan 3.ACT-cair NWIT mas 3.UND-possível NEG-3.ACT-cair-NEG
 Sentido buscado: “Juan caiu, #mas pode ser que não tenha caído.” (Comentário do informante: há contradição.)

Os dados do búlgaro e do guarani paraguaio indicam que uma situação marcada como não testemunhada afirma plenamente a ocorrência de um evento no mundo real, de modo que essa ocorrência não pode ser falseada (62) nem colocada como uma possibilidade (64). Além disso, os dados do cusco quechua sinalizam que a unidade semântica sob o escopo do não testemunhado não pode ser avaliada em termos de descrença. Considerando que o Conteúdo Proposicional é avaliado por essas noções, é possível afirmar que o não testemunhado não atua nessa camada.

Portanto, o não testemunhado opera na camada do Episódio, a única outra unidade do Nível Representacional que tem escopo sobre o tempo relativo além do Conteúdo Proposicional. Essa constatação está de acordo com a aparente restrição do evidencial a contextos factuais, já que um evento descrito pelo falante é considerado como real, ainda que não tenha sido percebido diretamente pelos sentidos (61)-(64). Em outras palavras, a situação não testemunhada condiz com um fato do mundo, que é afirmado segundo aquilo que é conhecido pelo falante por meios não sensoriais.

Além disso, a factualidade presente nas unidades especificadas pelo não testemunhado condiz com a caracterização semântica dos estados de coisas que compõem um Episódio: de acordo com Hengeveld (1998, p. 345),⁸⁷ há uma importante diferença entre proposições e eventos: “conteúdos proposicionais são construtos mentais, pensamentos sobre estados de coisas, que existem apenas na mente de seu usuário; são dependentes-do-usuário. Estados de coisas existem independentemente de se pensar ou não sobre eles; são independentes-do-

⁸⁷ No original: Propositional contents are mental constructs, thoughts about states of affairs, that only exist in the mind of their user, are user-dependent. States of affairs exist whether they are thought about or not, and are user-independent.

usuário.” A partir dessa afirmação, pode-se dizer que eventos não testemunhados simplesmente ocorrem em algum mundo, de modo que não é possível falar sobre eles e simultaneamente desqualificá-los subjetivamente, como se não tivessem ocorrência real.

Assim sendo, a limitação a contextos factuais corrobora o escopo do não testemunhado sobre a camada do Episódio, já que, sendo um evidencial dessa camada, é esperado que ele não se combine livremente com especificações de categorias mais altas, como a (não) factualidade, que opera no Conteúdo Proposicional.

O escopo do não testemunhado sobre a camada do Episódio confirma as hipóteses desta pesquisa: em primeiro lugar, tendo em vista que os evidenciais sensoriais operam na camada do Estado de Coisas, e que o não testemunhado opera na camada do Episódio, esses evidenciais dizem respeito a subtipos distintos e não devem ser agrupados em uma mesma categoria. Portanto, o subtipo de “percepção de evento” da GDF, identificado por Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattnher (2015), precisa ser revisto.

Em segundo lugar, como defendeu o capítulo IV, o fato de o não testemunhado operar na camada do Episódio confirma que o significado de “ausência de percepção sensorial” não pode ser equacionado à indicação de raciocínios e relatos, pela seguinte razão: se o não testemunhado fosse um item polissêmico, a unidade linguística especificada por ele deveria variar a depender do sentido evidencial que ele indicasse em cada contexto. Mais precisamente, essa unidade deveria corresponder a um Conteúdo Proposicional quando o não testemunhado comunicasse uma inferência a partir de conhecimento pré-existente; a um Conteúdo Comunicado quando expressasse um boato; e a um Ato Discursivo, quando veiculasse uma citação literal. No entanto, a unidade especificada pelo não testemunhado corresponde a um Episódio, o que significa que esse evidencial não funciona como os evidenciais “indiretos” que supostamente comporiam o significado do não testemunhado.

Dos evidenciais que indicam raciocínios e relatos, a dedução é único subtipo que, como a evidencialidade não testemunhada, também opera na camada do Episódio. No entanto, ambas apresentam significados claramente distintos: enquanto a dedução se restringe a veicular raciocínios assentados em percepções sensoriais, o sentido genérico do não testemunhado recobre essa e várias outras experiências não sensoriais. Ainda assim, é possível questionar se há diferenças entre o modo como esses evidenciais interagem com outras categorias que definem o Episódio, como as noções de modalidade, tempo e espaço. Entretanto, esta tarefa fica relegada a trabalhos futuros.

Desse modo, tendo em conta que o tempo é um fator determinante para a caracterização dos evidenciais do Nível Representacional segundo Hengeveld e Hattnher (2015), esta tese

propõe reconsiderar a noção de “evidencialidade de percepção de evento”, concebendo-a, na verdade, como dois subtipos distintos: um deles concerne à *evidencialidade não testemunhada*, cuja função é indicar que o falante não percebeu pelos sentidos a ocorrência de um estado de coisas; o outro diz respeito à *evidencialidade sensorial*, que inclui qualquer operador evidencial de informação testemunhada pelos sentidos, como o visual, o não visual sensorial e o sensorial genérico.

A proposta desta tese é sistematizada no quadro 6, em que são comparados o entendimento sobre a evidencialidade formulado neste trabalho e o entendimento de outras propostas elaboradas a partir da GDF.

Quadro 6. Evidencialidade verbal a partir da GDF

	Níveis e camadas do enunciado				
	Nível Interpessoal		Nível Representacional		
	Ato Discursivo	Conteúdo Comunicado	Conteúdo Proposicional	Episódio	Estado de Coisas
Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018)	citação	reportatividade	inferência	dedução	percepção de evento
Este trabalho	citação	reportatividade	inferência	dedução; não testemunhado	sensorial

Fonte: elaboração própria.

O quadro acima mostra que, diferentemente do que haviam proposto Hengeveld e Hattner (2015), esta tese concebe o não testemunhado como um operador evidencial distinto daqueles que indicam algum tipo de percepção sensorial. Essa concepção se ampara no fato de que os evidenciais sensoriais estão restritos a contextos de simultaneidade entre a ocorrência de um evento e a obtenção da informação, ao passo que o não testemunhado não apresenta a mesma restrição. Portanto, a proposta deste trabalho representa o reconhecimento de mais um subtipo evidencial a partir dos pressupostos teóricos da GDF, o qual se soma aos demais já identificados em trabalhos anteriores, como Hengeveld e Mackenzie (2008), Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018).

5.3 A abordagem temporal da evidencialidade e sua adequação tipológica

Diferentemente de classificações tipológicas da evidencialidade, que atribuem a indicação de raciocínios e relatos ao não testemunhado, muitas descrições de línguas

individuais apresentam um significado diferente para o evidencial, como mostrou a seção 4.1. Na verdade, algumas descrições postulam uma função essencialmente temporal ao não testemunhado, na tentativa de explicar não só seu emprego para expressar ausência de percepção sensorial, mas também seus usos em contextos de miratividade, compreensão diferida, predicados estativos, entre outros (Koev, 2011; Klose, 2014; Carol; Avellana, 2019).

Entre as propostas que definem a evidencialidade não testemunhada em termos temporais, está o trabalho de Koev (2011), que afirma que o não testemunhado *-l* do búlgaro indica que o momento no qual o falante obtém a informação é sempre posterior a um tempo de referência *no passado*. Assim sendo, o autor não analisa a caracterização temporal do não testemunhado a partir da relação entre a ocorrência do evento e a obtenção da informação, como o faz esta tese, mas se baseia na relação entre um tempo de referência passado e a obtenção da informação.

Segundo Koev (2011), o tempo de referência não necessariamente coincide com a ocorrência do evento, embora isso aconteça quando o estado de coisas descrito no enunciado é passado. Para exemplificar o uso do não testemunhado com eventos passados, considere-se (65a):

(65a) Búlgaro (Koev, 2011, p. 124)
Ivan celu-n-a-l *Maria*
 NOME beijar-PFV-3SG.PST-NWIT Maria
 “Ivan beijou Maria, como eu soube depois.”

A temporalidade de (65a) é representada em (65b). Nesse esquema, observa-se que a obtenção da informação (O) é posterior ao tempo de referência (T), o qual coincide com a ocorrência do evento descrito (E).

(65b) -----|-----|-----
 (E) (O)
 (T)

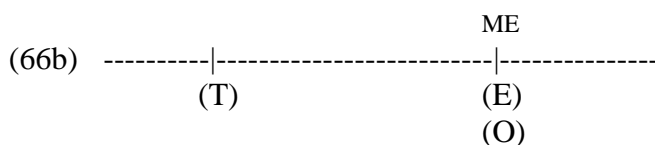
Por outro lado, quando o estado de coisas está no presente ou no futuro, o tempo de referência é algum estágio saliente do evento em curso ou do evento que virá a ser (Koev, 2011), respectivamente. Desse modo, a obtenção da informação continua a ser posterior a esse estágio saliente, como em (66a).

(66a) Búlgaro (adaptado de Koev, 2011, p. 131)

Um amigo liga para você da casa da Sofia e diz que lá está chovendo. Você fala:

V moment-a v Sofia val-ja-l-o.
 em momento-DEF em Sofia chover-3SG-NWIT-GND
 “Está chovendo na casa da Sofia agora, alguém percebeu.”

Nesse exemplo, segundo Koev, a obtenção da informação é posterior a um estágio do estado de coisas “chover”, já que é o amigo que primeiramente nota a chuva e conta sobre ela ao falante, para só então esse estado de coisas passar a ser conhecido por este último. Desse modo, embora a obtenção da informação (O) aconteça enquanto o evento descrito no enunciado (E) ocorre, o tempo de referência (T) — que é o momento em que o amigo nota a ocorrência da chuva, segundo Koev — é passado em relação à obtenção da informação, o que mantém a relação de posterioridade entre (O) e (T):



Portanto, segundo Koev, mesmo quando o evento descrito no enunciado é presente (ou futuro), o momento de obtenção da informação (O) é sempre posterior a um tempo de referência passado (T). Nesse caso, a posterioridade da obtenção da informação não se dá diretamente com a ocorrência de um estado de coisas, mas com um estágio saliente e passado desse evento.

Similarmente, baseando-se em Koev (2011), Klose (2014) assume que o não testemunhado do aymara indica que a obtenção da informação se situa posteriormente a um momento de referência. Para ele, assim como para Koev (2011), o sentido de evidencialidade indireta do não testemunhado é uma implicatura da temporalidade do evidencial:

para testemunhar um evento diretamente, isto é, por meio de seus próprios sentidos, é preciso que a falante esteja presente durante a ocorrência da ação e a perceba enquanto acontece, não depois. Quando a falante afirma que soube do evento depois do tempo desse evento, ela implica que não esteve presente quando ele aconteceu. (Klose, 2014, p. 123)⁸⁸

⁸⁸ No original: To witness an event directly, i.e. through one’s own senses, one has to be present at the event and learn or perceive it as it happens, not afterwards. When the speaker states that s/he learned about the event after the time of the event which s/he is describing s/he is implying that s/he was not present at the event.

Na mesma direção, Carol e Avellana (2019), ao analisarem o não testemunhado *ra'e* do guarani paraguaio e seu correspondente *había sido* no espanhol paraguaio, também definem os evidenciais em termos temporais. Segundo os autores, “a referência temporal que *ra'e* e *había sido* codificam [...] é o tempo de aquisição da evidência, que, por sua vez, pressupõe a existência de um lapso anterior a essa aquisição, no qual não se tinha evidência que permitisse afirmar a proposição em questão” (Carol; Avellana, 2019, p. 40).⁸⁹

Em síntese, os trabalhos de Koev (2011), Klose (2014) e Carol e Avellana (2019) assemelham-se por caracterizar o momento de obtenção da informação como *posterior* a alguma referência temporal. Para Koev (2011) e Klose (2014), a relação de posterioridade acontece entre a obtenção da informação e algum tempo de referência, ao passo que, para Carol e Avellana (2019), a posterioridade se dá entre a obtenção da informação e um lapso temporal que precede esse momento.

Outro ponto de convergência entre os trabalhos mencionados é a definição do não testemunhado em termos temporais apenas, e não em termos de evidencialidade indireta, como as abordagens tipológicas descritas no capítulo I. Carol e Avellana (2019) distinguem-se de Koev (2011) e Klose (2014) por admitir que, mesmo em contextos em que há evidência direta, necessariamente também há evidência indireta; tal concepção assume que, “para que *ra'e* e *había sido* sejam felizes, é necessário que haja ao menos um subintervalo de tempo do evento descrito que não coincida com o tempo de aquisição da evidência” (Carol; Avellana, 2019, p. 61),⁹⁰ ou seja, um momento em que o falante não percebe diretamente o estado de coisas que descreve.

À diferença das propostas mencionadas até aqui, Faller (2004), além da questão temporal, também incorpora noções espaciais para explicar o funcionamento do não testemunhado. Para ela, o evidencial indica um distanciamento, em termos de tempo e espaço, entre o campo perceptual do falante e a ocorrência de um evento. Nesse sentido, Faller (2004) apresenta uma abordagem dêitica do não testemunhado, na qual

-sqa [evidencial não testemunhado] tem a mesma natureza de expressões que fazem referência direta ao centro dêitico de uma enunciação, como *eu*, *aqui* e *agora*. Essas expressões dêíticas são fundamentalmente diferentes das que se referem à atitude do falante e que estabelecem uma relação entre ele e a

⁸⁹ No original: La referencia temporal que codifican *ra'e* y *había sido* [...] es TAE, que a su vez supone la existencia de un lapso precedente a TAE durante el cual no se tenía evidencia que permitiera afirmar p

⁹⁰ No original: para que *ra'e* y *había sido* sean felices es que haya al menos un subintervalo de TEv que no coincida con TAE.

proposição, como, por exemplo, modais epistêmicos ou os clíticos evidenciais do quechua. (Faller, 2004, p. 76)⁹¹

Em resumo Faller (2004), Koev (2011), Klose (2014) e Carol e Avellana (2019) apontam o tempo como definitivo do não testemunhado, e não o tipo de evidência indireta. Desse modo, os autores tentam explicar, de forma unificada, os vários usos que as marcas desse evidencial podem ter. Esses empregos incluem os casos em que o falante tem evidência direta (total ou parcial) da ocorrência de um evento, mas em que há algum tipo de distanciamento metafórico, como as situações em que o falante não tem ciência de suas ações, por exemplo.

No entanto, diferentemente dos trabalhos citados nesta seção, ao adotar a GDF como suporte teórico, uma explicação unificada para vários usos das marcas do não testemunhado não é o objetivo desta pesquisa: na GDF, significados diferentes de uma mesma marca gramatical costumam corresponder a operadores semânticos e pragmáticos distintos, os quais diferem em relação à camada na qual atuam; portanto, cada significado tem de ser explicado separadamente. Apenas para ilustrar essa afirmação, a evidencialidade não testemunhada e a miratividade são consideradas duas categorias distintas na GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Olbertz, 2009), de modo que não é preciso defini-las pelo mesmo parâmetro.

Ainda assim, a temporalidade associada a marcas evidenciais é um teste relevante para distinguir subtipos de evidencialidade a partir da GDF, como demonstram Hattner (2013) e Hengeveld e Hattner (2015). Por essa razão, o restante desta seção dedica-se a discutir como a temporalidade associada ao não testemunhado pode ser usada para identificá-lo com base nos pressupostos da teoria.

Em primeiro lugar, há suficientes evidências interlinguísticas de que uma abordagem da temporalidade do não testemunhado é útil para explicar seus usos e diferenciá-lo do uso de outros evidenciais, como comprovam os trabalhos citados nesta seção. No entanto, conceber uma relação fixa de posterioridade entre a obtenção da informação e um tempo de referência não caracteriza satisfatoriamente os usos desse evidencial, o que se nota na proposta de Koev (2011), que, para manter tal posicionamento, precisa explicar diferentemente o uso do não testemunhado com o passado e com tempos não passados.

Aliás, se, como afirmam Koev (2011) e Klose (2014), o não testemunhado estivesse restrito a contextos de posterioridade, ele seria comparável aos evidenciais sensoriais, que estão

⁹¹ No original: *-sqa* is taken to be of the same nature as expressions that make direct reference to the deictic centre of an utterance such as *I, here, now*. Such deictic expressions are fundamentally different from expressions that make reference to the speaker's attitude and establish a relation between the speaker and the proposition, for example, epistemic modals or the Quechua evidential enclitics.

limitados a uma única especificação de tempo relativo. Nesse caso, tal restrição seria um argumento para caracterizar o não testemunhado como um operador do Estado de Coisas, e não do Episódio. Porém, a seção 5.2 argumentou que esse evidencial se combina com diferentes tempos relativos, o que justifica classificá-lo como um operador do Episódio.

Com efeito, os contextos de anterioridade e posterioridade relacionam-se diretamente ao significado do não testemunhado: a percepção sensorial de um evento só existe se o falante o percebe enquanto ele acontece; assim sendo, se o falante passa a saber de um evento antes ou depois de esse evento ocorrer, o falante não pode ter feito uma percepção sensorial direta. Logo, mesmo que um evento tenha ocorrido ou vá ocorrer no mesmo lugar em que o falante está, a posterioridade e a anterioridade impedem a percepção sensorial.

A incompatibilidade da percepção sensorial com tempos relativos diferentes da simultaneidade é vista nos próximos exemplos. Em (67), o falante está, *naquele momento*, no local onde um estado de coisas ocorreu; ainda assim, ele não pode perceber diretamente o evento, já que este último se situa em um tempo *anterior* ao atual. Nesse caso, a distância temporal, por si só, é suficiente para explicar a ausência de percepção sensorial de um estado de coisas e o uso do não testemunhado/passado distante *-hemete*, sem que se precise recorrer a aspectos espaciais.

(67) Jarawara (Dixon, 2004, p. 179)

<i>awa</i>	<i>hiri</i>	<i>ni</i>	<i>ka-ke</i>
árvore(f)	estar.em.chamas	AUX+CONJ	em.movimento-VEN

<i>na-ke-hite-hemete-mone</i>	<i>ama</i>	<i>ahi</i>
AUX-VEN-DIR-REM.PST.NWIT.F-REP.F	EXT	DEM:VISÍVEL

“Diz que as árvores em chamas vinham por todo o caminho até aqui (isto é, o fogo espalhou-se pelas árvores por todos os lados da floresta, vindo para esta direção).”

Por outro lado, quando a obtenção da informação é simultânea à ocorrência do evento, o funcionamento do não testemunhado e dos evidenciais sensoriais é semelhante em relação à temporalidade, na medida em que a obtenção da informação e o evento descrito são concomitantes. Contudo, nesses casos, ambos os subtipos divergem em relação à espacialidade, como se vê a seguir.

Em (68), levando-se em conta que a construção de uma casa necessita de um tempo considerável, o falante deve ter ficado sabendo do estado de coisas enquanto este último já estava ocorrendo. O morfema de tempo hodierno =*i* indica que a ação ocorre no mesmo dia da fala, e, como ele não coocorre com o morfema de passado =*ma*, a ação é caracterizada como

presente (Autuori, 2019). Nesse caso, a ação não é testemunhada pelo falante, pois ele não está no local em que ela ocorre (“rio acima”, indicado pelo clítico =*taso*).

(68) Sanumá (Autuori, 2019, p. 269)

sätänapi=tö=pö=nö

não.indígena=CLF.NML:GENÉRICO=3PL=ERG

sai a=thaa=taso

tha=i

casa 3SG=fazer=DIR

NWIT=HOD

“Os não-indígenas estão construindo uma casa rio-acima.” [-testemunhado]

Em (69), a ação também é simultânea ao momento em que o falante obtém a informação. Nesse caso, ele está dentro da casa, enquanto a ação descrita se passa fora dela.

(69) Sanumá (Autuori, 2019, p. 260)

maa=tö=nö

água=CLF.NML:GENÉRICO=INS

sai=a=naha

casa =3SG=OBL

ulu

tö=pö=lälä=ima

tha=i

criança

CLF.NML:GENÉRICO=3PL=correr=VEN

NWIT=HOD

“As crianças estão correndo para a casa por causa da chuva.” [O falante está dentro da casa]

Os exemplos (68) e (69) mostram que, quando o momento de obtenção da informação e o evento descrito são simultâneos, há um distanciamento espacial entre o campo perceptual do falante e o estado de coisas, isto é, o indivíduo não está no mesmo lugar em que o evento acontece. Essa característica é essencialmente diferente do que acontece com os evidenciais sensoriais, já que, para perceber pelos sentidos um evento, o falante precisa estar no mesmo local em que o evento acontece; caso contrário, a ocorrência fica fora do alcance de seus sentidos.

Considerando o modelo da GDF, as diferenças de Tempo e Lugar que envolvem os evidenciais sensoriais e o não testemunhado podem ser sistematizadas como no quadro 7. Elas dizem respeito às relações entre o estado de coisas descrito no enunciado (E) e a obtenção da informação (O).

Quadro 7. Restrições de Tempo e Lugar dos evidenciais sensoriais e não testemunhados

Tempo	Sensorial	Não testemunhado
(E) e (O) são simultâneos	+	+
(E) é anterior a (O)	-	+
(E) é posterior a (O)	-	+
Espaço		
(E) e (O) ocorrem no mesmo lugar	+	+
(E) e (O) não ocorrem no mesmo lugar	-	+

Fonte: elaboração própria.

O quadro mostra que os evidenciais sensoriais requerem que o estado de coisas (E) e a obtenção da informação (O) aconteçam nos mesmos Tempo e Lugar. Por sua vez, ainda que o não testemunhado possa ser usado quando o estado de coisas (E) e a obtenção da informação (O) compartilhem o mesmo Tempo ou o mesmo Lugar, esse evidencial também se emprega quando (E) e (O) se passam em Tempos e Lugares distintos.

Além disso, é importante fazer uma ressalva para quando um estado de coisas não testemunhado e a obtenção da informação são simultâneos: se partilhassem o mesmo Lugar, seria possível ocorrer uma percepção sensorial do evento. Por isso, quando o falante vem a saber da ocorrência de um estado de coisas enquanto ela ainda está acontecendo, o falante tem de estar em um Lugar diferente daquele em que o evento se passa (ou ao menos deve existir algum impedimento para que a percepção sensorial não se concretize).

Nesse sentido, o funcionamento aqui descrito para o não testemunhado é semelhante ao exposto por Hattner (2013) para os evidenciais de dedução. Segundo a autora, se uma marca desse tipo é usada com o tempo presente, há sempre uma distância espacial entre a detecção da evidência que embasa o raciocínio e o evento deduzido. A explicação é a mesma: caso o falante estivesse no local em que o evento se realiza, haveria uma percepção direta, e não uma dedução.

Em suma, o funcionamento do não testemunhado em relação às noções de tempo e espaço pode ser sistematizado como segue:

- A evidencialidade não testemunhada diz respeito a um operador da camada do Episódio e, por isso, combina-se livremente com diferentes noções de tempo relativo, como anterioridade, simultaneidade e posterioridade. No entanto, quando o evento descrito no enunciado e a obtenção da informação são simultâneos, deve haver um distanciamento espacial entre a obtenção da informação e a ocorrência desse estado de coisas.

O ganho de uma explicação pautada pela GDF em relação à proposta de Koev (2011), por exemplo, é o de que a relação temporal dos evidenciais não testemunhados pode ser sempre verificada a partir da obtenção da informação e do estado de coisas descrito. Tal explicação é mais econômica do que a de Koev (2011), porque a concepção do autor leva em conta não só a obtenção da informação e o evento não testemunhado, mas também um tempo de referência passado, o qual nem sempre se ancora em “estágios salientes do processo preparatório do evento verbal” (Koev, 2011, p. 130)⁹² que são prontamente acessíveis ao falante, como no exemplo (70).

- (70) Búlgaro (Koev, 2011, p. 130)
 Alguns dias atrás, Daniela decidiu que amanhã visitaria Georgi. Hoje, ela informa a você os planos dela. Você diz:

<i>Utre</i>	<i>Daniela</i>	<i>??šte-Ø / štja-l-a</i>	<i>da</i>	<i>poset-i</i>	<i>Georgi</i>
amanhã	NOME	ir-SENS / ir-NWIT-F	PART	visitar-3SG	NOME

“Amanhã Daniela vai visitar o Georgi, ela me contou.”

Segundo Koev (2011), em (70), o tempo de referência corresponde ao momento em que Daniela toma a decisão de visitar Georgi; no entanto, essa decisão se formula na mente de um conceptualizador diferente daquele que profere o enunciado. Assim, esse fato naturalmente conduz à pergunta sobre o modo como um pensamento que existe na mente de outra pessoa, o qual não necessariamente é comunicado, pode impactar a obtenção da informação por parte do falante. Entretanto, uma proposta como a formulada por esta tese dispensa os impasses desse tipo de questionamento, já que tanto a obtenção da informação quanto o evento descrito no enunciado — elementos suficientes para a identificação da temporalidade relacionada ao uso do não testemunhado, na visão deste trabalho — são estados de coisas externos à mente de terceiros, cuja ocorrência pode ser mais explicitamente comparada.

Por fim, da discussão feita neste trabalho, cabe destacar ainda sua contribuição para o reconhecimento da classe de “evidenciais temporais”, que aos poucos ganham espaço na discussão sobre evidencialidade (Faller, 2004; Koev, 2011; Lee, 2011; 2013; Klose, 2014; Carol; Avellana, 2019; entre outros). Para a GDF, esta é uma questão trivial, pois os evidenciais do Nível Representacional já são diferenciados a partir de sua relação com o tempo (Hattner, 2013; Hengeveld; Hattner, 2015). No entanto, para trabalhos feitos sob outras perspectivas,

⁹² No original: [...] salient stages of the preparatory process of the verbal event.

como a Semântica Formal, certamente o reconhecimento de evidenciais temporais em muito contribuirá para suas descrições.

CONCLUSÕES

O objetivo desta tese foi tipificar o significado da evidencialidade não testemunhada e diferenciá-lo do de outros subtipos evidenciais, especialmente daqueles que sinalizam informação proveniente de raciocínios e relatos. Tal objetivo surge da observação de que existe um descompasso, em relação à função do não testemunhado, entre o entendimento das abordagens tipológicas e o entendimento dos materiais descritivos de línguas individuais: conforme mostram estes últimos, o uso do não testemunhado não tem o objetivo de indicar raciocínios e relatos (tal como propõem várias classificações da evidencialidade de base tipológica), mas simplesmente de informar que o falante não percebeu pelos sentidos a ocorrência de um estado de coisas. Nesse sentido, o emprego do não testemunhado está associado à ausência do falante na ocorrência de um evento, e não à codificação de um meio específico de aquisição da informação, como raciocínios e relatos. Os argumentos a favor desta conclusão são apresentados a seguir.

Em primeiro lugar, mostrou-se que abordagens tipológicas da evidencialidade, ao reduzir o não testemunhado à indicação de informação inferida e relatada, desconsideram o uso do evidencial em outros contextos de ausência de percepção sensorial, como os existentes em orações negativas, nas quais, porque o evento não ocorreu, ele não pode ter sido percebido pelos sentidos; e em orações interrogativas, nas quais o falante questiona algum aspecto de uma informação, o qual desconhece em primeira-mão. Portanto, o significado genérico de “ausência de percepção sensorial” não se restringe à indicação de raciocínios e relatos.

Em segundo lugar, argumentou-se que, ao contrário do que propõem alguns trabalhos tipológicos sobre a evidencialidade, o não testemunhado não é um elemento polissêmico ou ambíguo. Na verdade, a multiplicidade de significados atribuídos a esse evidencial decorre de uma interpretação fragmentada do conceito de “ausência de percepção sensorial”, a qual limita o não testemunho de um evento a poucas experiências não sensoriais, como raciocínios e relatos. No entanto, como dito anteriormente, os contextos de uso do não testemunhado vão além dessas experiências, e, por isso, elas não correspondem à totalidade do que denota a ausência de percepção sensorial de um estado de coisas. Assim, mesmo que uma marca que expresse o não testemunhado possa ser considerada polissêmica (ou heterossêmica, conforme Enfield [2006]), e que ela indique mais de um subtipo evidencial, a polissemia se dá entre o

significado genérico de ausência de percepção sensorial e algum outro significado mais específico, em contextos formais e funcionais claramente distinguíveis.

Em terceiro lugar, explorou-se o fato de, em algumas línguas, o não testemunhado coexistir e coocorrer com evidenciais de dedução, inferência, reportatividade e citação, o que é um argumento decisivo para reconhecer a independência dessas marcas. Embora as descrições disponíveis não permitam compreender em detalhes a relação entre o não testemunhado e os evidenciais mencionados, os dados sugerem que aquele funciona como um índice dêitico, indicando um distanciamento entre o falante e a ocorrência de um estado de coisas em termos de tempo e espaço, ao passo que estes surgem da necessidade de especificar meios de obtenção da informação ligados à cognição e à interação. Desse modo, ainda que as experiências não sensoriais das quais provém a informação possam assemelhar-se nos dois casos, o modo como os falantes representam linguisticamente essa informação é determinante para a existência de marcas genéricas ou específicas (e para o uso conjunto delas, quando for o caso).

Além disso, como consequência da aplicação da GDF à pesquisa, este trabalho constatou a necessidade de reformular o tratamento que a teoria dispensa à evidencialidade não testemunhada. Sobre essa reformulação, o entendimento atual da teoria, a partir do que postulam Hengeveld e Mackenzie (2008) e Hengeveld e Hattner (2015), é o de que os evidenciais em questão compõem um único subtipo evidencial, denominado “percepção de evento”, que opera na camada do Estado de Coisas. A justificativa para tal escopo, de acordo com Hengeveld e Hattner (2015), é que esse subtipo estaria restrito a contextos de simultaneidade entre a aquisição da informação e a ocorrência de um Estado de Coisas.

Porém, enquanto os evidenciais sensoriais estão limitados a contextos de simultaneidade entre a ocorrência de um Estado de Coisas e sua percepção pelo falante, o não testemunhado pode ser empregado quando a obtenção da informação acontece antes, durante ou após o evento descrito. Essa divergência sugere que o não tem testemunhado tem escopo sobre o tempo relativo e, assim sendo, não opera no Estado de Coisas, mas em uma camada mais alta na hierarquia do Nível Representacional.

Nesse panorama, considerando que a unidade semântica especificada pelo não testemunhado não pode ser avaliada em termos de desconhecimento, não pode ser falseada e não pode ser apresentada como uma possibilidade, esta tese assume que o escopo do não testemunhado, como dito anteriormente, é o Episódio, pois, se atuasse na camada do Conteúdo Proposicional, tais avaliações poderiam ser feitas. Essa visão é corroborada pela restrição de factualidade que o não testemunhado exhibe, o que é esperado para uma especificação da camada

do Episódio, já que as noções de factualidade e não factualidade operam em uma instância mais alta do Nível Representacional.

Sendo assim, este trabalho também contribui para uma melhor compreensão da evidencialidade não testemunhada no âmbito da GDF, revisando teoricamente os contextos temporais que caracterizam esse subtipo evidencial e que o diferem de outros subtipos da mesma categoria. Além disso, o presente trabalho reforça a produtividade de uma abordagem temporal da evidencialidade, como a proposta não só por Hattner (2013) e Hengeveld e Hattner (2015) sob a ótica da GDF, mas também as realizadas sob outras perspectivas, como a da Semântica Formal (Faller, 2004; Koev, 2011; Klose, 2014; entre outros).

Em síntese, esta tese expande o entendimento sobre a evidencialidade não testemunhada a partir de um viés interlinguístico ao mostrar que, diferentemente do que, via de regra, os trabalhos tipológicos sobre essa categoria consideram, este tipo de evidencial apresenta um significado que lhe é único. Defendeu-se aqui que a independência funcional do não testemunhado é essencial para explicar seus usos em relação às marcas de dedução, inferência, reportatividade e citação, pois os empregos do não testemunhado não se resumem à indicação de raciocínios e relatos, mas recobrem outros contextos de ausência de percepção sensorial.

LÍNGUAS DA AMOSTRA

Aymara

KLOSE, C. A temporal evidential in Aymara. *In: CONFERENCE OF THE STUDENT ORGANIZATION OF LINGUISTICS IN EUROPE*, 22, 2014, Lisbon. *Anais [...]*. Leiden: Leiden University, 2014. p. 114-131.

Búlgaro

KOEV, T. Evidentiality and temporal distance learning. *In: SEMANTICS AND LINGUISTIC THEORY*, 21, 2011, New Brunswick. *Anais [...]*. New Brunswick: Rutgers University, 2011. p. 115-134.

Checheno

MOLOCHIEVA, Z.; NICHOLS, J. Tense, Aspect, Mood and Evidentiality in Chechen and Ingush. *In: FORKER, D.; MAISAK, T. The Semantics of Verbal Categories in Nakh-Daghestanian Languages: Tense, Aspect, Evidentiality, Mood and Modality*. Leiden; Boston: Brill, 2018. p. 26-48.

Cusco Quechua

FALLER, M. The Deictic Core of ‘Non-Experienced Past’ in Cuzco Quechua. *Journal of Semantics*, v. 21, n. 1, p. 45-85, 2004. DOI 10.1093/jos/21.1.45. Disponível em: <https://academic.oup.com/jos/article-abstract/21/1/45/1723329?redirectedFrom=PDF>. Acesso em: 28 ago. 2024.

Guarani paraguaio

CAROL, J. J.; AVELLANA, A. M. Tiempo, evidencialidad y miratividad en guaraní paraguayo y español de contacto: *ra'e y había sido*. *Verba: Anuario Galego de Filoloxía*, v. 46, p. 11-67, 2019. DOI 10.15304/verba.46.4138. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/verba/article/view/4138>. Acesso em: 20 set. 2024.

Innu

JUNKER, M. O.; QUINN, C.; VALENTINE, J. R. Evidentiality in Algonquian. *In: AIKHENVALD, A. Y. (ed.). The Oxford handbook of evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2018. p. 431-462. DOI 10.1093/oxfordhb/9780198759515.013.21. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/38177/chapter-abstract/333051263?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 08 ago. 2020.

Jarawara

DIXON, R. M. *The Jarawara language of southern Amazonia*. New York: Oxford University Press, 2004.

Kaxinawá

CAMARGO, E. Valeurs médiatives em Caxinauá. *In: GUENTCHÉVA, Z. (ed.). L'énonciation médiatisée*. Louvain; Paris: Peeters Publishers, 1996. p. 271-286.

Mapuche

SMEETS, I. *A grammar of Mapuche*. Berlin; New York: De Gruyter Mouton, 2008.

Tuparí

SINGERMAN, A. R. Non-witnessed evidentiality in Tuparí and its connection to resultative constructions in the perfect aspect. *International Journal of American Linguistics*, v. 85, n. 3, p. 401-445, 2019. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/703241>. Acesso em: 6 set. 2020.

SINGERMAN, A. R. *The morphosyntax of Tuparí, a Tupían language of the Brazilian Amazon*. 2018. Tese (Doctor of Philosophy in Linguistics) — Faculty of the Division of the Humanities, University of Chicago, Chicago, Illinois, 2018.

Sanumá

AUTUORI, J. D. *Fonologia e morfossintaxe da língua Sanöma (Yanomami)*. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Suruí-paiter

YVINEC, C. Arousing and Mastering Feelings of Alien Inspiration in One's Own Speech: Pragmatics of the Shamanic Songs of the Suruí of Rondônia (Southern Amazonia). *Anthropological Linguistics*, v. 54, n. 4, p. 371-400, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23621105>. Acesso em: 23 jun 2020.

YVINEC, C. *Les monuments lyriques des Suruí du Rondônia (Amazonie méridionale): Chants, événements et savoirs*. 2011. Tese (Doctorat em Anthropologie sociale) — École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2011.

Yanomami

RAMIREZ, H. *Le parler yanomami des Xamatauteri*. 1994. Tese (Doctorat en Linguistique) — Université de Provence, Aix-en-Provence, 1992.

Yanomán

FERREIRA, H. P. *Yanomama Clause Structure*. Utrecht: LOT, 2017. 2 v.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. What everybody knows: expressing shared knowledge thorough evidentials. In: RODRÍGUEZ ROSIQUE, S.; ANTOLÍ MARTÍNEZ, J. M. (eds.). *Verb and Context: The impact of shared knowledge on TAME categories*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2023. DOI 10.1075/ivitra.34.01aik. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/ivitra.34.01aik>. Acesso em: 9 maio 2023.
- AIKHENVALD, A. Y. *The web of knowledge: Evidentiality at the cross-roads*. Leiden; Boston: Brill, 2021.
- AIKHENVALD, A. Y. Evidentiality: the framework. In: AIKHENVALD, A. Y. (ed.). *The Oxford handbook of evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2018a. p. 1-44. DOI 10.1093/oxfordhb/9780198759515.013.1. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/38177/chapter-abstract/333045073?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- AIKHENVALD, A. Y. (ed.). *The Oxford handbook of evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2018b. DOI 10.1093/oxfordhb/9780198759515.001.0001. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/38177>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- AIKHENVALD, A. Y. Evidentials: Their links with other grammatical categories. *Linguistic Typology*, v. 19, n. 2, p. 239-277, 2015.
- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2004.
- AIKHENVALD, A. Y. *A grammar of Tariana, from northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (eds.). *Studies in evidentiality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.
- AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. Dependencies between grammatical systems. *Language*, v. 74, n. 1, p. 56-80, 1998.
- ARAUJO, G. A. *A grammar of Sabanê: a Nambikwaran language*. Utrecht: LOT, 2004.
- BARNES, J. Evidentials in the Tuyuca verb. *International journal of American Linguistics*, v. 50, n. 3, p. 255-271, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1265549>. Acesso em: 23 out. 2017.
- BERGQVIST, H.; KITTILÄ, S. Epistemic perspectives: Evidentiality, egophoricity, and engagement. In: BERGQVIST, H.; KITTILÄ, S. (eds.). *Evidentiality, egophoricity, and engagement*. Berlin: Language Science Press, 2020. p. 1-22. DOI: 10.5281/zenodo.3975795. Disponível em: <https://langsci-press.org/catalog/book/261>. Acesso em: 10 jun 2021.

BORGMAN, D. M. Sanuma. In: BORGMAN, D. M.; DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1990. p. 15-248. 2 v.

BOYE, K.; HARDER, P. Evidentiality: Linguistic categories and grammaticalization. *Functions of Language*, v. 16, n. 1, p. 9-43, 2009. DOI 10.1075/fol.16.1.03boy. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/fol.16.1.03boy>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CABRAL, A. S. A. C. L'expression des notions de l'épistémique et de l'aléthique dans la famille tupi-guarani. In: GUENTCHÉVA, Z.; LANDABURU, J. *L'énonciation Médiatisée II – Le Traitement Épistémologique de L'information: Illustrations Amérindiennes Et Caucasiennes*. Louvain; Paris; Dudley: Peeters Publishers, 2007. p. 267-292.

DAVIES, M. (2016-) *Corpus do Português: NOW*. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

DE HAAN, F. Evidentiality and epistemic modality: Setting boundaries. *Southwest journal of Linguistics*, v. 18, n. 1, p. 83-101, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/755475/Evidentiality_and_epistemic_modality_Setting_boundaries. Acesso em: 30 abr 2020.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: Evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, v. 33, n. 3, p. 339-348, 2001. DOI 10.1016/S0378-2166(00)00005-9. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378216600000059?via%3Dihub>. Acesso em: 25 fev. 2016.

DOBSON, R. M. *Gramática prática com exercícios da língua Kayabi*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 1997.

DOLZANI, M. V. La partícula *ra'e* en guaraní mbyá. Evidencialidad y temporalidad. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, v. 16, n. 2, p. 241-260, 2016. DOI: 10.20396/liames.v16i2.8646226. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8646226>. Acesso em: 22 jan 2022.

EBERHARD, D. M. *Mamaindê Grammar: A Northern Nambikwara language and its cultural context*. Utrecht: LOT, 2009.

ENFIELD, N. J. Heterosemy and the grammar-lexicon trade-off. *Trends in linguistics studies and monographs*, v. 167, p. 297-320, 2006.

FALLER, M. T. *Semantics and Pragmatics of Evidentials in Cuzco Quechua*. Tese (Doctor of Philosophy in Linguistics) — Stanford University, Stanford, 2002.

FLECK, D. W. Evidentiality and double tense in Matses. *Language*, v. 83, n. 3, p. 589-614, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40070903>. Acesso em: 16 mar. 2016.

FLECK, D. W. *A grammar of Matses*. 2003. Tese (Doctor of Philosophy in Linguistics) — Rice University, Houston, Texas, 2003.

- FORKER, D. The Semantics of Evidentiality and Epistemic Modality in Avar. In: FORKER, D.; MAISAK, T. *The Semantics of Verbal Categories in Nakh-Daghestanian Languages: Tense, Aspect, Evidentiality, Mood and Modality*. Leiden; Boston: Brill, 2018. p. 188-214.
- GIOMI, R. *A Functional Discourse Grammar Theory of Grammaticalization: Functional Change*. Leiden; Boston: Brill, 2023a. v. 1.
- GIOMI, R. *A Functional Discourse Grammar Theory of Grammaticalization: Formal Change*. Leiden; Boston: Brill, 2023b. v. 2.
- GONÇALVES, S. C. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003.
- GUENTCHÉVA, Z. (ed.). *L'énonciation médiatisée*. Louvain; Paris: Peeters Publishers, 1996.
- GUENTCHÉVA, Z. Peut-on identifier, et comment, les marqueurs dits ‘médiatifs’ ? In: ANSCOMBRE, J.-C.; OPPERMAN-MARSAUX, E.; RODRIGUEZ SOMOLINOS, A. (eds.). *Médiativité, polyphonie et modalité en français : Etudes synchroniques et diachroniques*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2014. DOI 10.4000/books.psn.2866. Disponível em: <https://books.openedition.org/psn/2866>. Acesso em: 10 dez 2023.
- HARRISON, C. H. *Gramática Asurini: aspectos de uma gramática transformacional e discursos monologados da língua asurini, família tupi guarani*. Tradução: Mary I. Daniel. Cuiabá: Summer Institute of Linguistics, 1975.
- HATTNHER, M. M. D. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. *Entrepalavras*, v. 8, n. esp., p. 98-111, 2018.
- HATTNHER, M. M. D. A. The interaction between tense and evidentials of event perception and deduction in Brazilian Native languages. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2013. DOI 10.1075/slcs.137.03hat. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/slcs.137.03hat>. Acesso em: 10 maio 2016.
- HATTNHER, M. M. D. A.; HENGEVELD, K. The grammaticalization of modal verbs in Brazilian Portuguese: A synchronic approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, p. 13, 2016. DOI 10.5334/jpl.1. Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/article/id/5637/>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- HENGEVELD, K. A hierarchical approach to grammaticalization. In: HENGEVELD, K.; NARROG, H.; OLBERTZ, H. (eds.). *The grammaticalization of tense, aspect, modality and evidentiality: A functional perspective*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2017. p. 13-38.
- HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN DER AUWERA, J. *Adverbial Constructions in the Languages of Europe*. New York: De Gruyter Mouton, 1998. p. 335-420. DOI 10.1515/9783110802610.335. Disponível em:

<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110802610.335/html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HENGEVELD, K. The grammaticalization of tense and aspect. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 580–594.

HENGEVELD, K.; HATTNER, M. M. D. A. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, v. 53, n. 3, p. 479-524, 2015. DOI 10.1515/ling-2015-0010. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/ling-2015-0010/pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. New York: Oxford University Press, 2008.

IZQUIERDO ALEGRÍA, D. ¿ Qué tipo de información codifica realmente un evidencial? Propuesta de una distinción conceptual entre *fuentes*, *base* y *modo de acceso* para el reconocimiento de unidades evidenciales. *Estudios filológicos*, n. 63, p. 211-236, 2019. DOI 10.4067/S0071-17132019000100211. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132019000100211. Acesso em: 20 jul. 2023.

JOHANSON, L. Turkic indirectivity. In: AIKHENVALD, A. Y. (ed.). *The Oxford handbook of evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2018. 510-524. 10.1093/oxfordhb/9780198759515.013.24. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/38177/chapter-abstract/333051922?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 08 ago. 2020.

JOHANSON, L. Evidentiality in Turkic. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (eds.). *Studies in evidentiality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003. p. 273-290.

KAPP-BARBOZA, A. M. M. *Usos do verbo saber e a expressão da evidencialidade no português brasileiro*. 153 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2017.

KEIZER, E. *A functional discourse grammar for English*. New York: Oxford University Press, 2015.

KEIZER, E. The Lexical-Grammatical Dichotomy in Functional Discourse Grammar. *Alfa: Revista de Lingüística*, v. 51, n. 2, p. 35–56, 2007.

KRACKE, W. H. Dream as deceit, dream as truth: The grammar of telling dreams. *Anthropological Linguistics*, p. 64-77, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40730832>. Acesso em: 15 jul 2020.

LEE, J. Temporal constraints on the meaning of evidentiality. *Natural Language Semantics*, v. 21, n. 1, p. 1-41, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23748630>. Acesso em: 15 set. 2024.

LEE, J. *Evidentiality and its Interaction with Tense: Evidence from Korean*. 2011. Tese (Doctor of Philosophy in Linguistics) — Ohio State University, Columbus, Ohio, 2011.

MATTHEWSON, L. On apparently non-modal evidentials. *Empirical Issues in Syntax and Semantics*, v. 8, n. 1, p. 333-357, 2011. Disponível em: <http://www.cssp.cnrs.fr/eiss8>. Acesso em: 23 set 2023.

MOKHONOANA, M. Mokokoma Mokhonoana > Quotes. *Good Reads*, c2024. Disponível em: https://www.goodreads.com/author/quotes/7152008.Mokokoma_Mokhonoana?page=65. Acesso em: 16 maio 2024.

NASCIMENTO, M. *Evidencialidade em kaingang: descrição, processamento e aquisição*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NASCIMENTO, M. *Tempo, modo, aspecto e evidencialidade em kaingang*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NOGUEIRA, L. C.; SILVA, V. H. S. Verbos de percepção visual como estratégias de evidencialidade: usos de *ver*, *olhar* e *observar* em uma perspectiva discursivo-funcional. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 51, n. 3, p. 1173-1191, 2022. DOI 10.21165/el.v51i3.3355. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/3355>. Acesso em: 7 jan. 2024.

OLBERTZ, H. Mirativity and exclamatives in functional discourse grammar: evidence from Spanish. *The London papers I*, Special Issue of Web Papers in Functional Grammar, v. 82, p. 66-82, 2009.

OLBERTZ, H.; HATTNER, M. M. D. A. On objective and subjective modality again: Evidence from Portuguese and Spanish modal auxiliaries. In: KEIZER, E.; OLBERTZ, H. *Recent Developments in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 131-168. DOI 10.1075/slcs.205.05olb. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/slcs.205.05olb>. Acesso em: 5 fev. 2019.

PANCHEVA, R.; ZUBIZARRETA, M. L. On the role of person features in the evidential-temporal connection. *Canadian Journal of Linguistics/Revue canadienne de linguistique*, v. 64, n. 4, p. 673-708, 2019. DOI 10.1017/cnj.2019.26. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-linguistics-revue-canadienne-de-linguistique/article/abs/on-the-role-of-person-features-in-the-evidentialtemporal-connection/5C7F1F23567069B5E0BEAE1081B9587B#>. Acesso em: 20 set. 2023.

PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

PLUNGIAN, V. A. Types of verbal evidentiality marking: an overview. In: DIEWALD, G.; SMIRNOVA, E. *Linguistic Realization of Evidentiality in European Languages*. Berlin, New York: De Gruyter Mouton, 2010. p. 15-58. DOI 10.1515/9783110223972.15. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110223972.15/html>. Acesso em: 12 jan. 2020.

RULE, W. M. *Statement of the phonology and grammar of the Huli language*. [S. l.: s. n.], 1974.

SAN ROQUE, L.; LOUGHNANE, R. The New Guinea highlands evidentiality area. *Linguistic Typology*, v. 16, n. 1, p. 111-167, 2012. DOI 10.1515/lity-2012-0003. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/lity-2012-0003/html>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SILVA, V. H. S. *A expressão lexical da dedução e da inferência em língua portuguesa: uma análise discursivo-funcional*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2020.

SOARES, B. C. *A evidencialidade em wa'ikhana (tukano oriental): uma proposta funcional-tipológica*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOUSA, S. A. *Elementos do léxico e da gramática apiaká (subramo VI da família linguística Tupí-guaraní)*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) — Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SQUARTINI, M. Lexical vs. grammatical evidentiality in French and Italian. *Linguistics*, v. 46, n. 5, 917–947, 2008. DOI 10.1515/LING.2008.030. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/LING.2008.030/html>. Acesso em: 7 jul. 2019.

STENZEL, K. *A Reference Grammar of Kotiria (Wanano)*. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 2013.

TOURNADRE, N. A typological sketch of evidential/epistemic categories in the Tibetic languages. In: GAWNE, L.; HILL, N. W. *Evidential Systems of Tibetan Languages*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2017. p. 95-129. DOI 10.1515/9783110473742-004. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110473742-004/html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

TOURNADRE, N.; LAPOLLA, R. J. Towards a new approach to evidentiality: Issues and directions for research. *Linguistics of the Tibeto-Burman area*, v. 37, n. 2, p. 240-263, 2014. DOI 10.1075/ltba.37.2.04tou. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/ltba.37.2.04tou>. Acesso em: 12 jan. 2020.

VENDRAME, V. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2010.

VERHEES, S. Defining evidentiality. *Voprosy Jazykoznanija*, v. 6, p. 113-133, 2019. DOI 10.31857/S0373658X0007549-2. Disponível em: <https://vja.ruslang.ru/en/archive/2019-6/113-133>. Acesso em: 2 fev. 2023.

WILLETT, T. A cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. *Studies in Language*, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988. DOI 10.1075/sl.12.1.04wil. Disponível em:

<https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/sl.12.1.04wil>. Acesso em: 12. jan 2020.